

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

PAULO CÉSAR CABRAL RODRIGUES

**ATOS DE FALA E IDEOLOGIA – A VIOLÊNCIA
LINGUÍSTICA NO DISCURSO DA REVISTA
VEJA SOBRE AS FAVELAS**

FORTALEZA – CEARÁ

2012



PAULO CÉSAR CABRAL RODRIGUES

ATOS DE FALA E IDEOLOGIA – A VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA
NO DISCURSO DA REVISTA VEJA SOBRE AS FAVELAS

Dissertação apresentada ao Pos-LA - Curso de Mestrado em Linguística Aplicada, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Linguística.

Orientadora: Prof. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar

FORTALEZA – CEARÁ

2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central do Centro de Humanidades**

R696a Rodrigues, Paulo César Cabral
Atos de fala e ideologia – a violência linguística no discurso da revista *Veja* sobre as favelas. Paulo César Cabral Rodrigues. – 2012.
113 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2012.
Área de concentração: Estudos da Linguagem.
Orientação: Prof. Dr. Claudiana Nogueira de Alencar.

1. Favela. 2. Violência linguística. 3. Atos de fala 4. Ideologia.
5. Grande mídia. I. Título.

CDD: 469.1

PAULO CÉSAR CABRAL RODRIGUES

ATOS DE FALA E IDEOLOGIA – A VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA
NO DISCURSO DA REVISTA VEJA SOBRE AS FAVELAS

Dissertação apresentada ao Pos-LA - Curso de Mestrado em Linguística Aplicada, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Linguística.

Aprovada em 27 de abril de 2012

Banca Examinadora:

PRESIDENTE: Profa. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar - IES/UECE

1ª EXAMINADOR: Prof. Dr. Daniel do Nascimento e Silva - IES / UNIRIO

2ª EXAMINADOR: Prof. Dr. João Batista Costa Gonçalves - IES/UECE

Resultado:

Satisfatório

Não Satisfatório

Notas:

Presidente	1º Examinador	2º Examinador
10,0	10,0	9,0

Média Final: 9,6

A três mulheres que me são pilares:
Dona Francisca, avó (*in memoriam*), o ser humano mais sábio que
conheci;
Dona Francinete, minha mãe, sem a qual nada se realizaria;
Sueli, esposa e melhor amiga, meu amparo nas horas mais difíceis.

A meus filhos, Tainá e Victor.
De algum modo, são a razão de tudo que busco construir.

AGRADECIMENTOS

Ao longo de todo o árduo processo para a realização desta pesquisa, desde sua concepção, a participação direta ou indireta de várias pessoas foi positivamente decisiva. Quero agradecer aos amigos Carlos e Tom, pelo incentivo e por contribuírem com os raros momentos em que houve tempo para a descontração, com bons diálogos e boa música.

Agradeço à amiga Sâmia Araújo, “madrinha” de meu mestrado, Aída, minha “irmã” cariense, e Letícia, amiga e eterna professora, por não me deixarem desistir antes de iniciar. A presença de vocês foi decisiva em um momento crucial.

A minha mãe, por sempre me colocar em suas orações, e a meus irmãos, grandes incentivadores. A minha esposa e filhos, pela compreensão que tiveram em relação aos momentos em que deles precisei me distanciar para me dedicar ao projeto.

Aos colegas e amigos Paulo Wagner, Elba, Aldênio, Lúcia Elizabeth, Suelene, Márcia, Kildery, Auricélia, Claudiana, Maga, Júlia e Inês, com os quais sempre aprendo bastante. Ao grande amigo Airton de Farias, cuja dedicação intelectual me serve de modelo. À Marilena, pelo apoio desde o princípio e pelo “crédito” concedido para que eu montasse meu pequeno acervo bibliográfico.

À amiga Renata, que me anteviu o mestrado quando a graduação ainda era uma incógnita. À Val e à Mônica, na APESC, por apoiarem e compreenderem, mesmo sabendo que isso lhes custaria um professor no cursinho. À Gleucimar e à Joélia, sempre grandes incentivadoras. Aos colegas Ailton, Lins, Maria Clara, Amanda, Poliana, Marquinho e tantos outros que estiveram presentes ao longo desses dois anos.

À minha orientadora, Dra. Claudiana Nogueira. Clau, conhecer você, sua enorme sapiência, combinada a sua generosidade e simplicidade, foi fundamental para o sucesso dessa empreitada. Muito obrigado pelo apoio, as palavras de incentivo e por sempre me ajudar a encontrar o melhor caminho em meio às “encruzilhadas epistemológicas”.

Ao professor Dr. Ruberval Ferreira, pelas tardes enriquecedoras e as discussões instigantes. Ao professor Dr. João Batista, pela solicitude e o esmero com que nos avalia. Ao professor Dr. Pedro Praxedes, pela atenção com que sempre

podemos contar. À professora Dra. Dina Ferreira, pelo carinho e apoio com os textos e livros com que nos presenteia. À professora Dra. Antônia Dilamar, por toda a ajuda e por me ensinar a ler imagens.

Ao Dr. Kanavillil Rajagopalan, pelo muito que me ensinou, nos livros ou nas palestras, com sua coerência, sua erudição e seu humor. Ao Dr. Daniel do Nascimento e Silva, pela boa vontade e disponibilidade em fazer parte da banca. Ao professor Dr. Antônio Luciano Pontes e à professora Dra. Vera Santiago, por todo o apoio.

Agradeço ainda ao apoio recebido da FUNCAP, com o investimento em minha bolsa de estudos, e à UECE, por toda a estrutura que me disponibilizou.

RESUMO

Fundamentada no conceito de Atos de Fala, da Pragmática Linguística, articulado à noção de ideologia e seus modos de operação, da Teoria Social Crítica, essa dissertação consiste numa discussão acerca da violência linguística praticada pela revista *Veja* contra moradores de favela. O trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, com a análise de matérias publicadas na revista entre março de 2010 e dezembro de 2011. Pela importância dada a fatores sociais e ao modo como esses fatores são linguisticamente determinados, esta pesquisa se filia ao conjunto de estudos que se pode chamar de Nova Pragmática. A pesquisa concluiu que há, no discurso da *Veja*, uma tendência a construir uma imagem dos moradores da favela como seres abjetos, criminosos e não civilizados, contribuindo para a naturalização de preconceitos e a segregação social.

Palavras-chave: favela; violência linguística; atos de fala; ideologia; grande mídia

ABSTRACT

Based on the concept of Speech Acts, of the Pragmatics of Language, articulated to the concept of ideology and its modes of operation, of the Critical Social Theory, this dissertation is a discussion about linguistic violence committed by *Veja* magazine against favela residents. The work was developed from a bibliographical research, through analysis of articles published in the magazine between March 2010 and December 2011. By the importance given to social factors and how these factors are linguistically determined, this research is affiliated to the set of studies that can be called New Pragmatic. The research concluded that there is, in the *Veja*'s discourse, a tendency to make a picture of favela residents as being despicable, criminal and uncivilized, contributing to the naturalization of prejudices and social segregation.

Keywords: favela; violence language; speech acts; ideology; mass media.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – <i>Modelo tridimensional (Fairclough)</i>	26
Figura 2 – <i>Ernesto Che Guevara</i>	45
Figura 3 – <i>Coca Cola</i>	45
Figura 4 – <i>Favela da Rocinha e condomínios de luxo na Mata Atlântica</i>	83
Figura 5 – <i>Veja, edição 2193, 1º de dezembro de 2010</i>	87
Figura 6 – <i>Cartaz de divulgação do filme Tropa de Elite, de 2007</i>	89
Figura 7 – <i>Cartaz de divulgação do filme Rambo I, de 1982</i>	89
Figura 8 – <i>Veja, edição 2193, 1º de dezembro de 2010</i>	91
Figura 9 – <i>Veja, edição 2193, 1º de dezembro de 2010</i>	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
-------------------------	-----------

PARTE I

1. PRAGMÁTICA: UM OLHAR ANTIESSENCIALISTA SOBRE A LINGUAGEM	17
1.1. ESSENCIALISMO X PRAGMÁTICA NA GÊNESE DA FILOSOFIA OCIDENTAL.....	17
1.1.1. OS SOFISTAS	18
1.1.2. PLATÃO E ARISTÓTELES	19
1.2. HERANÇA METAFÍSICA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM.....	21
1.2.1. SAUSSURE E O ESTRUTURALISMO	21
1.2.2. CHOMSKY E O GERATIVISMO	23
1.3. OUTRAS ABORDAGENS	24
1.3.1. A ANÁLISE DO DISCURSO (AD).....	24
1.3.2. A ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA (ADC)	25
1.3.3. A GRAMÁTICA DO DESIGN VISUAL (GDV)	27
1.4. A PROPOSTA DA “NOVA” PRAGMÁTICA	31
1.4.1. WITTGWNSTEIN E A LINGUAGEM COMO JOGO	36
1.4.2. AUSTIN E A LINGUAGEM COMO AÇÃO	36
1.4.3. O CARÁTER INDÔMITO DA LINGUAGEM	39
1.4.4. DERRIDA E A PROPOSTA DESCONSTRUCIONISTA.....	42
2. ATOS DE FALA E IDEOLOGIA.....	45
2.1. SIGNO E IDEOLOGIA EM BAKHTIN/VOLOCHÍNOV.....	45
2.2. IDEOLOGIA E SUAS FORMAS OPERAÇÃO.....	48
3. A VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA.....	52
3.1. A LINGUAGEM COMO INSTRUMENTO DE OPRESSÃO.....	52
3.2. O SILÊNCIO DOS EXCLUÍDOS.....	57

PARTE II

4. AS FAVELAS NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO.....	62
---	-----------

4.1. A DESIGUALDADE NO BRASIL E O SURGIMENTO DAS FAVELAS.....	62
4.2 FAVELAS: “LUGARES ÊMICOS” E “NÃO LUGARES”	69
5. O GRUPO ABRIL E A VEJA NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DAS GRANDES CORPORações DE MÍDIA.....	73

PARTE III

6. VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA EM REPORTAGENS DA VEJA.....	77
6.1. SEGREGAÇÃO ESPACIAL: A FAVELA COMO O VIZINHO INDESEJADO.....	78
6.2. A FAVELA COMO O LUGAR DA CRIMINALIDADE	86
CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS.....	109

INTRODUÇÃO

A estrutura da produção, distribuição e consumo de bens simbólicos que se dá no campo jornalístico brasileiro reflete a estrutura social, política e econômica do País. De um lado, temos a chamada “grande mídia”, formada por grandes grupos de comunicação, como as organizações Globo, o grupo Abril e o grupo Folha, todos sediados na região Sudeste do País, nos dois estados mais ricos da nação, Rio de Janeiro e São Paulo. Na mídia impressa desses grupos, encontram-se os jornais e as revistas mais lidos no Brasil, como é o caso de revistas como a Veja e a Época ou os jornais Folha de São Paulo e O Globo. Para esses veículos de comunicação convergem os grandes anunciantes, megacorporações nacionais e multinacionais, responsáveis pela maior parte da receita desses jornais e revistas, visto que pagam um alto custo por espaços para publicidade.

De outro lado, temos os veículos ditos “alternativos”, órgãos de imprensa menos representativos do ponto de vista da abrangência, mas nem por isso menos necessários, por representarem um discurso de resistência, um contraponto ao discurso hegemônico. Algumas publicações têm assumido esse papel, é o caso de Caros Amigos, Carta Maior e Brasil de Fato, não obstante as dificuldades de se manter um jornal ou uma revista sem o apoio financeiro de grandes anunciantes, empresas ricas dos diversos setores, como montadoras de automóveis, empresas de telefonia, companhias de aviação, bancos privados e companhias petrolíferas.

O jornalista e cientista político Bernardo Kucinski distingue a imprensa alternativa dos veículos da grande mídia pelo fato de que a ética da imprensa alternativa é de intervenção¹, ou seja, a preocupação desses veículos vai além de simplesmente “apresentar” os fatos do mundo, pois procura-se intervir para mudar a estrutura social.

A grande imprensa, por outro lado, adota uma prática discursiva que contribui para a manutenção dessa ordem, por ser ela, ao mesmo tempo, fruto e agente legitimador da estrutura social, representando de acordo com os interesses dos grupos dominantes as posições e relações políticas, sociais e econômicas. Ao tratar de criminalidade, por exemplo, os discursos conservadores podem contribuir para a naturalização e a disseminação do preconceito contra pobres, moradores de favelas, intensificando a já enorme segregação social, ou ainda, por tratar o assunto com

¹ Depoimento disponível no endereço eletrônico <http://www.youtube.com/watch?v=o9jaAZi8sjs>

superficialidade, omitir a relação que a criminalidade tem com o poder, as políticas sociais e a estrutura socioeconômica, contribuindo para a manutenção da ordem estabelecida.

Este trabalho consiste em uma análise do discurso da revista *Veja*, como representante da grande mídia, e seu modo de construir, pela linguagem, uma imagem para os grupos sociais excluídos, especialmente os moradores de favelas. Essa análise se orienta pela concepção de linguagem defendida pela nova Pragmática², fundamentada nas idéias de pensadores como Ludwig Wittgenstein³ (jogos de linguagem), John L. Austin (atos de fala) e Jacques Derrida (desconstrucionismo). Procurarei responder às seguintes questões: a) de que modo a imagem social dos moradores de periferia e de favelas é construída no discurso da grande mídia?; b) por que esse modo de apresentar a favela e seus moradores constitui uma forma de violência pela linguagem?; c) como os estudos críticos da linguagem podem contribuir na luta contra a violência linguística praticada no discurso da grande mídia sobre grupos socialmente excluídos?

Parto da hipótese de que há, na revista *Veja*, uma prática de representar os habitantes de favelas como “o outro” de seu discurso, como abjetos e incapazes, prática essa que constitui uma forma de violência linguística, visto que é um modo de naturalizar posições sociais que são fruto da opressão sofrida por essas pessoas e de conflitos sociais travados ao longo de nossa história.

As concepções tradicionais de linguagem não têm dado conta dos fenômenos linguísticos em sua totalidade, por ignorarem as relações entre linguagem e sociedade, poder, mudança social. É necessário que os estudos linguísticos estejam voltados para a língua em uso e seu papel relevante na construção das relações de poder, de modo que o linguista deve cada vez mais pensá-la do ponto de vista ético. Pensar a linguagem em uma perspectiva ética é trazer para o centro do debate o fato de que nossos usos linguísticos são ações, atos de fala que têm consequências pelas quais somos inteiramente responsáveis, pois, como lembra Austin (1990, p.27), “nossa palavra é nosso penhor”.

² O termo Nova Pragmática foi utilizado por Kanavillil Rajagopalan e dá título a uma de suas obras (Nova Pragmática, fases e feições de um fazer), publicada em 2010, em que se reúnem vários textos que tratam dos estudos pragmáticos e do caráter ideológico e político inerente a qualquer pesquisa científica.

³ Consideramos aqui as ideias do chamado “segundo Wittgenstein”, ou “Wittgenstein da segunda fase”, cuja obra basilar, *Investigações Filosóficas*, publicada postumamente em 1953, é uma crítica ao conceito de linguagem da tradição filosófica, defendido anteriormente por ele próprio e levado às últimas consequências no seu *Tractatus Logico-Philosophicus*, em 1922.

Nesse contexto, os indivíduos pertencentes aos grupos socialmente desfavorecidos são constantemente alvo de uma forma de violência muitas vezes silenciosa e sutil, mas nem por isso menos cruel, que é a violência que se dá pelo uso da linguagem. A linguagem, que constrói o mundo, que elabora e estrutura a realidade circundante, e não simplesmente a representa, é o elemento que torna possível essa realidade injusta e cruel, que exclui e massacra legiões de deserdados. Essa linguagem, que, como afirma Derrida (apud FERREIRA, 2007), “carrega a necessidade de sua própria crítica”, não pode ser tratada pelo linguista mediante uma postura meramente contemplativa ou descritiva. É necessário estudá-la buscando compreender o que há de problemático em seu uso nas práticas cotidianas, nas situações ordinárias em que ela se faz presente. As grandes mídias, nesse sentido, oferecem um vasto campo de investigação, não só vasto, mas extremamente relevante, pelo fato de que participam ativa e intensamente da construção de nosso sistema de crenças.

Este trabalho é relevante, portanto, para a disciplina Linguística, por posicionar-se contra a postura conservadora dos estudos linguísticos de base estruturalista e consistir numa experiência de pesquisa preocupada com a dimensão social e ideológica da linguagem, pois tem como objetivo compreender e apontar situações de violência linguística praticada pela grande mídia. Procuro colocar em discussão questões pertinentes, como violência linguística e exclusão social, muitas vezes relegadas a um plano secundário em nossa sociedade, cada vez mais dominada pela cultura do individualismo e do consumismo. Por entender que essas questões estão diretamente ligadas à linguagem, pois nela se geram e se fundamentam, mas são também (e por isso mesmo) de natureza social, procurei articular teorias linguísticas críticas com pensadores que se voltam para a compreensão dos fenômenos sociais da contemporaneidade, como John B. Thompson, Pierre Bourdieu, Zigmunt Baumann, Marc Augé, Stuart Hall e Judith Butler, para procurar compreender melhor certas questões relacionadas a ideologia, mídia, violência linguística e identidades culturais. Desse modo, o trabalho adquire um caráter interdisciplinar que é necessário para sua fundamentação, mas que também lhe dá relevância pelo fato de ser uma experiência de pesquisa em linguística aberta ao diálogo com outras disciplinas.

Além disso, o ensino de língua tem cada vez mais recebido a influência da perspectiva sociointeracionista da linguagem, o que faz com que o foco da atuação do professor seja o uso da língua em situações reais de comunicação, e não a descrição metalinguística de um sistema que não corresponde à realidade social. Com isso, a Pragmática apresenta-se como importante ferramenta para os professores no trabalho

com gêneros discursivos, sobretudo os das mídias de massa, como o jornalismo, pois permitem uma postura crítica diante desses textos, ou seja, possibilitam a capacidade de se perceber as tensões sociais estabelecidas linguisticamente, bem como a busca de alternativas de luta contra as práticas opressoras e excludentes da grande mídia.

A pesquisa, portanto, é relevante também para o professor de língua, para que possa apropriar-se das estratégias de construção desses discursos, estar ciente de como se dão os embates ideológicos na imprensa e ser capaz de contribuir para a formação de leitores críticos e conscientes, capazes de agir pelo discurso na construção de uma sociedade mais justa, menos violenta e excludente.

Esse trabalho guiou-se pelo objetivo de analisar o caráter ideológico do discurso da revista *Veja*, especialmente na forma como esse discurso contribui para a construção de uma imagem preconceituosa das populações pobres, moradoras das favelas e periferias das grandes cidades. Procurei identificar e problematizar os atos de fala que, por sua força ilocucionária, revelam um caráter conservador, preconceituoso, comprometido com a manutenção da estrutura social.

Por questão de coerência com o arcabouço teórico que escolhi e no qual acredito, optei por uma pesquisa bibliográfica de natureza interpretativa, em que analisei um *corpus* constituído por matérias da *Veja*, que tratam de temas ligados a moradores de favelas e de bairros de periferia e que foram publicadas entre os anos de 2010 e 2011. Os gêneros discursivos utilizados na análise são a reportagem e a notícia.

Como afirma Moita Lopes (1994), a pesquisa de base positivista, que procura mensurar os fenômenos de modo a alcançar uma “exatidão” e uma “objetividade” na descrição do mundo, detém a hegemonia na comunidade acadêmica. Mesmo nas ciências voltadas para a sociedade, isso é verificado. Ocorre que a Linguística, assim como outras disciplinas sociais e humanas, por tratarem de fenômenos em constante mudança e reconstrução, precisam de uma forma de investigação diferente da utilizada pelas ciências da natureza. Na medida em que o linguista tem consciência de que a linguagem constrói e é construída pela sociedade, ele deve voltar-se para formas de análise alternativas às que nos são fornecidas pela tradição científica positivista.

Minha pesquisa, portanto, não se voltou para a análise quantitativa de dados para propor a padronização de um fenômeno. O que me propus fazer foi, através da análise de textos jornalísticos, interpretar a relação entre o discurso da mídia e o

poder. Analisei reportagens, comparando as diferentes estratégias de construção de sentidos. Minha análise concentrou-se nas formas de designação enquanto atos de fala, com potencial de reificação e naturalização de identidades sociais.

Pode-se dividir o trabalho em três partes: a fundamentação teórica, os elementos histórico-contextuais e a análise. A primeira parte, compreendendo os três primeiros capítulos, propõe-se a situar a pragmática dentro do panorama dos estudos linguísticos (capítulo 1), procurando mostrar como esses estudos evoluíram desde a antiguidade, as várias correntes que o envolvem e as sementes de uma visão pragmática sobre a linguagem ainda nas raízes da filosofia grega. Além disso, procura também mostrar a relação entre atos de fala e ideologia (capítulo 2), assim como a emergência e aplicabilidade do conceito de violência linguística (capítulo 3).

A segunda parte, compreendendo os capítulos 4 e 5, faz um breve levantamento da crise habitacional no país (capítulo 4), o processo de urbanização que resultou na segregação espacial, a questão da escravidão como fator determinante dessa segregação e a emergência do termo favela. Também aborda a posição do grupo Abril e da revista Veja dentro do contexto da formação dos grandes grupos de mídia no Brasil (capítulo 5).

A terceira parte (capítulo 6), constitui a análise de matérias jornalísticas da revista Veja, as quais tratam do tema favela e em que se verificaram dois modos de abordá-la: a favela vista como o vizinho indesejado e como o lugar da criminalidade.

PARTE I

A PRAGMÁTICA: UM OLHAR ANTIESSENCIALISTA SOBRE A LINGUAGEM

1.1. ESSENCIALISMO X PRAGMÁTICA NA GÊNESE DA FILOSOFIA OCIDENTAL

Como mostra Martins (2009), sempre que a filosofia se voltou para a investigação da linguagem, a questão sobre a qual se debruçou foi o sentido. Há uma variedade de pontos de vista a respeito da significação, como se observa em Platão, Aristóteles, Nietzsche, Wittgenstein, Bakhtin, Derrida e outros, entretanto podem-se destacar três linhas principais de abordagem: a realista (a linguagem identifica parcelas da realidade), a mentalista (a linguagem representa acontecimentos mentais compartilhados entre falantes e ouvintes), ambas podendo ser agrupadas sob a classificação de essencialistas, e a pragmática (a linguagem é usada ou vivenciada no fluxo das práticas e costumes de uma comunidade linguística histórica e socialmente determinada).

O “real”, o “mental” e o “histórico-cultural” são dimensões que estão presentes nessas três abordagens, o que as diferencia é o enfoque dado por cada uma a essas dimensões como elemento central para o sentido. Ocorre, algumas vezes, uma mistura entre essas formas de ver a linguagem. No pensamento grego antigo, por exemplo, é possível verificar uma associação entre realismo e mentalismo. É na Grécia antiga que encontramos o embrião dessas três concepções, apesar de a linguagem não ocupar o lugar central na filosofia dos antigos gregos.

Devemos lembrar que o surgimento da filosofia na Grécia foi uma resposta às formas míticas de explicar os fenômenos que desafiavam a compreensão humana. Procurando desviar-se do mito, o pensamento racional buscava explicações “verdadeiras” para os fatos, negando argumentos baseados na imaginação e na fantasia. O pensamento racional se dividiu posteriormente em dois pólos, formados pelos filósofos sofistas e pelos socráticos, estes têm como principais representantes, além do próprio Sócrates, seu discípulo Platão e o discípulo deste, Aristóteles .

Pretendo mostrar que, entre essas formas de abordar a linguagem, a perspectiva pragmática consegue dar conta do caráter multifacetado com que ela se

nos apresenta no dia-a-dia e das contradições sociais que se agravam a cada dia e que têm a linguagem como elemento legitimador.

1.1.1. OS SOFISTAS

A maior parte do que temos a respeito pensamento dos sofistas nos chegou através de Platão, seu opositor. Eles foram estereotipados como apologistas do discurso enganador, dos artifícios da retórica, que utilizavam a linguagem de forma inescrupulosa para manipular opiniões.

O relativismo no tocante à questão da verdade é a principal característica do pensamento dos sofistas. Para eles, não haveria uma verdade absoluta, a verdade seria mutável, de acordo com as variadas circunstâncias, e dependeria da opinião de cada um. Para que essa verdade seja compartilhada por várias pessoas, é necessária a formação de um consenso, o que dependeria da capacidade de persuasão através do discurso.

Protágoras, filósofo sofista do período clássico, cuja filosofia caracterizou-se pelo subjetivismo cético, sintetiza esse relativismo sofista na seguinte máxima: “O homem é a medida de todas as coisas”. Essa frase sugere que qualquer ideia de verdade que tenhamos é determinada por circunstâncias particulares e variáveis, e mesmo que consensuais, não representam uma universalidade imutável, uma verdade essencial.

O papel da linguagem nesse raciocínio é colocado por Górgias de Leontinos em outras duas máximas (apud MARTINS, op. cit.): “Nada existe que possa ser conhecido; se pudesse ser conhecido, não poderia ser comunicado; se pudesse ser comunicado, não poderia ser compreendido” e “Assim como o visível não pode tornar-se audível, ou o contrário, o que subsiste exteriormente a nós não pode tornar-se nosso discurso”. Para ele, a linguagem não pode representar a realidade porque, por ela, o que revelamos é um discurso, que é diferente das substâncias. O discurso, portanto, não manifesta a realidade, ao contrário, as coisas é que se manifestam no discurso.

O discurso, por essa lógica, é condição de possibilidade para compreendermos o mundo. A impressão que temos de haver uma realidade absoluta e estável se dá por causa dos consensos que se formam em torno das opiniões dos homens. Sendo a linguagem, então, a representação das opiniões e impressões dos homens, as quais não são estáveis, podemos concluir que a própria linguagem também é instável, tanto

quanto os consensos que representa, pois só assim pode acomodar a variedade desses consensos. A perspectiva pragmática presente nesse raciocínio se justifica pelo fato de que ele pressupõe a ideia de que a linguagem constrói o sentido, ou seja, a nossa compreensão do mundo.

1.1.2. PLATÃO E ARISTÓTELES

A visão sofista é fortemente combatida por Platão e Aristóteles, filósofos socráticos, que partem do princípio de que existe uma verdade absoluta e imutável. A forma como essa verdade se relaciona com a consciência humana é que se diferencia nos pensamentos desses dois filósofos.

Um dos elementos importantes no pensamento platônico é a visão dicotômica de que existem dois mundos, o *fenomênico* ou *sensível*, o qual podemos apreender pelos sentidos, e o *nomênico* ou *inteligível*, que se encontra no plano das ideias.

O primeiro é imperfeito e “enganador”, dadas as limitações de nossos sentidos, incapazes que são de apreender a verdade das coisas, a coisa em si. O que apreendemos é apenas uma impressão sobre elas.

O segundo é perfeito e eterno, universal, é a essência das coisas, a verdade absoluta sobre elas. Essa verdade não habita o objeto nem o sujeito que o observa, mas um outro plano, imaterial, inacessível aos sentidos. Podemos observar árvores de diversas formas e tamanhos, que crescem, envelhecem e morrem, porém o conceito absoluto de árvore, segundo o qual todas as árvores são árvores, é algo imaterial, que não pode ser apreendido por nossos sentidos, pois encontra-se no plano das idéias.

O pensamento de Platão sobre a linguagem caminha no sentido de provar a existência dessa verdade universal. Para isso, é preciso derrubar o raciocínio lógico sofista presente na afirmação de Parmênides, que diz que a linguagem não pode expressar o que não é, diferentes discursos expressam diferentes verdades, desse modo, duas frases antagônicas são igualmente verdadeiras.

Para Platão, o discurso será verdadeiro quando sua estrutura reproduzir a estrutura do real, caso contrário, é falso. Uma frase do tipo “o homem é anfíbio”, por exemplo, é composta de um sujeito (o homem) e de um predicado (é anfíbio), ambos, isoladamente, referindo-se a coisas ou acontecimentos existentes na realidade. A questão é que a junção desse sujeito a esse predicado não corresponde à estrutura do

real, pois os homens não são anfíbios. A veracidade ou falsidade de um discurso não é determinada pelo consenso que se forma sobre ele, mas pela correspondência com algo exterior ao discurso, a parcela de realidade que ele pretende descrever, o que implica aceitar a existência de uma realidade absoluta.

A filosofia aristotélica, apesar das várias divergências com a platônica, mantém com ela muitas afinidades, de modo que a síntese de ambas fundou os alicerces sobre os quais se edificou o pensamento ocidental desde a antiguidade até os dias atuais. Aristóteles também desenvolve seu pensamento a partir da ideia de uma realidade imutável, essencial. Para ele, também, a linguagem é um instrumento de representação dessa realidade. Na Poética, ao tratar da metáfora, Aristóteles afirma que “Metáfora é a transferência dum nome alheio do gênero para a espécie, da espécie para o gênero, duma espécie para outra ou por via de analogia” (ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO, 2005, P. 42). Essa definição de metáfora deixa claro que, na concepção aristotélica, os nomes pertencem às coisas, e a metáfora é uma forma de transgressão a esse pertencimento. Por esse raciocínio, cada palavra remete apenas a “uma” verdade absoluta, ou seja, designa apenas um ser ou um fato. Qualquer desvio nessa designação é um desvio da verdade.

Aristóteles recusa a ideia de um mundo das “Formas”, no qual se encontrariam o arquétipo das coisas. É no intelecto humano que reside a essência das coisas, e é pelo contato com elas através dos sentidos, estes tão desvalorizados por Platão, que nossa mente extrai essa essência, o que faz, por exemplo, com que todas as árvores, não obstante as suas particularidades e diferenças, possam ser percebidas por nós dentro do mesmo conceito de árvore.

Embora as pessoas e os povos usem sons e línguas diferentes para se comunicar, os conceitos que eles expressam são os mesmos, universais, pois existem “a priori” na mente de todos nós. A fala seria, então, uma representação do que está na alma, e a escrita, por sua vez, uma representação da fala, ou seja, representação da representação.

1.2. HERANÇA METAFÍSICA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

A história do pensamento ocidental é fortemente marcada pela metafísica. A crença em uma verdade absoluta e a estrutura binária de nosso pensamento devem muito ao legado filosófico dos socráticos. Essa busca da verdade resultou em uma crença incondicional na razão, no cálculo, no rigor científico.

Os estudos da linguagem tradicionais, seguindo essa linha, em busca de uma sistematização e um controle de seu objeto de estudo, sempre negligenciaram aspectos de natureza social, visto que a língua, enquanto prática social, não se mostra um objeto monolítico, imutável, pelo contrário, é multifacetada, apresentando variações de acordo com as diversas situações de uso. Para atender à necessidade científica de encontrar uma resposta ao problema da linguagem, definir a “verdade” da linguagem, foi necessário estudá-la como um sistema que apresentasse a idealidade e a imutabilidade do mundo *nomênico* de Platão, ou ainda, concebê-la como uma estrutura inata, presente na *psique*, abordagem que se filia ao pensamento de Aristóteles.

A área da ciência a que chamamos genericamente de Linguística é formada por diversas ramificações que se desenvolveram ao longo da história. Essas ramificações se fundamentam em diferentes concepções de linguagem e perspectivas divergentes acerca do que deve ser o objeto de estudo da Linguística.

A Pragmática, dentro desse contexto, é entendida de modo geral como o ramo da Linguística que estuda os usos que os falantes fazem da linguagem e as condições que determinam esses usos. Essa definição ainda diz pouco, visto que na própria Pragmática temos correntes de pensamento diversas, mas já nos permite diferenciá-la de outras teorias linguísticas, de base metafísica, que procuram sistematizar a linguagem desconsiderando o uso, como é o caso do Estruturalismo e do Gerativismo.

1.2.1. SAUSSURRE E O ESTRUTURALISMO

A linguística estruturalista européia, que tem em Ferdinand de Saussure seu principal ícone, surge com a proposta de delimitar um objeto que se diferenciava de outros estudos relacionados à linguagem, como a gramática e a filologia. A preocupação com uma delimitação da Linguística, que lhe possibilitasse um *status* de ciência autônoma, já aparece presente no início do livro *Curso de Linguística Geral*, de

Saussure. Essa necessidade de delimitação nasce com a percepção de que a Linguística mantém, com outras disciplinas, interesses comuns, de modo que os limites os quais as separam não são tão nítidos.

Saussure mostra-se receoso de que, estudando a linguagem sob vários aspectos, inclusive o social, o objeto da linguística se apresente como um “aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si” (SAUSSURRE, 1997, p. 16), e desse modo outras disciplinas possam reivindicar esse objeto.

Ele estabelece uma separação, um recorte entre língua e fala, em que esta é desprestigiada em função daquela, pois, para ele, o sistema (língua) é o verdadeiro interesse da linguística, enquanto que os usos (fala) devem ser desconsiderados pelos linguistas por apresentarem erros, imperfeições, além de não alterarem o sistema, que é autônomo, fechado em si mesmo.

Para determinar o objeto da linguística, a saber, a língua, Saussure elimina-lhe os elementos externos, ou seja, tudo que se relaciona a fatores culturais, históricos, sociais e ideológicos dos usos linguísticos, os quais seriam de interesse do que ele chama de “Linguística externa”.

O objeto da “Linguística pura”, a *langue*, é formado por signos, que se relacionam mediante determinadas regras. Saussure usa o jogo de xadrez como comparação, afirmando que o que interessa ao linguista são as regras desse jogo, ou seja, o sistema, e não os usos, isto é, as inúmeras possibilidades de ocorrência no decorrer de uma partida. Ilari (2004) explica essa priorização da língua em lugar da fala como uma necessidade científica para os estruturalistas:

Seguindo Saussure, os estruturalistas não só entenderam que seria preciso tratar separadamente do comportamento linguístico das pessoas e das regras a que obedece esse comportamento, mas ainda entenderam que o uso individual da linguagem (a *parole*) não poderia ser objeto de um estudo realmente científico. (ILARI, 2009, p.59)

O signo saussureano divide-se em duas dimensões: uma material, a imagem acústica (SIGNIFICANTE) e outra conceitual, a idéia (SIGNIFICADO). Essas dimensões são indissociáveis, pois não podem ser concebidas isoladamente. Para Saussure, os fonemas que formam a palavra MAR sempre estão acompanhados da idéia de mar, e não de outra. Por esse pensamento, o signo apresenta uma fixidez do sentido, ou seja, o significado permanece inalterado e sua relação com o significante é estável, não variando em contextos diferentes.

1.2.2. CHOMSKY E O GERATIVISMO

O gerativismo surgiu como oposição à linguística behaviorista, inspirada nas idéias de B. F. Skinner, para quem capacidade de comunicação humana é condicionada por estímulos externos. As respostas a esses estímulos formam os hábitos, que constituem a estrutura da linguagem. Como diz Kenedy (2008), para os linguistas behavioristas, como é o caso de Leonard Bloomfield, nossa linguagem é um fenômeno externo a nós, “um sistema de hábitos gerado como resposta a estímulos e fixado pela repetição”.

Numa resenha que escreveu sobre o livro *Comportamento Verbal*, de Skinner, Noam Chomsky critica a teoria dos behavioristas, principalmente no que se refere ao fato de não levarem em conta a criatividade e a imprevisibilidade de nossos usos linguísticos. A criatividade, segundo ele, é a principal característica de nossa linguagem.

Os gerativistas explicam a capacidade humana de falar e entender uma língua como sendo uma faculdade inata, que nos permite apreender a estrutura da língua e construir ou compreender frases que nunca ouvimos antes, é uma competência que todos temos. Os gerativistas também precisaram fazer uma escolha entre dois elementos de uma dicotomia: competência e desempenho (ou performance). Para ser possível sua teorização, tiveram de desconsiderar o desempenho, ou seja, os usos concretos que os falantes fazem da linguagem, e debruçar-se sobre a competência, buscando descrevê-la enquanto um sistema organizado (gramática gerativa transformacional).

Assim como Saussure, Chomsky e os gerativistas negligenciaram a dimensão social da linguagem em função de um ideal científico de sistematização. Pela idéia da capacidade inata de cada indivíduo, é possível pensar no absurdo de um falante solitário, alguém que desenvolvesse a capacidade de falar sem a vivência em sociedade, como nos coloca Rajagopalan (2010), seria uma espécie de Robinson Crusóé linguístico.

1.3. OUTRAS ABORDAGENS

Outras teorias, surgidas na segunda metade do século XX, trazem outras formas de abordar a linguagem, considerando seus aspectos sociais. Entre elas, destaco a Análise do Discurso e a Análise do Discurso Crítica, por considerarem a relação entre discurso e sociedade, e a Gramática do Design Visual, que propõe uma análise de imagens a partir de categorias oriundas de estudos linguísticos. Esta última servirá de suporte neste trabalho para a análise de algumas imagens publicadas na revista *Veja*.

1.3.1. A ANÁLISE DO DISCURSO (AD)

A Análise do Discurso surge na França no fim da década de 1960, com Michel Pêcheux, articulando a noção de discurso com as idéias de sujeito e ideologia. Costuma-se adicionar o adjetivo “Francesa” ao nome da disciplina, para diferenciá-la da Análise do Discurso Crítica, de Norman Fairclough. Pela abordagem teórica da AD, observa-se que sujeitos situados ideologicamente em lugares diferentes utilizarão termos diferentes para representar um fato social. Um exemplo disso é que, provavelmente, um sujeito identificado com a ideologia dos movimentos dos trabalhadores rurais Sem-Terra utilizaria o termo *ocupação* para determinada ação que seria designada como *invasão* por um membro da UDR.

Portanto, o sentido de um termo depende da inscrição ideológica do sujeito que o utiliza. Os discursos, assim como os sentidos que eles veiculam, não são estáticos, estão em constante movimento e transformação. Os conflitos e as tensões sociais refletem-se na coexistência de diversos discursos concomitantes e divergentes.

É dessa inter-relação social e dessa tensão entre diversos discursos que emerge a noção de sujeito para a AD, um sujeito polifônico, constituído por uma heterogeneidade de discursos. Bakhtin é o pensador que nos traz a noção de polifonia, que é posteriormente trabalhada por Althier-Revuz. Essa noção diz respeito às várias vozes constitutivas do sujeito. Sendo esse sujeito fragmentado, resultante de diversos discursos, as identidades por ele assumidas são transitórias, fluidas.

Fernandes (2008) nos mostra que Foucault e Pêcheux contribuíram com o conceito de **formação discursiva**, que diz respeito ao lugar de onde o sujeito enuncia. Esse conceito permite prever, de acordo com as condições de produção, os enunciados possíveis, ou seja, o que pode e o que não pode ser dito por determinado

sujeito em determinado contexto. A percepção da coexistência de diversas formações discursivas que se tocam e se limitam mutuamente enriqueceu a AD na medida em que colocou em xeque a noção de máquina discursiva, presente em um primeiro momento da disciplina.

O autor ressalva também que a Análise do Discurso é uma disciplina transdisciplinar, pois se vale de uma série de conceitos e conhecimentos de disciplinas diferentes para sua constituição. Entre essas disciplinas estão o Materialismo Histórico, que muito contribui para a noção de condições de produção do discurso, a Psicanálise, de onde emerge a noção de sujeito, e a própria Linguística.

A Análise do Discurso passou por três momentos. Num **primeiro momento**, a AD se pautava pela noção de *maquinaria discursiva*. O discurso era visto como algo homogêneo, fechado em si, sem sofrer interferências de outros discursos. Contribuíram para esse momento o estruturalismo pós-saussureano e as teses de Althusser sobre a determinação ideológica do sujeito, o sujeito assujeitado. O **segundo momento** da AD começa por colocar em xeque a noção de maquinaria discursiva, quando traz à tona o conceito de *formação discursiva*, que seria constituída de outras formações, de elementos que vêm de seu exterior. O **terceiro momento** leva ao extremo a desconstrução da ideia de maquinaria discursiva, por reconhecer a ausência da estabilidade do discurso e sua heterogeneidade, provocando a discussão sobre o *discurso-outro* presente em todo discurso.

Apesar do avanço em reconhecer e levar em consideração a vinculação entre discurso e sociedade, a AD concebe essa relação como unidirecional, de modo que não prevê a possibilidade de o discurso agir sobre a sociedade, modificando-a. A noção de assujeitamento do sujeito é uma das pedras fundamentais dessa teoria, e estabelece uma dificuldade de se pensar uma postura interventora, que objetive mudanças sociais a partir da linguagem.

1.3.2. A ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA (ADC)

O linguista britânico Norman Fairclough trouxe contribuições decisivas para a disciplina de Análise do Discurso, passando a considerar a relação dialética entre discurso e sociedade, ou seja, o fato de que as práticas discursivas são modificadas, mas também modificam a estrutura social. Essa é, inclusive, uma das principais críticas feitas à AD francesa, o fato de conceber a relação entre discurso e sociedade

de modo unidirecional, o discurso sendo sempre determinado pela estrutura social e nunca tendo a possibilidade de agir sobre ela.

A abordagem da ADC representa um avanço em relação à AD, ao meu ver, porque, diferentemente desta, prevê a possibilidade de a estrutura social ser modificada pelo discurso. O próprio título da obra de Fairclough, “*Discourse and Social Change*” (Discurso e Mudança Social), deixa clara essa concepção dialética de discurso.

Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. (...) segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

Fairclough concebe a noção de discurso dentro de um modelo tridimensional, que compreende: a) texto – diz respeito aos elementos formais e estruturais, como as escolhas lexicais e gramaticais, os elementos de coesão etc.; b) prática discursiva – corresponde aos mecanismos de produção, distribuição e consumo, ao contexto de interação discursiva, à intertextualidade etc.; c) prática social – envolve os fatores que dizem respeito à ideologia (sentidos, pressuposições, metáforas) e à hegemonia (orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas).

Fig. 1



Sob a influência da Linguística Sistêmica Funcional, desenvolvida por Michael Halliday, Fairclough propõe três funções da linguagem: I – função identitária: o discurso contribui para a construção de identidades sociais e posições de sujeito; II – função relacional: o discurso contribui para o estabelecimento de relações entre os indivíduos; III – função ideacional: o discurso possibilita a elaboração de sistemas de

conhecimento e crença. Fairclough acrescenta ainda a sua lista a função textual, também proposta por Halliday e que consiste em como, a partir das escolhas lexicais e gramaticais do falante, “as informações são trazidas ao primeiro plano ou relegadas a um plano secundário, tomadas como dadas ou apresentadas como novas, selecionadas como ‘tópico’ ou ‘tema’” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

Fairclough desenvolve sua teoria sobre as funções da linguagem posteriormente, reunindo as funções textual e relacional em uma só, denominada função acional, rejeitando a ideia de uma função textual separada, como mostram Resende e Ramalho (2006).

A ADC tem se mostrado importante ferramenta de análise em pesquisas linguísticas voltadas para a dimensão social da linguagem. Por oferecer um suporte eficiente para a compreensão das relações entre discurso e sociedade, tem servido como fundamentação teórica para o trabalho de diversos linguistas no Brasil. Entretanto, como uma disciplina tributária da Linguística Sistêmica Funcional, ainda mantém, nesse aspecto, uma filiação à linguística tradicional, por pensar a linguagem enquanto sistema apreensível, previsível. Em minha pesquisa, portanto, apesar de reconhecer as enormes contribuições da ADC, persigo uma abordagem mais filiada à Nova Pragmática, dentro de uma concepção de linguagem enquanto sistema indômito, que foge a toda tentativa de “controle” teórico.

Não obstante a essa escolha, utilizei, em análise de imagens, outra disciplina que, assim como a ADC, é tributária da Linguística Sistêmica Funcional: a Gramática do Design Visual.

1.3.3. A GRAMÁTICA DO DESIGN VISUAL (GDV)

De acordo com Dionisio (2005), toda ação social é multimodal. Sob essa perspectiva, todo texto, por ser uma ação social, apresenta multimodalidade como traço constitutivo. Segundo a autora, mesmo quando produzimos textos ditos verbais, orais ou escritos, estamos combinando palavras e gestos, palavras e entonações, palavras e tipográficas, palavras e imagens etc. A organização multimodal se dá em diferentes níveis de um texto para o outro, de modo que o nível de informação visual nos textos escritos varia num *continuum*, que vai da menor incidência de informação visual à maior incidência. Anne Wysocki (apud Dionisio, 2005) afirma que “todos os

textos com base numa tela do computador e numa página são visuais e seus elementos visuais e arranjos podem ser analisados”.

Desse modo, sendo usada cada vez mais com uma função textual, ou seja, constituindo linguagem, a imagem tem um valor ideológico, pois como diz Bakhtin (1929), não há linguagem sem ideologia, já que todo signo tem caráter ideológico. Todo ato de linguagem é determinado pelos participantes, aqueles que interagem, e pelo contexto social em que estes estão inseridos. A linguagem, portanto, é um espaço dialógico em que estão em conflito as concepções ideológicas dos interlocutores.

A Gramática do Design Visual, de Kress e Van Leewen, diferencia-se das teorias tradicionais de análise da linguagem visual pelo fato de que essas teorias abordavam apenas aspectos “lexicais” das imagens, enquanto a GDV possibilita uma análise de aspectos “gramaticais”, de uma “sintaxe” dos elementos visuais, como mostram Fernandes e Almeida (2008).

Tomando como base a teoria da Linguística Sistêmica Funcional (LSF), de Halliday, Kress e Van Leewen (2006) propõem para a linguagem visual uma estrutura em três metafunções, as quais se fundem na unidade lingüística. São elas: a função representacional, que corresponde à ideacional na LSF, através da qual se constrói uma representação para o mundo mostrado na imagem; a função interativa, correspondente à interpessoal, que estabelece uma relação entre os participantes interativos (produtor da imagem e observador); e a função composicional, que corresponde à textual, pela qual se organizam coerentemente os elementos da imagem para expressar a mensagem.

Neste trabalho, pretendo analisar reportagens da revista *Veja* enquanto atos de fala violentos. Para isso, entendo que não posso negligenciar a observação de imagens utilizadas pela revista, seja na capa, seja nas páginas internas, imagens essas que não podem ser desvinculadas do propósito ideológico do discurso da *Veja*, pois são estrategicamente selecionadas em função desse discurso. Para isso, utilizarei como ferramentas de apoio alguns conceitos da GDV. Minha análise se deterá na metafunção representacional, ou seja, o modo como a *Veja*, através das imagens que utiliza em suas matérias, constrói uma representação para o mundo.

II.1. – FUNÇÃO REPRESENTACIONAL

A função representacional é responsável por indicar “aquilo que é mostrado”, construindo visualmente o mundo representado na imagem, seus participantes (pessoas, objetos, lugares), as relações entre eles, os eventos, as ações, as características, o que está acontecendo. De acordo com Fernandes e Almeida (2008), Kress e van Leeuwen subdividem a função representacional em estrutura narrativa e estrutura conceitual.

II.1.A – Estrutura narrativa

A estrutura narrativa se dá quando há a presença de vetores indicando ação. Ocorre em imagens que mostram, por exemplo, pessoas praticando ações (apertar a mão, saudar, beijar, esmurrar, atirar etc.) em outros seres ou pessoas. Caracteriza-se pela existência de um vetor, ou seja, uma direção e um sentido de onde a ação parte e para onde ela se destina. O participante do qual parte o vetor é denominado *ator*, e aquele ao qual a ação se dirige é a *meta* (goal). Nesse caso, dizemos que a ação é *transacional*. Em uma foto de revista, o espectador, ou leitor, pode figurar como meta de uma ação transacional, por exemplo, quando o ator dirige sua ação à lente da câmera. Quando a meta não é representada na imagem, ou seja, não fica determinado a quem ou a que o vetor se dirige, a ação é *chamada não-transacional*. Isso pode ser construído mediante um olhar e uma ação oblíquos por parte do ator, desviados da lente da câmera, sem uma meta explícita. Nesses casos, entretanto, a noção de meta pode ser recuperada contextualmente, ou seja, o ato de fala total sugere quem é o alvo da ação, embora ele não seja especificado na imagem. Quando da meta parte outro vetor em direção ao ator, a ação é *bidirecional*, pois ambos são, ao mesmo tempo, ator e meta, como, por exemplo, numa imagem que mostra duas pessoas dando um aperto de mão.

Quando a ação é realizada a partir do olhar de um dos participantes representados, temos um processo de reação, e não de ação. Nesse caso, a origem do vetor chama-se *reator*, e o destino, *fenômeno*. O processo de reação também pode ser transacional ou não-transacional, conforme seja ou não determinado o fenômeno.

Podemos ter ainda os processos verbais ou mentais, quando há balões representando, respectivamente, a fala ou o pensamento. A origem do vetor, ou seja, quem fala ou pensa, denomina-se, respectivamente, *dizente* e *experenciador*, e o destino do vetor, isto é, aquilo que é dito, denomina-se *enunciado*, e aquilo que é pensado, *fenômeno*.

II.1.B – Estrutura conceitual

A estrutura conceitual se dá quando não há presença de vetores indicando ações. Nesse caso os participantes são representados como fazendo parte de um grupo, como parte de um todo ou como símbolo de um conceito.

No *processo classificacional*, os elementos pertencem ao mesmo grupo e têm características comuns. Ocorre, por exemplo, em folders de aparelhos celulares, em que há várias opções de aparelhos para o consumidor escolher. Nesse exemplo, cada aparelho é chamado *subordinado*, e o grupo a que pertence, de aparelhos celulares, é o *superordinado*.

No processo analítico, ocorre a relação entre as partes e o todo de um conjunto. É muito comum nos anúncios de automóveis, em que geralmente se tem a imagem maior do carro (*portador*) e várias imagens menores de seus acessórios (*atributos*). Quando é especificada a relação entre os atributos e o portador, o processo analítico é *estruturado*, quando essa relação não é especificada, o processo é *desestruturado*.

Os processos simbólicos estabelecem a identidade do participante através de atributos, representando-os em termos do que são ou significam. Estabelecem uma relação entre o *portador* e seus atributos possessivos. Subdividem-se em *atributivos*, quando há um realce do participante, pelo tamanho exagerado, posição de destaque na imagem, iluminação, maior detalhamento, saliência em relação a outros participantes etc., e *sugestivos*, quando há apenas um participante, o próprio portador, e seu significado é estabelecido pela mistura de cores, suavidade do foco ou acentuação da luminosidade, destacando sua silhueta.

1.4. A PROPOSTA DA “NOVA” PRAGMÁTICA

Em primeiro lugar, é importante atentar para o adjetivo “Nova”, da expressão “Nova Pragmática”. O termo pressupõe que existe ou existiu uma Pragmática que seria “Velha”. Na verdade, o adjetivo “Nova” vai opor dois fazeres em Pragmática, um que ainda se filia a uma busca de sistematização no tratamento dado à linguagem, e portanto à análise de situações idealizadas, e outra que se propõe a estudar situações reais e problemáticas da linguagem para a compreensão de fenômenos de natureza social, articulando-se com outras disciplinas.

Joana Plaza Pinto (2009) mostra que a Pragmática é definida tradicionalmente como a ciência que estuda a língua em uso, assim como as condições que governam as práticas linguísticas. A autora apresenta as diversas correntes em Pragmática, mostrando que, dentro da proposta de pesquisar o uso linguístico, há uma ampla e variada gama de temas para análise, o que acaba gerando também uma diversidade de posturas dentro da própria disciplina. Ela mostra que alguns estudos, como é o caso de Benveniste, procuram classificar os atos de fala, empreendimento que o próprio Austin, o “pai” da teoria, já alertou que levaria ao fracasso.

Desde que o termo *pragmatics* foi utilizado pela primeira vez por Charles S. Pierce, em 1878, até os dias de hoje, a Pragmática passou por várias fases, e podemos reconhecer a existência três correntes de estudos pragmáticos: o Pragmatismo Americano, os Atos de Fala e os Estudos da Comunicação.

O Pragmatismo Americano fundamenta-se nas ideias de Pierce, desenvolvidas posteriormente por linguistas como William James, Charles Morris e Willard V. Quine. Essa corrente volta-se, principalmente, para a investigação das condições de determinação da verdade de uma sentença.

A teoria dos Atos de Fala, criada por John L. Austin, argumenta em torno da ideia de que as palavras realizam ações, todo proferimento é um “fazer”, mesmo quando tem aparência de uma mera constatação. Portanto, deve ser analisado não sob critérios vericondicionais, e sim sob critérios de felicidade/infelicidade. Farei uma abordagem mais detalhada dessa teoria na seção 1.4.2.

Os Estudos da Comunicação são apontados por Pinto (op. cit.) como um conjunto de pesquisas pragmáticas em que pode haver aspectos de ambas as correntes anteriores, mas que tem o mérito de levar em consideração teorias filosóficas historicistas ausentes nessas correntes. Teorias sociais de base marxista, por exemplo, são adotadas para tentar explicar o que significa, para a comunicação, a diferença de classes sociais. Além disso, no mundo contemporâneo, em que os

conflitos sociais não se dão somente no âmbito da classe, mas também envolve outras questões, como gênero e raça, há um vasto campo teórico de que a pragmática se utiliza para explicar o componente linguístico desses conflitos.

Esses estudos, como nos explica a autora, sofrem algumas críticas, baseadas na acusação de não estarem “fazendo pesquisa em linguística”, por se voltarem para elementos considerados até então como não pertencentes à linguagem. Entretanto:

O contra-argumento principal a essa crítica é que a demarcação dos limites entre linguagem e mundo, ou entre linguagem e sociedade é uma tarefa inglória e reducionista. Em outras palavras, pensar que incluir aspectos sociais chamados “extralinguísticos” em uma análise leva risco de não se “fazer linguística”, desvirtuando o campo sagrado do saber sobre a língua, é o mesmo que pensar que aulas sobre educação sexual vão fazer as pessoas terem mais relações sexuais. É uma desculpa frágil para não expor a própria frustração de não apreender o objeto por inteiro. (PINTO, 2009, p. 64)

Rajagopalan (2010) critica duramente a tendência de negligenciar os aspectos sociais nos estudos do chamado “núcleo duro” da Linguística, que representou por muito tempo o pensamento hegemônico na ciência. Ele nos propõe a busca de uma “nova” Pragmática, uma Pragmática social, que se empenhe no projeto de reverter esse quadro. Essa escolha, ele alerta, é essencialmente política e ideológica:

Cognitivismo e societalismo não são simplesmente duas alternativas puramente teóricas. Tampouco é a escolha entre elas apenas uma questão de alcançar adequação para os níveis descritivos ou explicativos. A escolha entre as duas é política. Cognitivismo e societalismo têm como contrapartes na filosofia política o individualismo e o coletivismo – o que implica opiniões conflitantes sobre a natureza do ser humano, sobre a sociedade e a relação entre os dois. A desconsideração da sociedade (...) tem importantes conotações políticas, da mesma forma como o tem a atitude predominante em muitas teorias tradicionais correntes na linguística de conferir um estatuto menor às bases sociais da linguagem. (RAJAGOPALAN, 2010, p. 43)

Mey (2001) também nos propõe uma forma de se fazer Pragmática atrelada à busca da compreensão dos fenômenos sociais. Através da metáfora da voz, e utilizando-se de estudos desenvolvidos por Pierre Bourdieu, como os conceitos de *habitus* e *doxa*, ele discute como se distribuem e se articulam as diversas vozes dentro da formação societal. O autor critica algumas posturas da Linguística tradicional, como, por exemplo, a atitude de mero expectador diante dos fenômenos de linguagem, vistos como “um espetáculo”, ou ainda o fato de privilegiar, nas análises linguísticas, o papel do falante, desprezando o do ouvinte. Ele também chama a atenção para a imprevisibilidade do uso da linguagem, criticando a ideia, difundida pelos estudos linguísticos tradicionais e pelos gramáticos, de que existem respostas canônicas e previsíveis para perguntas feitas no dia a dia.

Mey nos lembra que o que as palavras expressam não é “o mundo em si”, mas uma visão desse mundo, um construto imaginário que, para vir a ser, necessita ser comunicada para criar consenso. As vozes sociais, entretanto, não operam em uníssono na construção da sociedade. Como cada voz corresponde a um personagem social, é evidente que, em uma sociedade plural, fragmentada e extremamente estratificada, ocorrem “desencontros” entre as vozes, algumas destoando das outras, e só em situações especiais e extremas verifica-se alguma harmonia entre vozes de grupos sociais diferentes. Mey chama a atenção para o fato de que, muitas vezes, algumas vozes “sequer conseguem transpor o limiar da escuta” (p. 80), pois é necessário portar uma série de requisitos para que uma voz seja ouvida. Numa sociedade como a nossa, por exemplo, que privilegia a escrita em detrimento da fala, um dos requisitos mais importantes para se conseguir “audiência” é o letramento, condição de admissão ao mundo socialmente móvel.

Mey, apoiando-se em Bourdieu, também discute a noção de violência social, praticada pelos grupos dominantes. Ela é diferente da violência física encontrada nas ruas, por ser uma violência simbólica, reconhecida, mas irreconhecível, que substitui a necessidade de se recorrer à violência aberta e desgovernada. A linguagem assume papel importante nesse quadro, como mecanismo de manutenção e reprodução da ordem política, e o modo como o “texto societal” é organizado determina a forma como os textos são distribuídos e consumidos. Não há como agir linguisticamente de modo independente da estrutura social, pois é ela que determina nossos atos de fala, como o autor afirma:

...não podemos operar nem com apelos desarticulados, nem com atos de fala desprovidos de suporte, ou efetivamente com qualquer técnica linguística não mediada. Tudo o que dizemos ou ouvimos deve passar pela instância de mediação da sociedade: não existe o verdadeiro ‘discurso livre’ (como acreditavam os estudantes de Berkeley em 1968), nem num sentido positivo (eu ‘falando livremente’), nem num sentido negativo (ninguém dificultando minha ‘fala livre’). Minhas atividades linguísticas não são atribuídas a um mundo ‘ideal’ no sentido dos chomskianos, no qual falantes homogêneos exercitam seus direitos de língua de nascimento em harmonia com o ambiente (se de fato algum ambiente é pressuposto, no caso em questão). No que diz respeito aos meus atos de fala, a única perlocução verdadeira que meu ato de fala pode atingir é, novamente, aquela que tem seu suporte [*afforded*] no contexto social. (MEY, 2001, p. 118)

Pode-se, portanto reconhecer, na proposta da Nova Pragmática, uma postura intervencionista, que a coloca como uma disciplina da linguística crítica. De acordo com Alencar (2006), a linguística crítica propõe alterar as formas injustas de distribuições de bens políticos, culturais e econômicos nas sociedades

contemporâneas. Para isso, o projeto crítico-transformador da linguística crítica reclama:

- a) reconceitualização de linguagem e linguística por meio da superação das dicotomias tradicionais: verbal *versus* não-verbal, linguístico *versus* não-linguístico, abstrato *versus* experiencial, texto *versus* contexto;
- b) o estudo das práticas discursivas linguísticas como um lugar para operacionalização de ideologias (tomada aqui como um sentido a serviço do poder);
- c) a reflexão sobre a possibilidade de uma pesquisa linguística transformadora (noção de *empowerment*). (ALENCAR, 2006, p. 42)

Algumas questões negligenciadas pela linguística tradicional passam então a ter um papel central nos estudos da linguística crítica e, portanto, da Nova pragmática. Uma delas é a questão da ideologia, de que tratarei no capítulo 2, outra é a questão da identidade, pois a comunicação, diferente do que a visão tradicional defende, não é um processo em que as pessoas fornecem informações para receptores, mas a forma pela qual dramatizamos o ser, construindo e projetando desejáveis versões de nossa identidade. Nesse sentido, torna-se fundamental compreender as relações entre identidade e poder, como afirma a autora:

Trabalhar a questão da identidade – entendendo-a como a negociação de múltiplos sentidos que constroem múltiplas identidades sociais e pessoais – é enfrentar um projeto de investigação linguística que objetive a desconstrução (ou desnaturalização) de ideologias. As categorias com que nos descrevemos nós mesmos falando sobre e para outros são tidas por esses outros como categorias naturais. Além de esses discursos, pessoais e institucionais, constituírem nossas subjetividades, instauram relações de poder. (ALENCAR, 2006, p. 46)

Tratar da questão da identidade exige que nos debrucemos sobre uma série de noções que estão ligadas a ela, a saber, diferença, subjetividade, alteridade e exclusão, como argumenta Ferreira (2010). Ele concorda com teóricos como Stuart Hall, para quem a noção de identidade deve ser substituída pela de identificação, já que, nos processos de subjetivação, a identidade não é algo pronto e acabado, mas está sempre acontecendo. Hall (2011) mostra que a ideia da identidade unificada, completa, resolvida é uma ilusão, pois ela está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. Ele cita a abordagem de Lacan sobre a emergência do sujeito como um processo de fragmentação. O sujeito masculino, por exemplo, forma-se a partir da negação das partes femininas, porém elas permanecem com ele e encontram expressão inconsciente em diversas formas não reconhecidas, na vida adulta.

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em

andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir do nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos pelos *outros*. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude. (HALL, 2011a, p. 39)

O movimento de identificação se dá pela enunciação e iteração de traços, com a consequente exclusão de outros. É, portanto, o estabelecimento de uma fronteira que abriga determinados traços de sentido, constituindo uma forma de representação que se articula com outras na estrutura hierárquica do corpo social.

“A diferença e a existência de um ‘outro’ aparecem como condição primeira da definição de cada instância da identidade. Para haver um movimento de identificação é preciso que existam indivíduos que se reconheçam como distintos de uma instância que se reconhece, por sua vez, como representando um mesmo ou uma identidade dominante”. (FERREIRA, op. cit., p. 21)

Esse modo relativamente novo de encarar a linguagem, voltando-se para sua dimensão social, a chamada “reviravolta pragmática”, tem suas raízes nos estudos da filosofia analítica, sobretudo nas ideias de Ludwig Wittgenstein e John Langshaw Austin.

1.4.1. WITTGENSTEIN E A LINGUAGEM COMO JOGO

Wittgenstein (2009), contradiz toda uma tradição filosófica que postulava a função estritamente designativa da linguagem (tradição com a qual ele anteriormente havia comungado, com seu *Tractatus Logico-Philosophicus*). Como mostra Oliveira (2006), para o Wittgenstein do *Tractatus*, que levou às últimas consequências o pensamento tradicional, a linguagem constitui “figura da realidade”, e a estrutura da língua deve ser idêntica à estrutura formal do mundo. Para essa teoria, a linguagem humana se divide em duas dimensões: os “atos físicos” (falar) e os “atos espirituais” (ter-em-mente, pensar, compreender). Os atos espirituais são responsáveis pela significação das palavras, o que coloca a questão do sentido fora do plano linguístico.

O chamado “segundo” Wittgenstein faz a crítica a seu próprio pensamento anterior, mostrando que a significação não é permanente e unitária, não está estabelecida de modo definitivo, o que não quer dizer que não haja significado. O contexto socioprático passa a ser elemento central na determinação desse significado. Surge então o conceito wittgensteiniano de “jogo de linguagem”, ou seja, cada dimensão da vida em sociedade, cada situação diferente, com todas as suas

implicações contextuais, constitui um jogo com suas respectivas regras. O significado das palavras é determinado em cada jogo, pois elas ganham novos sentidos em novas situações. Esse pensamento resgata o caráter social da linguagem, visto que as regras dos diferentes jogos são estabelecidas pelas convenções sociais. Ele apresenta vários exemplos para mostrar que contextos diferentes geram jogos de linguagem diferentes e, conseqüentemente, sentidos diferentes.

A palavra ler é empregada *diferentemente* quando falamos de principiante e quando falamos de leitor treinado. – Gostaríamos de dizer, é claro: o que se passa no leitor treinado e o que se passa no principiante quando proferem a palavra, não *pode* ser a mesma coisa. E se não houver diferença naquilo de que precisamente estão conscientes, por certo, havê-lo-há no funcionamento inconsciente do seu espírito; ou mesmo no cérebro. (WITTGENSTEIN, 2009, p. 90)

Wittgenstein defende a ideia da infinitude dos jogos de linguagem, a idéia de que é impossível reduzir o signo a um significado essencial, pois as possibilidades são inesgotáveis. Além disso, os jogos de linguagem são convenções coletivas culturalmente estabelecidas e, assim como não podem ser jogados por uma só pessoa, não podem, também, ser criados por uma pessoa isoladamente. Mesmo quando alguém inventa um nome para designar algo desconhecido, novo, essa pessoa o faz mediante regras de determinado jogo de linguagem em que aquele termo se insere. Tomando como exemplo o uso das palavras PENSAR e DOR, por exemplo, ele afirma:

383. Não analisamos um fenômeno (p. ex. o pensar) mas um conceito (p. ex. o conceito de pensar), portanto, o emprego de uma palavra. Assim, pode parecer como se o que praticamos seja nominalismo. Os nominalistas cometem o erro de interpretar todas as palavras como nomes, portanto, de não descrever realmente o seu emprego, mas sim de dar, por assim dizer, apenas uma indicação em papel de uma tal descrição. 384. Você aprendeu o *conceito* “dor” com a linguagem. (WITTGENSTEIN, 2009, p. 160)

Portanto, para Wittgenstein, o sentido das palavras não se dá *a priori*, mas no modo como as empregamos nos diferentes contextos, em diferentes jogos de linguagem. Os “conceitos” e, portanto, a compreensão que temos do mundo são estabelecidos a partir do uso que fazemos da linguagem.

1.4.2. AUSTIN E A LINGUAGEM COMO AÇÃO

Austin (1990) também questiona a tradição de pensamento que restringia a linguagem à função designativa. Pertencente à escola de Oxford, sua obra *How to do Things With Words* é resultado de doze conferências ministradas nos anos 50. Ele

inicia a primeira conferência propondo uma distinção entre enunciados “constativos”, e enunciados “performativos”.

Os enunciados constativos seriam aqueles que têm a função de constatar a realidade, descrevê-la, informar sobre ela. Fariam parte desse tipo de enunciado principalmente as frases declarativas em geral, como, por exemplo, “todo homem é mortal”. Austin mostra, no entanto, que um erro da filosofia tradicional é raciocinar somente com base em declarações, esquecendo-se de que, na linguagem comum, utilizamos outros tipos de enunciado. Ele então introduz a idéia dos enunciados performativos, que têm a função de realizar ações, são proferimentos sem os quais determinadas ações socialmente convencionadas não se realizam. Entre os exemplos de performativos, Austin cita o “aceito”, proferido pelo noivo em uma cerimônia de casamento, e o “aposto”, dito quando se quer realizar uma aposta, afirma ainda que esses proferimentos não podem ser considerados verdadeiros ou falsos, mas felizes ou infelizes.

O performativo tem 3 dimensões indissociáveis e simultâneas:

- a) *ato locucionário* – ato de dizer algo, pronunciar ruídos que formam vocábulos com certo sentido e referência mais ou menos definidos.
- b) *ato ilocucionário* – ato realizado “ao dizer algo”, consiste em atos como: perguntar ou responder; dar uma informação, ou garantia ou advertência; anunciar um veredicto ou uma intenção; pronunciar uma sentença; marcar um compromisso, fazer uma acusação ou uma crítica; fazer uma identificação ou descrição, entre muitos outros.
- c) *ato perlocucionário* – ato realizado “por dizer algo”, consiste nos efeitos alcançados pelos atos de fala, como: convencer, comover, alarmar, obrigar, etc.

Austin apresenta várias condições para que os atos performativos sejam considerados felizes e se mostra empenhado em descobrir os critérios possíveis para defini-los. Ele mostra que as condições de felicidade e infelicidade podem infectar os constativos, assim como as condições de verdade e falsidade podem infectar os performativos.

Utilizando-se do discurso da filosofia tradicional (ou, como diria Wittgenstein, jogando a partir das regras do jogo de linguagem da filosofia tradicional), Austin mostra-se disposto a tentar construir uma linha de raciocínio que consiga estabelecer os critérios para distinguir performativos e constativos. Na verdade, ele parece saber desde o início que essa distinção era uma fantasia, e suas diversas tentativas malogradas parecem não passar de uma inteligente estratégia para lutar no campo

inimigo. Na sétima conferência, por exemplo, ele afirma que não é possível encontrar um critério seguro, do ponto de vista gramatical, para definir os performativos, mas podemos sustentar que todo constativo pode ser colocado na forma de um performativo explícito. Seguindo esse raciocínio, alguns proferimentos constativos podem ser colocados na forma de performativos exposicionais ou vereditivos explícitos, por exemplo, com a fórmula “declaro que...”, assim ele acaba por concluir que não há distinção e que, na verdade, todo constativo é um performativo mascarado. A distinção entre os dois tipos de ato de fala é então eliminada e o termo performativo passa a ser sinônimo de ato de fala.

É necessário, entretanto, distinguir ilocucionários de perlocucionários, por exemplo, distinguir “ao dizer algo eu o estava prevenindo” e “por dizer isso, eu o convenci a parar”.

É preciso, então diferenciar o ato de dizer algo e suas conseqüências, o que é bastante diferente em relação aos atos físicos. Por exemplo, o ato de atirar em alguém pode ser analisado em seus atos físicos mínimos (contrair o dedo, puxar o gatilho, atirar, ferir), mas dificilmente se consegue separar o ato de puxar o gatilho de sua conseqüência, no caso, ferir alguém. Além disso, os atos físicos geralmente têm como conseqüências outros atos físicos, o que não ocorre com os atos de fala.

O termo ilocucionário refere-se não às conseqüências daquilo que dizemos, e sim às convenções de força ilocucionária relacionadas às circunstâncias especiais da ocasião em que o proferimento foi emitido. Por exemplo, dizer “Esse molho é muito apimentado!”, tem a força ilocucionária de uma advertência, mas pode ter o efeito perlocucionário de fazer o ouvinte desistir de provar do molho, bem como pode estimulá-lo a tomar.

Das sentenças que se colocam como declarativas é possível depreender uma força ilocucionária, por exemplo, ao se dizer “Está chovendo”, pode-se estar fazendo uma argumentação, uma aposta ou uma prevenção, assim como ao se dizer “Isso leva ao desemprego”, pode-se estar protestando ou avisando. Essa forma revolucionária de pensar a linguagem põe em cheque as noções de verdade e falsidade e coloca a linguagem como elemento fundamental na construção da realidade social. Toda “verdade” é linguisticamente construída, é isso que nos assinala o filósofo de Oxford nas seguintes palavras:

Gostaria de sugerir, em particular, as seguintes conclusões: (A) O ato de fala total na situação de fala total é o único fenômeno que, em última instância, estamos procurando elucidar. (B) Declarar,

descrever, etc. são apenas dois nomes, dentre muitos, que designam os atos ilocucionários; não ocupam uma posição sui generis. (C) Em particular, não ocupam uma posição sui generis quanto a estarem relacionados aos fatos da forma sui generis chamada de verdadeira ou falsa, porque a verdade e a falsidade não são (exceto por meio de uma abstração artificial sempre possível e legítima para certos propósitos) nomes de relações, qualidades, ou o que seja, mas sim da dimensão de apreciação de como as palavras se situam quanto à adequação aos fatos, eventos, situações, etc., a que se referem. (AUSTIN, 1990, PP. 121 – 122)

Austin tem consciência de que a linguagem é algo indômito e de que toda tentativa de sistematizá-la não passa de artificialismo. Mesmo assim, ele conclui suas doze conferências apresentando-nos as cinco classes gerais de verbos em função da força ilocucionária. O filósofo admite não estar satisfeito com elas, mas ressalva que abrem mais horizontes do que pensar em termos de dicotomias.

1) Vereditivos – Caracterizam-se por dar veredito, realizar juízos de valor, apreciação (considero, absolvo, condeno, estimo, classifico, situo, calculo, etc.).

2) Exercitivos – Consistem no exercício de poderes, direitos ou influências (nomeio, rebaixo, ordeno, mando, multo, concedo, reclamo, escolho, etc.).

3) Comissivos – Comprometem o sujeito com ações ou comportamentos posteriores (prometo, comprometo-me a, compactuo, tenho a intenção de, contrato, dou minha palavra, etc.).

4) Comportamentais – Expressam a reação diante da conduta ou da situação dos demais (peço desculpas, agradeço, lamento, aprovo, apoio, seja bem-vindo, duvido, desafio-o a, etc.).

5) Expositivos – Esclarecem o modo como nossos proferimentos se encaixam no curso de uma argumentação ou de uma conversa, como usamos as palavras (afirmo, nego, declaro, faço objeção, reconheço, corrijo, revejo, informo, pergunto, respondo, retiro, etc.)

Essa nomenclatura, não obstante todas as limitações que possa apresentar, como o próprio autor afirmou, será utilizada em minha análise.

1.4.3. O CARÁTER INDÔMITO DA LINGUAGEM

Pensadores como Austin e Wittgenstein nos deixam como lição, entre outras coisas, a consciência de que a linguagem é algo indômito e que foge a qualquer

tentativa controle e de artificialismos que objetivem sua sistematização. Toda vez que determinadas correntes de pensamento tentam sistematizá-la, o empreendimento é feito mediante um recorte que tem um viés violento de negar os aspectos sociais intrínsecos a ela.

Fazendo isso, deixam de se voltar para questões como o papel da linguagem na construção e manutenção das relações de poder e dominação, tão desiguais e passíveis de questionamento. Assim esses estudos não assumem o papel de buscar uma nova ordem social, pelo contrário, acabam contribuindo para a legitimação do *establishment*.

Dentro da própria pragmática, essa tentativa de sistematização foi realizada, principalmente por John R. Searle, aluno de Austin que, conforme Rajagopalan (2010), assumiu para si a posição de herdeiro intelectual de Austin, embora na verdade tenha conduzido suas idéias por um caminho oposto ao que o filósofo de Oxford parecia nos apontar.

Numa brilhante análise crítica do trabalho de Searle, Alencar (2009) também demonstra como ele empreende uma tentativa de domesticação do pensamento austiniano, procurando adequá-lo aos moldes da tradição analítica. Um dos elementos marcantes da fala de Austin que Searle elimina ao superpor a sua é o humor, a ironia. Em lugar disso, temos o retorno a uma retórica formalista e “bem comportada”. Segundo ela, Searle revela uma postura com traços formais que se distanciam da abordagem de Austin, ao sugerir que o ato de falar é uma forma de comportamento regido por um sistema de regras.

Apesar de Searle tomar para si o “status” de herdeiro da teoria dos atos de fala, as referências ao discurso de Austin são escassas na obra *Speech Acts*, como mostra Alencar (op. cit.), e mesmo nos poucos momentos em que ocorrem, há ou um desvio, através do discurso indireto, ou uma negação da fala de Austin.

Searle, num suposto desenvolvimento das teorias austinianas, introduz o conceito de “conteúdo proposicional”, e na análise do ato de fala, separa esse conteúdo das demais dimensões do ato. Pensar o ato proposicional separado do ato ilocucionário é pensar a linguagem fora das situações de uso, ou seja, pressupõe que a sentença tenha uma significação independente do contexto, o que constitui um retrocesso em relação a Austin. Seu discurso, como Alencar (2010) nos explica, alinha-se à proposta dos atomistas lógicos, como, por exemplo, o Wittgenstein do *Tractatus Logico-philosophicus*, pois defende a ideia de que os atos ilocucionais

representam estados de coisas que têm uma forma lógica. Portanto, Searle traz a teoria dos atos de fala para o campo da lógica, da filosofia analítica, afastando-a das ideias de Austin e aproximando-a do pensamento de filósofos como Frege e Russel.

Há, no discurso de Searle sobre os atos de fala, uma preocupação formalizante que encontra-se em sintonia com a linguística tradicional, em especial a teoria gerativa de Noam Chomsky, que, contemporânea aos estudos realizados por Austin, segue um caminho oposto, na busca de universais linguísticos para sustentar sua ideia de competência, uma “concepção linguística formalista que faz da sintaxe uma máquina mental capaz de gerar sentenças bem formuladas” (ALENCAR, 2010, p. 140). O discurso Chomskiano encontra-se presente em *Speech Acts*, em vários momentos, como por exemplo quando ele afirma “que a linguagem é um comportamento intencional governado por regras interiorizadas” (ALENCAR, op. cit., p. 140)

Além disso, ele desconsidera o aspecto cultural como elemento relevante em uma língua, preocupando-se, assim como Chomsky, com a determinação de “universais linguísticos”. Portanto, apesar de se proclamar o continuador da obra de um dos maiores questionadores do essencialismo, Searle apresenta um pensamento fortemente essencialista, como mostra Manfredo Oliveira:

Searle toma clara posição contra o antiessencialismo proveniente das investigações filosóficas, que tem como consequência, segundo ele, a renúncia a qualquer análise filosófica sobre nossos conceitos, de modo que seria impossível dizer o que é a natureza da promessa. Para ele, tais análises são indispensáveis, se realmente queremos saber o que é a linguagem, e isso implica uma **idealização** do objeto analisado. Tratando-se de uma análise da natureza do ato em questão, serão deixadas de lado condições acidentais, como também atos implícitos em suas mais diferentes formas. Numa palavra, **vai-se também aqui tratar de um ato simples e idealizado. Esse método de construção de modelos idealizados corresponde, segundo Searle, ao procedimento de formação de teorias nas ciências empíricas, o que é aliás indispensável para a apresentação sistemática das questões tratadas.** (OLIVEIRA, 2006, p.185 – grifo meu)

Austin, por sua vez, termina a última conferência de *How to do things with words* apresentando cinco classes gerais de verbos em função da força ilocucionária. Essa classificação, como ele próprio afirma, é insuficiente na medida em que a determinação da força implica elementos contextuais, o que faz com que, em diferentes contextos, um mesmo proferimento possa ter forças ilocucionárias diferentes. Assim sendo, um empreendimento taxonômico nunca dará conta das diversas possibilidades que a linguagem nos oferece, devido a diversos fatores, por exemplo a cultura, a economia, o ramo de atividade ou a relação entre os falantes. Austin sabia disso, pois, como mostra Rajagopalan, “quando Austin classificou os atos

em cinco grupos, a saber, vereditivos, exercitivos, comissivos, comportamentais e expositivos, ele o fez valendo-se de critérios puramente intuitivos e confessadamente vagos”.

1.4.4. DERRIDA E A PROPOSTA DESCONSTRUCIONISTA

A postura mais radical em relação à herança metafísica nos estudos da linguagem e na teoria do conhecimento é encabeçada por Jacques Derrida, a *Desconstrução*.

Duque-Estrada (2002), apresenta-nos a proposta desconstrucionista, a qual parte da ideia de que dois conceitos opostos (justo/injusto; homem/mulher; centro/periferia) normalmente representam uma hierarquia violenta que precisa ser desconstruída, através de sua *inversão*, pois nessa hierarquia um termo sempre comanda o outro, axiologicamente, logicamente. Esse movimento de inversão ocorre juntamente com outro, de *deslocamento* com relação ao sistema de conceitos ao qual pertenciam os termos. Uma vez deslocados os termos, um novo sistema conceitual se estabelece, ou seja, um novo registro discursivo. Os termos, então, inscritos em um novo sistema, não podem mais ser considerados os mesmos. Portanto, não basta ater-se à inversão, pois dessa forma ainda se opera dentro do sistema desconstruído. É preciso marcar a distância entre a inversão, que coloca como inferior o termo que antes era superior na hierarquia, fazendo emergir um novo conceito, na verdade um “quase-conceito”, que Derrida chama de *indecidível*.

O indecível é uma forma de se pensar o antigo conceito “sob rasura”, ou seja, libertá-lo de todos os investimentos ideológicos que o inscreveram no sistema conceitual ao qual pertencia, desmontando a estrutura discursiva que antes o sustentava. São falsas propriedades verbais, nominais ou semânticas que surgem dos conceitos binários, habitam-nos, desorganizam-nos, impõem-lhes resistência, mas não se deixam compreender por eles nem são um terceiro termo.

A proposta desconstrucionista não prevê que haja novas inversões, sucessivamente, a partir do novo registro fundado, dando surgimento a novas identidades, o que seria a polissemia. Não, Derrida propõe a *disseminação*, a extrapolação do horizonte semântico. A polissemia comporta a ideia da saída de si e do retorno a si, numa busca teleológica de re-preencher o sentido pela síntese significativa das diversas identidades assumidas pelo termo. A disseminação, ao

contrário, impossibilita o caminho de volta, pois uma vez rompido o sistema e estabelecida a diferença, não há o retorno, a harmonização dos sentidos.

O que identifica qualquer ideia, qualquer conceito, é justamente sua relação com seu oposto. As coisas não têm um significado em si, mas dentro de uma série de oposições binárias que as define em relação ao “outro que”, dentro do sistema conceitual em que estão inscritas. Os sentidos que damos às coisas são então formados por uma série de “traços”, “marcas” de significados, construídos historicamente pelas relações de poder. Dentro dessa proposta, Derrida faz emergir uma nova concepção de escritura.

A concepção tradicional, ligada ao pensamento de Aristóteles, vê a escritura como um elemento secundário, menos importante na linguagem, pois seria uma representação da fala, esta tida como mais importante, pois mais próxima da origem, do pensamento do falante. A escritura seria então significante do significante, tendo um caráter perigoso, pois se propaga indevidamente sem a presença de seu autor (característica fonologocêntrica da metafísica).

A nova concepção de escritura, em Derrida, parte de sua mesma condição de significante do significante, porém, feita a inversão na hierarquia, essa condição não mais é vista de forma secundarizante e negativa, e sim de forma positiva, pois pressupõe, de certo modo, a abolição do conceito de significado. Não há um “significado transcendental”, um sentido em si mesmo expresso pela linguagem.

O significante, por sua vez, só atua, dentro de um sistema lingüístico, em função do lugar que ele ocupa na cadeia de significantes na construção de uma frase. Ele não remete a significado algum quando descontextualizado. Se, como vimos, não há significado em si, também não há significante em si, pois este só é o que é em função de um sistema de diferenças. O que é não são as coisas em si, mas uma diferencialidade, um sistema de diferenças. A significação opera na diferença e, ao mesmo tempo, é realizada pela diferença. O conceito de “homem” em nossa sociedade patriarcal, por exemplo, só é possível em função de um conjunto de oposições em relação ao seu “outro”, ou seja, o conceito de “mulher”, com o qual mantém uma relação hierárquica de superioridade construída sócio-historicamente pelas relações de poder.

O sistema de diferenças é, então, construído por forças que estão fora dele, nas relações sociais, nos conflitos pelo estabelecimento da fixidez e hegemonia dos sentidos. A palavra é para Derrida, assim como para Bakhtin, uma arena de luta

ideológica. Isso posto, fica claro que temos inteira responsabilidade sobre os sentidos que damos às palavras, de modo que somos convidados a pensar a dimensão ética do uso da linguagem, em geral, e da prática acadêmica, em específico. Agir eticamente sobre a linguagem é pensar nas suas consequências políticas, usá-la como instrumento de luta contra as contradições e desigualdades sociais. É reconhecer a propriedade do relativismo sofista, em que a linguagem constrói a realidade, mas ao mesmo tempo buscar tornar essa realidade, enquanto formas de vida, cada vez mais justa.

Minha pesquisa filia-se a essa visão antiessencialista da linguagem, apoiando-se no pensamento de filósofos como Derrida, Wittgenstein e Austin, por acreditar que somente com a ruptura da estrutura dicotômica de nosso sistema de crenças é possível caminhar em direção à superação das contradições sociais estabelecidas pela estrutura de poder.

2

LINGUAGEM E IDEOLOGIA

2.1 – SIGNO E IDEOLOGIA EM BAKHTIN/VOLOCHÍNOV

Mikhail Bakhtin introduziu nos estudos da linguagem uma perspectiva inovadora no início do século XX, o enfoque na enunciação, e com isso trouxe uma grande contribuição para uma forma de se pensar a linguagem a partir de suas implicações na ideologia.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (BAKHTIN, VOLOCHÍNOV, 2010), os autores nos mostram que há uma relação entre significado e ideologia, pois tudo que é ideológico tem significado, possui um valor semiótico, portanto sem signos não há ideologia. Mesmo um corpo físico, um instrumento de trabalho ou um bem de consumo, por exemplo, podem ser transformados em símbolos, e ao se tornar formas simbólicas, adquirem caráter ideológico. É o que ocorre com imagens como, por exemplo, o rosto do revolucionário argentino Ernesto Che Guevara (fig. 2), que passou a simbolizar a luta socialista na América Latina, ou a imagem da garrafa de Coca Cola (fig. 3), ícone do capitalismo e do consumo.

Fig. 2



Fig. 3



Em cada um dos casos, toda uma rede de significados, envolvendo convicções político-econômicas, sistemas de crenças, formas de interpretar as relações sociais e políticas, são mobilizados a partir desses símbolos. Do mesmo modo, a escolha lexical, assim como a escolha de imagens, em uma matéria jornalística, por exemplo, são um atos de produção de formas simbólicas, e como tais estão investidos ideologicamente.

A transformação de um corpo físico ou um produto de consumo em um signo, entretanto, não é um fenômeno que se dá sempre e invariavelmente. Ele depende, evidentemente, de uma intencionalidade e de um poder para tal. As instituições que detêm os meios de produção e distribuição dos bens simbólicos, em especial as grandes corporações da mídia, estão investidas desse poder. Bakhtin/Volochínov mostra que, diferente da palavra, elemento ideológico por excelência, os corpos físicos ou produtos de consumo só se tornam signos, e portanto, objetos ideológicos, a partir de um uso orientado para tal.

Qualquer produto de consumo pode, da mesma forma, ser transformado em signo ideológico. O pão e o vinho, por exemplo, tornam-se símbolos religiosos no sacramento cristão da comunhão. Mas o produto de consumo enquanto tal não é, de maneira alguma, um signo. Os produtos de consumo, assim como os instrumentos, podem ser associados a signos ideológicos, mas essa associação não apaga a linha de demarcação existente entre eles. (BAKHTIN, VOLOCHÍNOV, 2010, p. 32)

Bakhtin/Volochínov lembra que o signo, além de existir como parte de uma realidade, também reflete e refrata outra realidade, podendo distorcê-la ou ser fiel a ela. Além disso, todo signo está sujeito a critérios de avaliação ideológica (verdadeiro/falso; bom/ruim etc.). Na arena de lutas ideológicas em que se constitui a linguagem, os signos são as armas de combate.

Fazendo uma crítica à filosofia idealista e à visão psicologista da cultura, que colocam a ideologia e a cultura como elementos da consciência e a linguagem como meio de representá-las, ele diz que a própria consciência se dá por meio de signos, o discurso interior. Compreender um signo, trazê-lo à consciência, é aproximá-lo de outros já conhecidos e partilhados socialmente. É da interação social, em um terreno intersubjetivo, que emergem o signo e, portanto, a ideologia.

A palavra, segundo Bakhtin/Volochínov, é ideológica por excelência, sua função única e essencial é de signo, é “o modo mais puro e sensível de relação social”. Toda criação ideológica é acompanhada pela palavra, e mesmo a

compreensão de outros fenômenos ideológicos (um desenho, uma escultura etc.) se dá através de um discurso interior. Sendo assim, para um indivíduo em formação, qualquer alteração que houver em sua ideologia corresponderá a uma alteração ideológica verbal.

Essas considerações de Bakhtin/Volochínov, entre outras, colocam a linguagem em posição privilegiada na investigação filosófica. Para entendermos a sociedade e seus conflitos, o mundo enquanto processo de construção sociocultural, é necessário analisar a ideologia, o que implica analisar a linguagem.

Thompson (2009), entretanto, diverge dessa concepção de que todo signo é ideológico, pois sua concepção de ideologia restringe-se à linguagem enquanto instrumento de manutenção das relações de poder. Vejamos, a seguir, essa abordagem da noção de ideologia, que utilizarei em minha análise.

2.2 – A IDEOLOGIA E SEUS MODOS DE OPERAÇÃO

O conceito de ideologia, como se verifica em Thompson (op. cit.), está longe de ser uma questão fechada e bem resolvida. Desde que foi usado pela primeira vez, ainda no século XVIII, pelo filósofo francês Destutt de Tracy, para designar uma suposta ciência das idéias, passando por Karl Marx, no século XIX, até chegar aos dias atuais, o termo sofreu muitas variações de sentido.

Destutt de Tracy (1754 – 1836), cujo pensamento sofre influência de Condillac, defende, como ele, que não podemos chegar ao conhecimento das coisas em si mesmas, e sim às idéias e sensações que temos delas. A análise sistemática dessas idéias e sensações poderia nos garantir uma base segura para todo conhecimento científico. De Tracy propõe uma disciplina com esse objetivo, à qual dá o nome de “ideologia” e que seria a base para todas as outras ciências. Entretanto esse sentido positivo para o termo começou a sofrer mudança quando Napoleão, em meio à crise de seu império e à opinião pública contrária à Revolução, voltou-se contra os “ideólogos”, utilizando-os como bodes expiatórios e acusando-os de corromperem a política e a sociedade.

À medida em que o termo “ideologia” escorregou para a arena política e foi jogado contra os filósofos por um imperador sob estado de sítio, o sentido e a conotação do termo começou a mudar. Deixou de se referir apenas à ciência das idéias e começou a se referir às idéias mesmas, isto é, a um corpo de idéias que, supostamente, seria errôneo e estaria divorciado das realidades práticas da vida política. (...) A ideologia como ciência positiva e eminente, digna do mais alto respeito, gradualmente deu lugar a uma ideologia como idéias abstratas e ilusórias, digna apenas de ridicularização e desprezo. (THOMPSON, op. cit., pp. 47- 48)

Na obra de Marx, o termo ideologia assume sentidos diferentes, um deles aproxima-se da crítica que Napoleão fez aos ideólogos do Iluminismo. Criticando os jovens hegelianos, Marx acusa-os de supervalorizarem as idéias e desconsiderarem as condições sócio-históricas que determinam a estrutura social. Para ele, são as condições materiais de vida que determinam as idéias, e não o contrário. A própria inversão na concepção das idéias, vistas como causa e não efeito das condições materiais de vida, seria resultado dessas condições, em que se inclui a divisão do trabalho, que sobrepõe o trabalho mental ao material. Ideologia é também vista por Marx como o sistema de idéias que correspondem aos interesses da classe dominante, um conceito que se relaciona às relações de classe, ou ainda como um sistema de representações que cria obstáculos à mudança social, sustentando as

relações de classe, por orientar as pessoas para o passado, em vez de para o futuro. Temos aqui concepções negativas do termo.

Thompson também cita outro filósofo que se voltou para essa discussão, Mannheim, cujo pensamento recebe influência de Lênin e de Lukács. Mannheim reconhece o avanço do pensamento marxista sobre ideologia, apontando-o como um passo para sair da concepção “particular”, a do modelo de Destutt de Tracy, rumo a uma concepção “total”. Entretanto, para ele, Marx ainda se filia a uma concepção particular quando menospreza o pensamento burguês e supõe correto apenas o pensamento dos que defendem a classe proletária, ou seja, sua análise é unilateral. Mannheim concebe a ideologia como os sistemas de idéias e modos de experiência interligados que são socialmente condicionados e partilhados por grupos de pessoas, inclusive as que realizam a análise ideológica. Essa abordagem procura evitar o preconceito com relação ao pensamento do grupo social adversário, mas perde o caráter negativo e crítico que a visão marxista trazia, apesar de suas limitações e contradições.

Neste trabalho, adoto a concepção proposta por Thompson (op.cit.), para quem a ideologia corresponde às “maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para *estabelecer e sustentar* relações de dominação” (p. 79).

As instâncias do poder, que controlam a produção e a distribuição das formas simbólicas em grande escala, mobilizam o sentido de modo a criar relações de dominação. Essas mesmas instâncias tendem a manter essas relações, extremamente assimétricas, através de um incessante processo de produção discursiva, que se manifesta em todas as dimensões da vida em sociedade, nos discursos científico, jurídico, político, porém notadamente, por seu potencial de penetração e sua presença na sociedade, no discurso das mídias de massa, em que destaco a grande imprensa. A ideologia, portanto, pode ser compreendida como um discurso a serviço do poder.

Enquanto discurso, a ideologia se constitui a partir de atos de fala, que operam na criação de consenso e na construção da realidade social. A grande mídia tem um papel preponderante nesse processo, na medida em que está articulada com os interesses de grupos social e economicamente dominantes. Thompson nos apresenta cinco modos gerais de como a ideologia opera, são eles: *legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação*. Cada um desses modos de operação utiliza suas estratégias típicas.

A legitimação consiste em representar determinados fatos ou situações como legítimos. Por ela, atitudes abusivas, reacionárias, atos de violência e supressão de direitos, por exemplo, podem ser vistos como dignos de apoio pela população. Um exemplo é a ocupação das favelas do complexo do alemão, em novembro de 2010, em que houve denúncias de abusos praticados por policiais, entretanto a grande mídia não divulgou, de modo geral, reações negativas da população, tanto das favelas ocupadas quanto de outros lugares, como se a opinião pública, de modo geral, não tivesse questionado e até tivesse louvado as ações policiais, veiculadas pela mídia como uma verdadeira guerra em que “tudo é permitido” para vencer o inimigo.

A dissimulação se dá pela ocultação, negação ou obscurecimento de relações de dominação. Através do deslocamento, da eufemização ou do uso de metáforas, pode-se atribuir a pessoas ou instituições características que eles não têm, ou ainda suavizar e atribuir valoração positiva a relações cruéis e violentas. Veremos adiante, no capítulo 6, como, por exemplo, a revista *Veja* utiliza-se de uma metáfora (quartel-general do tráfico de entorpecentes), para designar as favelas, desse modo incluindo seus moradores na ideia de “soldados do tráfico”.

A unificação é um modo de operação da ideologia em que se constrói, no nível simbólico, uma idéia de unidade e identidade coletiva para indivíduos, independentemente de suas diferenças sociais, econômicas e culturais. As noções de “identidade nacional”, por exemplo, normalmente são construídas mediante essa estratégia. Essa idéia de unidade costuma servir a propósitos de dominação em que a padronização de determinados aspectos dos indivíduos é conveniente aos grupos dominantes.

A ideologia pode também operar de um modo contrário ao anterior, ou seja, ao invés de unificar, pode-se separar, fragmentar grupos de indivíduos que possam representar uma ameaça ao poder estabelecido, impedindo-os de construir uma força coletiva de oposição a esse poder, utilizando um discurso que enfatiza a diversidade, a diferença. Essa é uma das estratégias que mais nos chama a atenção neste trabalho, pelo fato de corresponder ao ato de traçar fronteiras e construir através da linguagem posições sociais que diferenciam o “outro” do “mesmo”, no discurso.

Através da reificação, a ideologia também pode operar representando relações de dominação resultantes de uma construção histórica como se fossem naturais, atemporais. Ocorre, desse modo, um apagamento das condições sócio-históricas que tornaram possíveis essas situações. Esse modo de operação da ideologia faz com que se veja como natural, por exemplo, a grande desigualdade social existente em um país

como o Brasil, ou ainda, o fato de lugares como as favelas serem desprovidos de saneamento e mecanismos públicos como posto de saúde e creche. Os fatores históricos que resultam na predominância de negras e negros nessas comunidades, fatores esses que remontam à escravização de africanas e africanos e de um processo de abolição que não lhes deu condições objetivas acesso aos instrumentos de promoção de cidadania, também são apagados.

Sem dúvida, todos esses modos de operação listados por Thompson realizam-se pela linguagem, sendo, portanto, resultados de atos de fala. Pela força ilocucionária daquilo diz, a grande mídia torna-se um importante instrumento de manutenção das relações de poder. As cinco classes gerais de verbos em função da força ilocucionária, propostos por Austin, são formas de agir linguisticamente sobre o outro. Podemos observar que especialmente os vereditivos e os expositivos têm um forte potencial de estabelecer noções de verdade e falsidade, legitimando, dissimulando, unificando, fragmentando ou reificando conceitos.

Em minha análise, pretendo comprovar e demonstrar minha suposição de que o discurso da grande mídia, longe de ser porta-voz dos anseios e das reivindicações dos excluídos, é disseminador da ideologia e obstáculo à mudança social. Para isso, tomarei como recurso esse conceito de Thompson sobre os modos de operação da ideologia, procurando articulá-lo com uma concepção crítica de linguagem. A relação entre signo linguístico e ideologia, por exemplo, exposta por Bakhtin/Volochínov, será de grande utilidade nessa discussão.

A VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA

3.1 – A LINGUAGEM COMO INSTRUMENTO DE OPRESSÃO

Largamente utilizado nas práticas de linguagem cotidianas, fenômeno potencializado pela banalização que a mídia proporciona, o termo “violência” costuma ser relacionado aos atos de agressão física, como o uso de armas brancas ou de fogo, o espancamento, sequestro etc. É pelo menos assim que se pensa quando se fala em “crescimento da violência” ou “políticas de combate à violência”. No entanto, a abrangência semântica do termo se amplia, extrapolando os sentidos relacionados aos atos físicos, quando consultamos o verbete em um dicionário. No *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, por exemplo, temos as seguintes acepções para o termo:

1 s.f. qualidade do que é violento <a v. da guerra> 2 ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento, crueldade, força <sem lei, a polícia pratica violências contra o indivíduo> <o gigante derrubou a porta com sua v.> 3 exercício injusto ou discricionário, ger. ilegal, de força ou de poder <v. de um golpe de estado> 3.1 cerceamento da justiça e do direito; coação, opressão, tirania <viver num regime de v.> (...)

Observa-se que os itens 3 e 3.1 ampliam o conceito de violência para além dos atos físicos, pois, por abrangerem a noção de uso injusto do poder, opressão e cerceamento da justiça e do direito, permitem pensar a violência como algo que se pode praticar por meio de atos de fala. A linguagem, como elemento estruturante das relações sociais, é o meio pelo qual se estabelecem e se mantêm as relações de poder, relações estas que geram opressão, exclusão, desigualdade, miséria, o que constitui a violência pela linguagem. Desse modo, como lembra Silva (2010), a violência encontra-se em todas as dimensões de nossa experiência no mundo, sendo produzida, reiterada, distribuída e consumida em nossas práticas discursivas.

Ele observa que, segundo Freud, a violência surge no próprio surgimento da civilização, no conflito que se dá na formação da estrutura psíquica, assim como na formação de uma comunidade. Eros e Tânatos, na formação do ego, não agem isoladamente, mas atuam sempre em conflito, pois cada ação em busca da conservação da vida contém, de algum modo, um elemento destrutivo, agressivo. A violência é um elemento constituinte da condição humana e está presente em todos os aspectos de nossa vida, de modo especial, nos usos que fazemos da linguagem.

As conseqüências dessa espécie de violência são talvez mais danosas do que a violência física, pois se já é degradante a mutilação da carne, a bofetada, o soco, o tiro, o que dizer das ações que mutilam a consciência de indivíduos e comunidades, que estabelecem fronteiras e definem posições sociais, condenando muitos à exclusão? Além disso, ela conta com o efeito de que o alvo de sua ação brutal muitas vezes não se percebe como tal, aceitando como “natural” a situação degradante em que se encontra.

Judith Butler (1997) toma como ponto de partida para sua discussão acerca da violência linguística o título da obra de Austin, “*How to Do Things With Words*”, título esse que já nos coloca de antemão essa dimensão da linguagem como instrumento de ação, de construção, através do qual podemos “fazer coisas”.

Dentro das inúmeras “coisas” que se pode fazer através de palavras, encontra-se a injúria, a violência. Butler comenta a obra de Robert Cover, “Violência e a Palavra”, em que o autor aborda a forma como a estrutura legal e o discurso jurídico são utilizados pelos juízes como instrumentos de violência no estado-nação moderno. De acordo com Cover (apud BUTLER, 1997), os juízes “negociam dor e morte”, “para que a juíza interprete, usando o conceito de punição, ela também age – através de outros – para conter, machucar, desamparar e até matar o prisioneiro” (p. 47).

Assim como os estados-nação modernos utilizam-se da linguagem, através do discurso jurídico e da estrutura legal, como instrumento de violência e manutenção da ordem, também os indivíduos e as instituições não estatais utilizam-se da violência linguística contra outros indivíduos. Há os casos, por exemplo, em que o estado e seu judiciário são recorridos como árbitros, quando a fala injuriosa é proferida por um cidadão contra outro, ou mesmo por uma instituição, um grande grupo midiático, por exemplo, contra grupos minoritários. Butler chama a atenção para a possibilidade de enfraquecimento da discussão política nesses casos:

Que as palavras ferem parece incontestavelmente certo, e que o discurso odioso, racista, misógino, homofóbico pode ser veementemente combatido parece ser indiscutivelmente correto. Mas entender de onde a fala deriva seu poder para ferir altera nossa concepção do que pode significar combater esse poder agressivo? Nós aceitamos a noção de que a fala injuriosa é atribuível a um sujeito e uma ação singulares? Se nós aceitarmos tal constrangimento jurídico sobre o pensamento – os requerimentos gramaticais de responsabilidade – como um ponto de partida, o que se perde da análise política da injúria? De fato, quando o discurso político é completamente elidido dentro do discurso jurídico, o significado da oposição política corre o risco de ser reduzido ao ato de prossecução. (BUTLER, 1997, p. 50)

A violência linguística é uma das várias formas da violência simbólica, que pode ser entendida como dominação de um grupo por outro, assegurada pelos sistemas simbólicos, que cumprem sua função política de imposição ou de legitimação dessa dominação. Pierre Bourdieu (2010) apresenta o conceito de Poder Simbólico, ou seja, o poder exercido através do uso dos sistemas simbólicos, entre eles a língua, como um poder de construção da realidade, estabelecendo uma ordem gnosiológica e criando consensos. Para ele, o poder simbólico é posterior ao poder econômico e surge da transmissão de capital econômico de outras espécies em capital simbólico. Sendo assim, os axiomas (conceitos, máximas) de determinado sistema cultural reproduzem a estrutura social e econômica da sociedade a que pertence esse sistema cultural.

No campo do jornalismo, portanto, os conflitos que se estabelecem dentro das práticas de produção, reprodução, distribuição e consumo do discurso jornalístico é um microcosmos da realidade social exterior a essa prática e que a abrange e a determina.

Bourdieu nos lembra que os conceitos e categorias que formam a base de nossa forma de compreender o mundo são fruto de investimentos simbólicos, portanto quem detém o poder simbólico constrói a imagem do mundo segundo seus interesses. O poder simbólico é também o poder de separar, de estabelecer fronteiras, de dividir “por decreto”, por um ato declarativo (com poder de naturalização) aquilo que a rigor não apresenta divisão. Todo ato de dividir realizado através da linguagem é a manifestação de um poder simbólico, é um ato de violência simbólica.

O ato de traçar fronteiras, separar, dividir pelo discurso é exercido por sujeitos reconhecidos socialmente como investidos da mais alta autoridade, para definir as regras que realizam aquilo por eles prescrito, encarregados “de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado” (p. 114). Nesse ponto, o argumento de Bourdieu aproxima-se do que Austin chamou de “condições de felicidade” dos performativos⁴:

⁴ Para Austin, As condições necessárias para que os atos performativos sejam felizes são normas convencionais, o que significa que está em jogo o caráter intersubjetivo da linguagem. São elas:

A.1 – Existência de um procedimento aceito, convencional, que inclua o proferimento de certas palavras por certas pessoas em certas circunstâncias (por exemplo: o casamento) .

A.2 – Pessoas e circunstâncias apropriadas para a invocação do procedimento (por exemplo: padre, noivos, igreja etc.).

B.1 – Todos os participantes executarem o procedimento corretamente...

B.2 – E completamente.

A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio acto de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia: a fórmula “eu autorizo-vos a partir” só é *eo ipso* uma autorização se aquele que pronuncia está autorizado a autorizar, tem autoridade para autorizar. (BOURDIEU, 2010, pp. 116-117)

Como já foi visto, o uso que fazemos da linguagem reflete todos os conflitos e contradições sociais em que estamos inseridos. Isso posto, a língua, longe de ser uma instituição neutra refletora de um suposto equilíbrio, de uma “unidade” social, deve ser vista como ponto de convergência de todas as lutas que se dão na sociedade. Essas lutas, evidentemente, pressupõem oponentes, cada um dos quais se utiliza das armas de que dispõe. Ao reconhecer a língua como lugar de lutas, reconhecemo-la também como lugar de violência. A grande mídia, pode-se dizer, representa um “arsenal pesado” nessa guerra, seu poder de fogo se faz notar na medida em que dita padrões de comportamento, estabelece identidades sociais, dissemina de acordo com seus interesses juízos de valor que são introjetados pela maioria, mantém o controle sobre o que se deve e o que não se deve saber.

A violência linguística contra as populações pobres, principalmente as que residem em favelas, ocorre quando se naturalizam, por meio do discurso, situações de exclusão e degradação fruto de relações sociais perversas, construídas ao longo do processo sócio-histórico em que se ergueu a sociedade brasileira, sobre o alicerce do racismo e da concentração de renda. Na medida em que, através de atos de fala veriditivos, as moradoras e os moradores das favelas são apresentados como indivíduos abjetos, incapazes, nocivos e principais responsáveis pela degradação urbana e pela criminalidade, a grande mídia essencializa um estado de coisas que é resultado de um processo histórico. Impor sobre um grupo uma situação de degradação como algo natural é fazê-lo aceitar com passividade essa situação e tolher a possibilidade de ação coletiva para a mudança.

Quando o tema da favela é abordado pela grande mídia, há um apagamento dos elementos sócio-históricos que levaram à atual crise habitacional no país. O estado de abandono a que foi condenada a enorme população de escravos após a abolição ou a ausência de preocupação com a infraestrutura para acomodação da mão de obra provinda do Nordeste durante o processo de industrialização do Sudeste passam despercebidos. Negras e negros, nordestinas e nordestinos, no discurso da

Γ.1 – Em procedimentos que visem às pessoas com seus sentimentos ou suas opiniões ou quando servem para comprometer o participante com um comportamento futuro, a pessoa que participa e invoca tem que ter, de fato, essas opiniões e sentimentos e os participantes têm de ter a intenção de se comportar desse modo.

Γ.2 – E eles têm de se comportar desse modo.

grande mídia do Sul/Sudeste, figuram como os seres indesejados que representam o atraso e os males que se precisa extirpar da cidade. Um dos resultados mais evidentes disso são os numerosos casos de violência física contra eles, praticados por jovens de classe média motivados pela intolerância racial, os *skinheads*.

Além disso, a favela é sempre referida com qualificadores que a apresentam como a negação da “cidade ideal”. O termo “favela” é linguisticamente erigido através da ausência das marcas que determinam o que seria essa cidade desejada. É o não saneamento, a não-escola, a não-saúde, a não-segurança, o não-lazer, enfim, a não-cidadania. Os seus moradores são, portanto, os não-cidadãos. A violência do discurso midiático sobre a favela, seu potencial de produzir sofrimento, vem desse caráter de anulação. No discurso da grande mídia, lá é o lugar da criminalidade, do tráfico de drogas e da promiscuidade.

A introjeção desses valores pelos próprios moradores da favela, a assimilação desse discurso violento, preconceituoso, acaba por gerar também a violência física, pois, se a favela é o “reduto dos criminosos”, que se confundem com os demais moradores, justifica-se e aceita-se o abuso de poder da polícia, que, em suas incursões aos morros, frequentemente espanca inocentes sob o pretexto de procurar culpados.

3.2 – O SILÊNCIO DOS EXCLUÍDOS

Ao iniciar a busca para levantamento do corpus de minha pesquisa, deparei-me com um fato instigante: o reduzido número de matérias abordando o tema “favela” na revista *Veja*. Minha pesquisa não é de natureza quantitativa, portanto não me interessa aqui expor dados exaustivos e precisos mostrando o percentual de incidência do tema dentro da totalidade das matérias publicadas na revista em determinado período, mas me chamou a atenção, por exemplo, o fato de que, num período de um ano, entre as edições 2194, de 04 de dezembro de 2010, e 2246, de 07 de dezembro de 2011, 52 edições no total, não encontramos mais que quatro matérias que trazem a problemática da favela como tema.

Isso me fez atentar para outra forma de violência, a do silenciamento. Defendo a idéia de que podemos compreender esse silêncio sobre a favela como um elemento significativo (ORLANDI, 2010), constituinte da violência simbólica. O silêncio da revista *Veja* sobre os moradores de favela e seus conflitos pode ser compreendido como uma posição política de exclusão desse grupo social de suas pautas de discussão. Parto do princípio de que toda escolha que fazemos revela uma posição política e, portanto, está investida ideologicamente. Sendo assim, todo enunciado, todo ato de fala, é uma escolha que pressupõe outros enunciados descartados. Optar por dizer A é, ao mesmo tempo, optar por não dizer B, C, D etc.

Em uma chamada na internet, *Veja* se apresenta como uma revista “investigativa e esclarecedora”, que traz “reportagens que antecipam e explicam as grandes questões do Brasil e do mundo”. Partindo da própria forma de autodesignação da *Veja*, pode-se então inferir que os dramas da população favelada não figuram entre o que a revista considera “as grandes questões do Brasil”.

A busca da compreensão dos fatores sócio-históricos que tornaram possível a situação calamitosa em que se encontram milhões de brasileiros espoliados das condições de cidadania não passa pela agenda da *Veja*, pelo menos é isso que demonstra esse silenciamento. Para que os problemas da favela mereçam a atenção da revista, eles têm que se apresentar também como problema para a parte da população que não a habita. Nos raros momentos em que o tema favela ganha espaço, o que só ocorre quando seus conflitos atingem e incomodam os socialmente incluídos, os não favelados, há uma performatização dos excluídos, dos “não-

cidadãos” (moradores da “não-cidade”), como sendo a personificação do atraso, da abjeção e do crime.

Em alguns momentos, como veremos, a revista age pela linguagem de forma a prescrever a conduta correta para o morador da favela, ditando comportamentos ou condenando atitudes, através de atos de fala que têm a força ilocucionária de uma interpelação ou de uma censura. Nesses momentos, o discurso assume a atitude de dizer o que é “correto e melhor”, ou seja, é um discurso que se pretende, direta ou indiretamente, porta-voz de uma comunidade.

Cabe aqui a pergunta: Até que ponto a maior revista jornalística do Brasil, pertencente ao segundo maior grupo de comunicação do País, detentora das páginas mais caras em termos de publicidade, pode se autoproclamar porta-voz de identidades subalternas? Alinhada com a abordagem de Derrida sobre a questão da linguagem, Spivak (1988) defende, contra Foucault e Deleuze⁵, a idéia de que não é possível “representar” o subalterno, nem em termos de “re-apresentar” nem de “falar por”. A ideia de que, através do discurso, pode-se trazer à presença a fala do Outro, de que o intelectual pode acessar o discurso do sujeito-subalterno constitui uma ilusão metafísica. Portanto, para a pensadora, o vocabulário pós-representacionista utilizado na conversação Foucault-Deleuze “esconde uma agenda essencialista”. (SPIVAK, op. cit. p. 80)

Tomando como base a análise da situação dos grupos subalternos indianos, a partir de uma grade de estratificação social proposta pelo historiador Ranajit Guha, expoente dos chamados Estudos Subalternos, Spivak argumenta que não é possível para esses grupos a auto-representação num mundo determinado por um esquema de pensamento ocidental. No caso das mulheres indianas dos grupos subalternos, a questão se agrava pelo fato de terem de lidar com uma dupla restrição: o esquema de pensamento ocidental e masculino.

Em “Assinatura Acontecimento Contexto”, Derrida tece uma forte crítica à noção de linguagem defendida por pensadores como Condillac, para quem a escrita, vista como uma representação da fala, assume um caráter de dupla representação, ou seja, representação segunda de uma representação primeira. No entanto, segundo

⁵ Spivak critica a postura de Foucault e Deleuze por desconsiderarem o papel da ideologia e da divisão internacional do trabalho em suas análises das relações de poder. Sobre eles, ela afirma: “Como esses filósofos parecem obrigados a rejeitar todos os argumentos classificando o conceito de ideologia como simplesmente esquemático, em vez de textual, eles são igualmente obrigados a produzir uma oposição mecanicamente esquemática entre interesse e desejo.” (tradução minha)

Condillac, sua expansão no tempo e no espaço não compromete o conteúdo por ela “transportado”, isto é, a relação idéia-signo não é destruída. Para ele, a ausência do emissor e do destinatário, característica da escrita, não modifica o conteúdo significativo, pois é sempre “suprida” de forma homogênea.

Derrida vai, no caminho oposto, argumentar que essa ausência rompe com toda possibilidade de manutenção do sentido, o qual se “dissemina” no tempo e no espaço. A noção de contexto torna-se, portanto, precária, pois transcende a vida do autor e do próprio destinatário. Devido a esse caráter de disseminação do sentido e à impossibilidade de recuperação do contexto de produção do discurso, ele não pode ser falado por outro. Ao tratar da ausência, Derrida refere-se não somente à escrita, mas à linguagem em geral.

Escreve-se para comunicar qualquer coisa aos ausentes. A ausência do emissor, do destinador, em relação à marca que abandona, que se separa dele e continua a produzir efeitos para além da sua presença e da atualidade presente do seu querer-dizer, mesmo para além da sua própria vida, esta ausência que pertence, todavia, à estrutura de qualquer escrita — e, acrescentarei mais adiante, de qualquer linguagem em geral —, esta ausência não é interrogada por Condillac. (DERRIDA, 1991 – p. 354)

Pode-se concluir, a partir disso, que o ato de fala do subalterno não pode ser proferido por um seu representante porque, como qualquer linguagem, essa ausência do emissor rompe com o contexto de sua produção, resultando na impossibilidade de manutenção do sentido inalterado. Cada novo “contexto” em que o signo é iterado gera um novo significado, sendo, portanto, impossível comunicar o “querer dizer” de alguém, ser porta-voz de uma consciência outra.

Abordando a questão do silenciamento na grande mídia, Meili (2010) destaca o exemplo das redes de televisão, que apresentam para o público, através das novelas, dos produtos anunciados, bem como das pautas e da linguagem dos jornais, um ideal de sociedade, pautado por traços como dinheiro, beleza e poder. Acrescento que, nas mídias impressas, uma revista como a *Veja* também dita modelos de existência, um ideal de sociedade, que é performativizado em anúncios publicitários de carros de luxo, bebidas caras, assim como em matérias que abordam temas de interesse para grupos sociais dominantes.

O dinheiro é o imperativo total para qualificar o que está dentro ou fora dos parâmetros de existência: o **fora** é a mazela, a ameaça. Daí que, para esta Mídia, excluídos são os pobres, aqueles que não participam da esfera consumidora.

Os excluídos não aparecem na TV, a não ser sob o rótulo de *problema e vergonha nacional*. Daí surge a pergunta: alguém estaria incluído na TV? (MEILI, op. cit., pp. 36, 37)

Portanto, até nas poucas vezes em que as páginas da Veja são ocupadas com matérias sobre a favela, temos o silenciamento do excluído, que não está ali representado. Não há representação no sentido de re-apresentar, já que o discurso de Veja constrói uma imagem estereotipada de um grupo social que é apresentado como o “outro” do discurso, portador de todas as marcas de anticiência, a saber, ignorância, abjeção, criminalidade, miséria, incapacidade para o consumo etc. Também não no sentido de falar por, dada essa impossibilidade de ser porta voz do discurso do outro, só é possível à Veja ser porta voz do discurso de seu próprio grupo social, de seu “mesmo”, ou seja, da camada social a quem atende e cujo “*modus vivendi*” ela anuncia como um ideal a ser alcançado.

PARTE II

AS FAVELAS NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO

4.1. A DESIGUALDADE NO BRASIL E O SURGIMENTO DAS FAVELAS

Não é novidade para muitos o fato de haver um enorme abismo social que divide a população brasileira entre incluídos e excluídos. Esse abismo, historicamente construído, está na base de muitos dos problemas sociais, entre eles o preconceito contra as populações pobres e a criminalidade.

Estudos sobre pobreza no Brasil, como é o caso de Barros, Henriques e Mendonça (2001), concluem que, diferentemente do que muitos pensam, os elevados níveis de pobreza do país não são determinados pela escassez de recursos, e sim pela perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social. O estudo apontou que, no fim da década de 1990, 53 milhões de brasileiros, cerca de 30 % da população, encontravam-se abaixo da linha da pobreza, dos quais 22 milhões eram considerados indigentes. No mesmo período, países com renda *per capita* numa faixa próxima à do Brasil, como é o caso da Colômbia, do Chile e da Malásia, tinham seus percentuais de pobres num nível entre aproximadamente 8% e 15%.

Esses dados revelam que a concentração de renda e a distribuição bastante desigual de oportunidades de vida digna, em que se incluem o acesso à educação, saúde, empregos e moradia, ainda são os grandes obstáculos à conquista de uma sociedade mais justa. Sendo assim, a ideologia do desenvolvimentismo e do crescimento econômico como prioridades nos projetos políticos para o país, em detrimento de políticas sociais mais ousadas, constituem um atraso na mentalidade da classe dominante.

A ausência de políticas sociais voltadas para a questão da habitação, o crescimento da especulação imobiliária, a verticalização e o adensamento das metrópoles, são fatores que contribuem para que o acesso à moradia seja cada vez mais regulado pelas leis do mercado, em que o preço é determinado pela relação entre procura e oferta, o que eleva em muito o preço a ser pago para a aquisição de espaço para morar.

Com isso, o acesso à moradia perde gradativamente seu caráter de direito básico, como previsto na Constituição, e assume uma característica de luta individual, em que se verifica a lógica do “cada um por si”.

Um sintoma claro dessa desigualdade está na própria configuração urbana das grandes cidades brasileiras, que vivem um contínuo processo de favelização. De acordo com Souza (2001), a estimativa é de que, nas grandes capitais, 50 % das populações vivem em favelas.

O problema da demanda por moradia nas grandes capitais tem suas raízes no Brasil do fim do século XIX e início do século XX, quando o surto manufatureiro-industrial e o declínio da produção agroexportadora de cana-de-açúcar, café e algodão provocaram um fluxo de trabalhadores das áreas rurais para as urbanas, em busca da inclusão no mercado de trabalho, principalmente na região Sudeste. No início do século passado, os centros urbanos encontravam-se praticamente em situação de equilíbrio, embora deficiente, e os espaços para moradia eram formados basicamente por áreas nobres e proletárias, estas localizadas nos limites das cidades.

Entretanto, o surgimento dos cortiços no fim do século XIX já apontava para a crise da moradia. Nesse período, inicia-se um processo de abandono das áreas centrais pelas famílias ricas, e seus antigos casarões transformam-se em casas-de-cômodos, pensões e cortiços, passando a ser ocupados por moradores mais humildes. A explosão populacional nessas áreas trouxe o alastramento das epidemias, agora não mais restritas à população pobre, mas atingindo toda a cidade.

Como “solução” para o problema, surgem as vilas higiênicas e, próximo às fábricas, as vilas operárias. Essas duas formas de habitação eram quase todas coletivas e de aluguel. Com o aumento do contingente de trabalhadores imigrantes, passa a predominar a casa individual, autoconstruída, que, com o surgimento de novos bairros a partir da abertura de loteamentos populares nos subúrbios, vai ganhando espaço na configuração urbana, com grande parte da população pobre morando em regiões periféricas, distantes do centro.

É nesse contexto que também surgem as favelas, como resultado de um cruel processo de alijamento sofrido pelas camadas mais pobres em relação à infraestrutura urbana, às condições básicas de moradia. No Rio de Janeiro, por exemplo, o combate aos cortiços, cujos moradores eram vistos pelas autoridades como os culpados pelas doenças que atingiam a população em geral, resultou até mesmo na expulsão de inquilinos, os quais, sem alternativa habitacional, passaram a ocupar de

forma desordenada os morros do centro da cidade. Isso mostra que não é de hoje a prática de culpar as populações carentes por problemas dos quais elas são vítimas e que são gerados pela conjuntura socioeconômica.

A Lei de Terras de 1850 tem um papel preponderante nessa dinâmica excludente da ocupação do espaço urbano, pois determinava a compra devidamente registrada como única forma legal da obtenção da propriedade da terra. Rolnik (apud Souza, 2001), aponta duas implicações imediatas dessa lei: “a absolutização da propriedade, ou seja, o reconhecimento do direito de acesso se desvincula da condição de efetiva ocupação, e sua monetarização, o que significa que a terra passou a adquirir plenamente o estatuto de mercadoria.”

Segundo Ribeiro e Pechman (apud Souza, 2001), o surgimento de habitações precárias, particularmente as favelas, não se deve ao déficit habitacional, isto é, à defasagem entre o crescimento populacional nos grandes centros urbanos e as ofertas de novas moradias. Como mais um indicador dos altos níveis de pobreza do país, esse problema se deve ao fato de grande parte dos brasileiros estarem fora do mercado de produção de moradias, o que ocorre por dois motivos: a distribuição profundamente desigual da renda e, por outro lado, os elevados preços para se habitar dignamente, impostos pelas condições que regem a produção capitalista do mercado habitacional no Brasil.

Schmitt, Manzotti e Carvalho (2002) mostram que a população negra brasileira sofreu particularmente com esse contexto, visto que, apesar de muitos escravos e escravas já terem, nos últimos anos do período de escravidão, atividades produtivas mais ou menos autônomas, no momento posterior à Abolição, isso não lhes garantiu o acesso à terra. Pelo contrário, negras e negros sofreram uma forte exclusão em relação à moradia através de várias ações do poder legislativo, desde a lei de Terras de 1850.

Muitos ex-escravos encontraram refúgio na clandestinidade dos Quilombos, não reconhecidos oficialmente, outros tiveram como única opção as moradias precárias das nos grandes centros urbanos. Esse fator explica a grande presença da população negra nas favelas brasileiras. Como diz a letra da música do compositor Lobão, “a favela é a nova senzala”, e o preconceito contra seus moradores revela fortes vestígios de uma sociedade que se fundou numa base desumanamente escravista.

Ao longo do século XX, com o gradativo processo de industrialização do país, o fluxo de mão-de-obra de regiões menos desenvolvidas para as mais industrializadas se intensificou. A região Sudeste, onde se concentra a maior parte das grandes fábricas e multinacionais, recebeu por várias décadas uma imensa quantidade de nordestinos, que fugiam vitimados pelo drama secular da seca, somado à falta de oportunidades de emprego. Essas pessoas viam em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro a possibilidade de realizar o sonho da carteira assinada e do salário digno. Nas últimas décadas, também as principais capitais nordestinas, como Salvador, Recife e Fortaleza, receberam imigrantes das cidades do interior. A crise habitacional e o processo de favelização, portanto, representam hoje uma realidade nacional, embora notadamente marcante no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Essa presença de sertanejos, de remanescentes das regiões rurais do Nordeste castigadas pelas secas, é um fator que, de certo modo, relaciona-se com o próprio surgimento do designativo “favela”. A origem do termo como nomeação de um conjunto de habitações precárias, ocupadas por grupos sociais excluídos, remonta ao fim do século XIX, após o massacre aos sertanejos no interior da Bahia, em 1897, durante o governo de Prudente de Moraes, episódio conhecido como Guerra de Canudos. O Morro da Favela, acidente geográfico do município de Monte Santo, recebeu esse nome devido a uma planta da região denominada favela (*Jatropha phyllacantha*)⁶. Apresentava-se como um obstáculo aos soldados do governo na ação de invadir o arraial de Canudos e dizimar sua população. Em várias passagens, o morro é citado como lugar inóspito, difícil, como se comprova nos trechos a seguir:

No último passo da ascensão se lhe antolhou um plano levemente inclinado, entre duas largas ondulações, fechado adiante por alguns cerros desnudos.

Era o alto da Favela.

Naquele ponto este morro lendário é um vale. Subindo-o, tem-se a impressão imprevista de se chegar numa baixada.

Parece que se desceu. Toda fadiga da ascensão difícil se volve em penoso desapontamento ao viajor exausto. Constringe-se o olhar repellido por toda a sorte de acidentes. (...)

Porque o morro da Favela, como os demais daquele trato dos sertões, não tem o mesmo revestimento bárbaro da caatinga. É desnudo e áspero. Raros arbúsculos, esmirrados e sem folhas, raríssimos cereus ou bromélias esparsas, despontam-lhe no cimo sobre o chão duro, entre as juntas das placas xistosas justapostas

⁶ De acordo com o Dicionário Houaiss da Língua portuguesa, a favela corresponde à mesma mandioca-brava, planta que ocorre no Nordeste e no Sudeste, da qual se faz farinha.

em planos estratigráficos, nitidamente visíveis, expondo, sem o disfarce da mais tênue camada superficial, a estrutura interior do solo. (CUNHA, 2000, pp. 323, 324)

De acordo com Valladares (2000), ex-combatentes da guerra de Canudos, não tendo recebido o soldo prometido pelo governo, ocuparam o Morro da Providência, que passou a ser chamado de Morro da Favela, em referência ao morro baiano. Duas são as explicações para a mudança do nome do morro: a primeira diz respeito ao fato de que, no Providência havia a mesma planta, mandioca-brava, a favela, existente no morro baiano; a segunda emerge de do significado simbólico de lugar de resistência, de luta.

É importante frisar aqui o significado histórico do episódio de Canudos. O arraial liderado por Antônio Conselheiro apresentava-se como alternativa viável de existência para milhares de desvalidos, que viviam à mercê de latifundiários e de um governo omissivo em termos de promoção de políticas sociais igualitárias. Da mesma forma, a ocupação do Morro da Providência foi uma resposta à falta de amparo do governo para com aqueles homens humildes que regressavam de uma guerra para enfrentar outra batalha pela sobrevivência. As favelas de hoje carregam esse mesmo significado histórico, são uma forma de existir socialmente que representa a luta e a resistência de um grupo diante de uma realidade excludente. Entre os diversos fatores que legitimam essa exclusão, destaca-se o discurso violento e segregacionista da grande mídia, dentro do qual a revista *Veja* tem papel relevante, por empreender um forte processo de criminalização das populações subalternas residentes na favela.

Lopes (2010) mostra como as práticas culturais que marcam a juventude dos subúrbios e das favelas cariocas sofreu um gradativo processo de criminalização dos principais veículos de comunicação do país. O funk, gênero musical surgido a partir do hip-hop americano nos anos 70 e que tem uma profunda filiação com a realidade das populações negras nas periferias das grandes cidades, foi reinventado no Rio de Janeiro, onde começou a se firmar nos anos 80, adaptado à realidade dessa grande cidade brasileira.

Inicialmente tratado pela imprensa como apenas mais um novo ritmo importado dos Estados Unidos, sua penetração no gosto da juventude e sua gradativa transposição de fronteiras sociais, que começou a ocorrer nos anos 90, passou a ganhar notoriedade na mídia. Antes, porém, de se tornar um gênero consumido também pela classe média, o funk conquistou muito espaço entre os jovens pobres, e à medida que o ritmo se popularizou nesse setor da sociedade carioca e os bailes funk tornam-se cada vez mais numerosos, ocorreu um processo de criminalização dessa

manifestação cultural, que passa a ser relacionada, no discurso da grande mídia, ao tráfico de drogas e aos arrastões. Na década seguinte, como mostra Adriana Lopes, o funk não para de crescer, e conquista jovens das classes média e alta. O ritmo passa a ser consumido em academias e boates da zona sul. A partir de então, a grande mídia estabelece uma fronteira, uma separação entre o “funk do bem”, consumido pelos jovens abastados, e o “funk do mal”, sinônimo de drogas, arrastão e prostituição, consumido pela juventude negra e favelada.

Essa forma de agir discursivamente, ao meu ver, caracteriza uma atitude racista e segregacionista. A favela e seus moradores, todos pobres e em sua maioria negros, são excluídos da condição de cidadãos, e suas práticas culturais, como o funk, carregam as marcas negativas dessa exclusão. Ao ser apropriado por grupos socialmente privilegiados, o funk sofre um processo de divisão em dois polos opostos, o do bem e o do mal. Nas palavras de Adriana Lopes:

Assim, o funk abre os anos 1990 com o arrastão e fecha esse período sendo anunciado como gênero de grande popularidade nos espaços da zona sul. Ele deixa de ocupar apenas as páginas policiais dos jornais, mas, para que isso aconteça, começa a ser desenhada, implicitamente, uma espécie de divisão do próprio funk: um que é consumido pelas elites e outro consumido nos bairros pobres e nas favelas. A arquitetura dos textos jornalísticos deixa isso evidente. Tal divisão reencena a forma como são lidas as práticas sociais nos espaços do Rio de Janeiro, onde a favela é racializada como local primitivo, da barbárie etc. (LOPES, 2010, p. 48)

As formas de existência que marcam as populações subalternas, em especial, no caso do Brasil, a população negra, pobre e suburbana, sempre figuraram no discurso hegemônico como inferiores e socialmente inaceitáveis, tratadas muitas vezes como práticas criminosas. Um exemplo é a capoeira, misto de dança e arte marcial que surgiu como forma de luta contra a escravidão e que, de acordo com Mello (2002), mesmo após a abolição, era proibida. No Código de 1890, o decreto 847, intitulado “Dos Vadios e Capoeiras”, a prática da “capoeiragem” era tratada como crime e tinha punição prevista de 2 a 6 meses de reclusão. Esse mesmo tipo de perseguição se deu com outras formas de expressão cultural negra, como o samba e os cultos religiosos de origem africana, o que caracteriza um “racismo inconfessável”, nos termos de Adriana Lopes.

Esses fatos são evidências de que toda a problemática da violência linguística contra as favelas e seus habitantes funda-se na questão da alteridade, tem suas raízes na inabilidade dos grupos hegemônicos de estabelecer políticas de convivência com o outro. As formas de expressão cultural e artística que marcam a identidade da população negra e pobre só passam a ser aceitas como legítimas quando conquistam

espaço na parcela branca e rica da sociedade. Em outras palavras, parafraseando Stuart Hall, quando a diferença não mais parece ser diferença, e portanto já não parece mais fazer tanta diferença. Essa conquista de espaço, entretanto, não se dá de forma pacífica, pois a cultura popular negra, devidamente apropriada pelos detentores dos meios de produção e reprodução do capital simbólico, sofre deformações e precisa constantemente ser reafirmada. Não obstante, nessa dialética, ela marca seu lugar no processo de luta por legitimação. A esse respeito, Hall (2011b) argumenta:

Não importa o quão deformadas, cooptadas e inautênticas sejam as formas como os negros e as tradições e comunidades negras pareçam ou sejam representadas na cultura popular, nós continuamos a ver nessas figuras e repertórios, aos quais a cultura popular recorre, as experiências que estão por trás delas. Em sua expressividade, sua musicalidade, sua oralidade e na sua rica, profunda e variada atenção à fala; em suas reflexões vernaculares e locais; em sua rica produção de contranarrativas; e, sobretudo, em seu uso metafórico do vocabulário musical, a cultura negra tem permitido trazer à tona, até nas modalidades mistas e contraditórias da cultura popular *mainstream*, elementos de um discurso que é diferente – outras formas de vida, outras tradições de representação. (HALL, 2011b, p. 324)

Por outro lado, a segregação e a violência contra os negros e moradores de favelas, violência essa materializada no discurso da grande mídia, continua a produzir seus frutos. A segregação do espaço e o abismo socioeconômico que separa pobres e ricos no Brasil continua a estabelecer uma fronteira entre um “mesmo” e um “outro” no discurso hegemônico, que mobiliza suas investidas agressivas em direção a diversos aspectos dessa alteridade. O discurso do ódio está constantemente se reinventando.

4.2. FAVELAS: “LUGARES ÊMICOS” E “NÃO LUGARES”

Preteceille e Valladares (1999) lembram que, geralmente, quando se discute a desigualdade social no Brasil, as dimensões mais evidentes em que se pensa essa desigualdade são as da renda, da educação e da nutrição. A ocupação do espaço urbano, entretanto, é também um importante aspecto da vida das pessoas que está sujeito às mesmas determinações perversas e excludentes do capitalismo, e apesar de haver um grande número de pobres morando fora das favelas, é nelas que essa exclusão chega às últimas conseqüências, pelo menos no que se refere aos grandes centros urbanos, pois é onde atua de forma mais explícita a lógica da segregação socioespacial.

Paralelamente ao processo histórico que resultou no acirramento das contradições sociais no Brasil e, em especial, nas metrópoles, verifica-se hoje todo um discurso acerca das favelas e dos favelados que tende a naturalizar sua condição, negando os fatores políticos e sociais que tornaram possível essa situação. De modo geral, grande parte da sociedade, sobretudo da classe economicamente privilegiada, não questiona o fato de as favelas serem desprovidas de qualquer infra-estrutura que ofereça a seus moradores condições de cidadania. Para muitos, a ausência dos mecanismos governamentais que promovam educação, saúde, profissionalização, incentivo ao empreendedorismo, arte, esportes, oportunidades de emprego e lazer a essas comunidades não é uma questão prioritária a ser resolvida.

Zygmunt Bauman (2000) refere-se à colocação feita por Claude Lévi-Strauss, em *Tristes Trópicos*, de que a história da humanidade utilizou sempre duas possíveis estratégias a partir da necessidade de enfrentar a alteridade dos outros, a estratégia antropofágica e a antropômica. A segunda aplica-se ao caso das favelas:

...consiste em “vomitar”, cuspir os outros vistos como incuravelmente estranhos e alheios: impedir o contato físico, o diálogo, a interação social e todas as variedades de *commercium*, comensalidade e *connubium*. As variantes extremas da estratégia “êmica” são hoje, como sempre, o encarceramento, a deportação e o assassinato. As formas elevadas, “refinadas” (modernizadas) da estratégia “êmica” são a separação espacial, os guetos urbanos, o acesso seletivo a espaços e o impedimento seletivo a seu uso. (BAUMAN, 2000, p. 118)

O convívio urbano é pautado por uma série de regras, convenções historicamente construídas e legitimadas, acerca dos gestos, das roupas, da ocupação do espaço, do uso da linguagem, da forma de interpelar o outro. Essas regras

determinam todas as nossas ações enquanto “cidadãos”, já que definem o próprio sentido de ser “cidadão”. É o que Richard Sennett (apud Bauman, 2000) chama de “máscara de civilidade”. Entretanto, em sociedades marcadas por grandes desequilíbrios entre as classes, como é o caso do Brasil, encontramos uma grande proporção de pessoas em situação pobreza e indigência, impossibilitadas de vestir essa “máscara de civilidade”. Seu corpo, suas vestes, seus gestos, sua linguagem, são portadores de uma dimensão importante de sua identidade, que gera nos outros um “mal-estar”.

Os guetos para onde são destinados os “sem civilidade”, para onde eles são “vomitados”, são os espaços a não serem freqüentados, sequer visitados. O Estado, por não se fazer presente nas favelas — a não ser na forma da repressão policial —, por não levar a elas mecanismos sociais que garantam cidadania e civilidade a seus moradores, reproduz e intensifica esse caráter “êmico”.

As favelas só costumam ser lembradas, inclusive pela grande mídia, quando seus dramas de algum modo interferem no cotidiano dos cidadãos abastados, mas geralmente, nesses momentos, os humildes acabam sofrendo o estigma de culpados pelo caos urbano, pela “perturbação da ordem pública”.

Um outro aspecto a se pensar diz respeito ao fato de que, nesses lugares, a ausência de praças e espaços para o lazer constitui um obstáculo à formação de uma consciência de coletividade, pois os espaços públicos dão lugar a casas (na verdade, casebres cada vez menores) em que problemas criados social e coletivamente são vivenciados individualmente, o que torna possível pensar a favela como um “não lugar”. Marc Augé (2010) dá essa denominação aos espaços que impossibilitam a construção de três fatores presentes no que ele denomina os “lugares antropológicos”, a saber: identidade, relação e história. Quem ocupa os lugares antropológicos vivencia a experiência de construção de identidades, tanto individuais quanto coletivas, mediadas e negociadas a partir das relações estabelecidas pelos vários indivíduos que coabitam o lugar. A conjugação entre identidade e relação, toda a simbologia construída a partir da memória, dos mortos, dos rituais demarcados no calendário, imprime a esses lugares sua dimensão histórica.

Augé reflete que a supermodernidade é produtora de não lugares, ou seja, espaços destituídos desses três fatores. Entre os espaços citados por ele como não-lugares, estão as rodovias que desviam o motorista das cidades, os aeroportos e, principalmente, os grandes espaços dedicados ao consumo, como os shopping centers, mas também as favelas.

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de não lugares, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos (...) Um mundo onde se nasce numa clínica e se morre num hospital, onde se multiplicam, em modalidades luxuosas ou desumanas, os pontos de trânsito e as ocupações provisórias (as cadeias de hotéis e os terrenos invadidos, os clubes de férias, os acampamentos de refugiados, as favelas destinadas aos desempregados ou à perenidade que apodrece), onde se desenvolve uma rede cerrada de meios de transporte que são também espaços habitados, onde o freqüentador das grandes superfícies, das máquinas automáticas e dos cartões de crédito renovado com os gestos do comércio “em surdina”, um mundo assim prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero, propõe ao antropólogo, como aos outros, um objeto novo cujas dimensões inéditas convém calcular antes de se perguntar a que ele está sujeito. (AUGÉ, 2010, pp. 73-74)

Nos dois extremos sociais da cidade, de acordo com o raciocínio de Marc Augè, estariam dois não-lugares: a favela e o shopping center. Um importante elemento que os opõe e polariza é a noção de “qualidade de vida”, que, por sinal, carrega uma marca de individualismo, visto que frequentemente, no discurso hegemônico, substitui a noção de “bem-estar social”, até mesmo nos programas políticos. Ela é construída a partir da idéia de consumo, e não da de produção. Quando se fala em “melhoria da qualidade de vida”, normalmente a idéia está atrelada à capacidade de escolher e adquirir bens de consumo, à elevação do “status” social pela elevação do nível de consumo. O elemento “vida” da expressão resume-se a uma “vida para o consumo”, como diz Bauman. O indivíduo sofre então uma cisão, em que sua dimensão de produtor, separada da dimensão de consumidor, é desvalorizada. As pessoas, mergulhadas num mercado de trabalho cada vez mais cruel e desumanizante, inseguro, tornam mais infelizes e buscam remédio para essa infelicidade nas doses regulares e cada vez mais fortes de satisfação efêmera oferecidas pela ação de consumir, que tem como cenário principal na contemporaneidade os *shopping centers*, verdadeiros templos de culto ao consumo.

Antípoda das favelas, os *shoppings* são a fantasia da “cidade sem problemas”. Em seu artificialismo, criam uma ilusão de “comunidade” num aglomerado de pessoas reunidas casualmente pelo espetáculo do consumo. O que há de real neles está escondido por trás das divisórias das lojas, nos corredores transitados por faxineiros, guardas, eletricitas, etc., a maioria deles moradores de favelas ou de bairros periféricos, todos empenhados em fazer a “cidade fantástica” funcionar sem interferências, pelo menos durante seu horário de funcionamento.

Essa visão da favela como um não-lugar, entretanto, é enganosa, pois, como mostra Lopes (2010, op. cit.), as favelas são, sim um lugar de construção e afirmação de identidades, de realização de práticas culturais autênticas, embora, no discurso da grande mídia, essas práticas sejam muitas vezes criminalizadas ou, simplesmente negadas, “apagadas”. Por dissimulação, o discurso da grande mídia performatiza a favela como um espaço “sem cultura”, “sem história” e, portanto, “sem identidade”.

O GRUPO ABRIL E A VEJA NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DAS GRANDES CORPORAÇÕES DE MÍDIA

Thompson (op. cit.) trata do papel dos meios de comunicação de massa no processo da transmissão cultural. Ele distingue três aspectos: “(1) o *meio técnico* de transmissão, (2) o *aparato institucional* de transmissão, e (3) o *distanciamento espaço-temporal* implicado na transmissão” (p. 221).

O meio técnico diz respeito ao substrato material de uma forma simbólica. Refere-se, por exemplo, ao maior ou menor grau de fixação de uma forma simbólica, dependendo desse meio (por exemplo, entre a fala e a escrita), a sua reproduzibilidade ou a natureza e amplitude da participação que esse meio permite.

O aparato institucional diz respeito à estrutura jurídica, social e econômica em que se inserem os indivíduos e as instituições envolvidos no processo de produção/distribuição/consumo das formas simbólicas. A compreensão dessa estrutura é fundamental para entender o papel da mídia nas relações de poder.

O distanciamento espaço-temporal diz respeito à possibilidade de desligamento das formas simbólicas de seu contexto de produção no espaço e no tempo, permitindo sua inserção em novos contextos.

O nível de desenvolvimento que um veículo de comunicação alcança nesses três aspectos determina seu poder de dominação. Por essa razão, é cada vez mais comum, nas últimas décadas, com a modernização dos meios de comunicação, a diversificação da atuação das empresas do setor, bem como a tendência à fusão entre elas na formação de verdadeiros impérios da mídia. A grande mídia, como a conhecemos hoje, quando se atingiu um altíssimo grau de desenvolvimento de meio técnico, aparato institucional e distanciamento espaço temporal, é fruto de um processo que acompanha e reflete o próprio desenvolvimento do capitalismo.

A imprensa, desde seu surgimento na Europa até o fim do século XVIII, como mostra Arbex (2001), funcionou de modo quase artesanal e tinha um papel de porta-voz dos anseios e reivindicações da então emergente classe burguesa em suas lutas políticas. Esse papel politizador, no entanto, foi perdendo espaço já no início do século XIX, quando os jornais começaram a publicar anúncios, que gradativamente passaram a ser a parte mais importante de suas receitas. Thompson (op. cit., p. 236) , por sua

vez, mostra que a chamada “Revolução Northcliffe” — referência ao fundador dos jornais europeus que primeiro exploraram o elo entre propaganda e circulação dos jornais em grande escala — modificou definitivamente a relação entre o jornal e o mercado em geral.

Os jornais tornaram-se assim grandes negócios que vendem um produto, a publicidade, a capacidade de atingir cada vez mais pessoas, a visibilidade social. Seus clientes potenciais são outras empresas dos mais diversos ramos, em busca de ampliar seu próprio mercado, chegando a um número maior de consumidores. O potencial crítico dos grandes jornais acabou sendo enfraquecido gradativamente, por não poder se chocar com os interesses daqueles que os sustentam. Vale a máxima mercadológica: “o cliente sempre tem razão”.

O surgimento de novas tecnologias no século XX, principalmente com o advento da televisão nos anos 1950 e da internet nos anos 1990, influenciaram fortemente a mídia impressa. Jornais e revistas, com o uso de fotos, cores e gráficos, procuram cada vez mais se aproximar da linguagem ágil da televisão ou da diagramação das telas dos “sites”. Os textos são produzidos para oferecer menos dificuldade a um tipo de público que, após décadas de contato freqüente com as telas, acostumou-se a baixos níveis de esforço e concentração na obtenção de informações.

Mas a mistura entre imprensa, televisão e internet não se dá apenas no plano da linguagem. Nas últimas décadas tem sido comum os impérios das comunicações estenderem sua atuação em áreas diversas ou até mesmo empresas fundirem-se, formando verdadeiros conglomerados. Arbex mostra como exemplo desse fenômeno a grande operação financeira pela qual, em 2000, a América On Line (AOL), proprietária do então maior provedor de internet do planeta, adquiriu, por 166 bilhões de dólares, a

Time-Warner (proprietária da gravadora dos discos de Madonna e Cher, dos canais de filmes, desenhos e notícias mais assistidos — HBO, Cartoon Network e CNN — , uma rede de televisão a cabo com mais de 13 milhões de residências filiadas e 32 títulos de revistas, entre as quais a campeã *Time*). (ARBEX, 2001, p. 57)

Essa tendência à concentração do capital e à formação de megacorporações, como resultado do aumento do volume de investimentos necessários para a ampliação em nível global do alcance das empresas de comunicação agrava ainda mais o problema da falta de democracia e da desigualdade no acesso aos meios de produção de informações. Além disso, esses veículos tornam-se cada vez mais reféns do mercado, que define a agenda, as pautas e o discurso da grande mídia. Pierre Bourdieu (apud Arbex, op. cit.), nota que:

O campo jornalístico impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e sua eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição de diferentes jornais e jornalistas segundo a sua autonomia com relação às forças externas, às do mercado de leitores e às do mercado de anunciantes. O grau de autonomia de um órgão de difusão mede-se, sem dúvida, pela parte de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob forma de publicidade ou de subvenções) e também pelo grau de concentração dos anunciantes. (pp. 97-98)

Nesse contexto torna-se difícil imaginar uma instituição dos grandes grupos de mídia, como, por exemplo, a Rede Globo, o Grupo Abril e o Grupo Folha, com uma atuação jornalística autônoma e comprometida com a mudança da estrutura social.

Fundado na década de 1940, na Argentina, pelos irmãos Cesar e Victor Civita, o grupo Abril é hoje uma das maiores e mais influentes empresas de comunicações da América Latina. Dono dos títulos das revistas mais lidas no Brasil, é o segundo maior grupo de comunicação do país, perdendo apenas para as organizações Globo.

Para muito além do jornalismo impresso, o grupo Abril, a exemplo de outros gigantes do setor, procurou atuar em outras áreas, como o mercado de livros didáticos (editoras Ática e Scipione), internet (UOL, vendida em 2003), rádio (Tupi FM) e televisão (MTV). Embora tenha surgido na Argentina, o império que hoje se conhece foi construído no Brasil, aonde chegou em 1950.

Sua revista de maior sucesso, a *Veja*, publicação semanal, vende mais de 1 milhão de exemplares por edição e está entre as maiores do planeta. Fundada em 1968, em pleno regime militar e três meses antes do Ato Institucional No 5, a revista atingiu mais de 2.200 edições em 2011 e tem grande influência na formação de opinião, sobretudo da classe média brasileira, onde se concentra sua maior parcela de leitores.

No ano de 2006, 30% do capital do grupo Abril foi adquirido pelo grupo sul-africano Naspers, numa transação de 422 milhões de dólares. Um detalhe ao qual não se deu atenção na época é o dado mostrado por Bruno Mandelli Perez⁷ de o Naspers, sigla de *Nasionale Pers* (em africâner: imprensa nacional), ter surgido a partir da necessidade de se editar o *De Burger*, um jornal que serviu de propaganda política para o Partido Nacional, principal elemento de sustentação do apartheid, regime

⁷ O artigo de Bruno Mandelli Perez, intitulado "A Abril e a Naspers: um estudo de caso do capital estrangeiro na mídia brasileira", está disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=542&Itemid=99999999

racista que vigorou na África do Sul durante quase todo o século XX e que fez milhões de vítimas, entre eles o líder Nelson Mandela, mantido preso durante décadas por sua luta contra o racismo.

Silva (op. cit.) mostra-nos que, curiosamente, no mesmo ano, em que haveria eleições para presidente e Luís Inácio Lula da Silva tentava a reeleição, a edição de número 1969, de 16 de agosto, trouxe na capa uma matéria de conteúdo notadamente racista e machista. Com a imagem de uma mulher negra segurando um título de eleitor, a manchete dizia: “Ela pode decidir a eleição: nordestina, 27 anos, educação média, 450 reais por mês, Gilmara Cerqueira retrata o eleitor que será o fiel da balança em outubro”. A revista *Veja* sempre deixou clara sua oposição ao governo Lula e sua preferência pelas candidaturas do PSDB. Percebe-se claramente, nesta matéria, o estímulo ao preconceito contra mulheres, nordestinos e negros, desqualificando-os enquanto eleitores, insinuando que os programas sociais como o Bolsa-Família, citado como “ a mais espetacular alavanca eleitoral de Lula no Nordeste”, seriam uma forma de estabelecer a dependência das camadas menos favorecidas, com finalidades eleitoreiras.

Essa postura racista e elitista da *Veja*, em perfeita sintonia com seus sócios-proprietários defensores do apartheid sul-africano, é perceptível em várias outras matérias, notadamente as que tratam dos problemas envolvendo moradores de favelas. Na verdade, analisando os anunciantes da revista, podemos inferir acerca do público para quem ela dirige seu discurso. Propagandas de automóveis de luxo e de médio porte, de promoções de pacotes de viagem de companhias aéreas e anúncios de uísque escocês apontam para um público que abrange principalmente as classes B e C, isto é, setores da elite brasileira e principalmente parte da classe média que aspira ao consumo dos bens e serviços desfrutados por essa elite.

Esse público é de pele branca e concentra-se principalmente nos bairros nobres das regiões Sul/Sudeste do país. Assim, todos aqueles que não podem ser identificados como pertencentes a esse grupo, por fazerem parte das classes subalternas (negros, nordestinos, favelados) são representados como o outro, o diferente, o indesejável.

PARTE III

VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA EM REPORTAGENS DA VEJA

Nos últimos anos, é possível perceber a recorrência de atos de fala produzidos pela grande mídia que procuram firjar uma ideia de preocupação com uma suposta “imagem ruim” do Brasil no exterior, principalmente em relação a problemas como criminalidade e pobreza.

Isso coincide com o fato de que, na última década, o País ostentou números de crescimento econômico que o colocaram em uma posição de maior visibilidade no cenário geopolítico, tendo como uma das consequências o aumento do número de turistas estrangeiros. Acrescente-se a isso o fato de termos conquistado o direito de sediar os dois principais eventos esportivos do planeta: a copa do mundo de futebol, em 2014, realizada em 12 capitais, e os jogos olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

A apresentação das favelas como uma “vergonha nacional”, indigna de ser mostrada aos “estrangeiros de países civilizados”, passa a ser a tônica de algumas matérias publicadas na revista Veja, que constituem atos de fala extremamente violentos. Nessas matérias, verifica-se uma maior preocupação com os “de fora”, ou seja, com a população que não mora na favela e que, de acordo com esse discurso, sente-se incomodada com a existência desses espaços, muitas vezes “encravados” no meio de bairros nobres. Por outro lado, não há um questionamento consistente acerca dos problemas enfrentados pelos “de dentro” das favelas, sua condição de desfavorecimento em relação aos serviços básicos a que todo cidadão deve ter direito: saneamento, condições de mobilidade, escolas, creches, postos de saúde, áreas de lazer etc.

Além de apresentarem a favela como o espaço da criminalidade, essas matérias a caracterizam como algo que deve ser “extirpado” da paisagem da cidade, por representar o atraso e a degradação dos bairros nobres.

6.1. SEGREGAÇÃO ESPACIAL – A FAVELA COMO O VIZINHO INDESEJADO

A seguir analisarei uma reportagem veiculada pela revista Veja, na edição 2156, de 17 de março de 2010, em que ela aborda a preocupação de moradores de bairros nobres que se sentem ameaçados pelo crescimento das favelas. Embora o texto faça alusão direta à Rocinha, o problema diz respeito às favelas em geral.

Engolidos pela favela

A população nos morros do Rio de Janeiro cresce ao dobro do ritmo do restante da cidade – e o avanço dos barracos provoca a degradação de bairros e desvaloriza aquelas áreas de maior IPTU

Ronaldo Soares

Nos anos 70, o administrador Raimundo Bulcão, 82 anos, desfez-se de três imóveis para concretizar **o sonho de viver numa casa de 700 metros quadrados em que, da janela, se descortinava a imensidão verde da Mata Atlântica**, no Rio de Janeiro. Essa vista sumiu. Ao longo de quatro décadas, ela foi desaparecendo à medida que **a favela da Rocinha se alastrava a passos largos pelo morro** – até chegar a exatos 80 metros da casa do administrador: **"O odor reinante aqui é uma mistura de lixo com esgoto, e o som varia entre tiroteio e baile funk**. Verde, quase não se vê mais". Seu bairro, o Alto Gávea, já ganhou até apelido: Baixo Rocinha. Como lá, **várias das áreas mais nobres do Rio, aquelas também de maior IPTU, estão hoje cercadas de barracos por todos os lados** – retrato de um acelerado processo de expansão das favelas que, ano a ano, ganha novo impulso por uma questão de cunho demográfico. Novas projeções, conduzidas pelo demógrafo Kaizô Beltrão, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, indicam que até o fim de 2010 a população das 1 020 favelas cariocas atingirá 1,3 milhão de habitantes – 22% mais do que uma década atrás. O número salta aos olhos: é quase o dobro do ritmo de crescimento populacional do restante da cidade. No Rio, um de cada cinco moradores já vive em favelas e, mantido o ritmo até 2020, esse será o caso de um em cada quatro cariocas. Explica Kaizô Beltrão: "As altas

taxas de fecundidade estão contribuindo de forma decisiva para o inchaço nos morros".

Os elevados índices de fertilidade nas favelas cariocas – onde a média de filhos por mulher é de 2,5, 30% maior que a do Rio como um todo – se explicam, em parte, por razões comuns a outros lugares do Brasil em que grassa a pobreza. Na base de tudo está o baixo nível de escolaridade, fator diretamente associado à proliferação de famílias numerosas. Para se ter uma ideia, mulheres brasileiras que não frequentaram a escola têm até o triplo de filhos do que aquelas que concluíram uma universidade, segundo dados do IBGE. Além da própria desinformação sobre os métodos contraceptivos, a ausência de estudo desencadeia um ciclo vicioso que se percebe, talvez com mais nitidez, nas favelas do Rio. Diz a especialista Rosiska Darcy de Oliveira, doutora em educação: "Bem cedo, as meninas ali fracassam na escola e, sem nenhum projeto de vida, preenchem o vazio com a gravidez". Um novo levantamento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) revela a extensão do problema: nas favelas, 25% das adolescentes entre 15 e 19 anos de idade já têm pelo menos um filho – cinco vezes a média da cidade. Dado espantoso que não deixa dúvidas: a maternidade precoce é um potente motor para a explosão populacional nos morros do Rio de Janeiro.

Evidentemente existem outras razões para a visível proliferação das favelas cariocas – um processo secular que tem suas raízes cravadas na constante complacência das autoridades. **Os primeiros registros de ocupação ilegal de terras no Rio de Janeiro datam do século XIX, época em que os escravos recém-libertos começaram a se instalar maciçamente nos morros. Já no século XX, sobretudo a partir da década de 50, com a industrialização do país, grandes levas de nordestinos aportaram na cidade em busca de emprego e fincaram seus barracos nas favelas – que inflaram.** Em São Paulo, ocorreu algo semelhante, com a diferença que, no Rio, o crescimento da população favelada foi abertamente incentivado pelo populismo reinante. Na década de 80, o então governador Leonel Brizola chegou a proibir o ingresso da polícia nos morros, deixando o terreno livre para as invasões, que só cresciam. "Favela não é problema, é solução", pregava o então vice-governador Darcy Ribeiro, resumindo o pensamento vigente.

O resultado foi a expansão caótica das favelas cariocas – que não param de avançar sobre a cidade formal, provocando uma flagrante

degradação no entorno. **Janelas cravejadas por balas de fuzil e lixo que desce pelas encostas se acumulando nas calçadas já foram incorporados à paisagem de prédios vizinhos às favelas Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, e Cantagalo, em Ipanema.** Pelo terreno de um dos edifícios chega a passar um cano que traz o esgoto da favela, solução improvisada décadas atrás que nenhuma autoridade tratou de melhorar. "Quando o cano entope, fica impossível permanecer no prédio, tal é o mau cheiro", conta a bióloga Mônica Morgado, 46 anos, que se mudou para lá na década de 70. A decadência de áreas como essa se faz refletir no valor dos imóveis. Um estudo da Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi) mostra que nos prédios colados às favelas da Zona Sul, a mais nobre da cidade, o preço dos apartamentos caiu 50%. "Mansões lindas na minha rua ficam até cinco anos com a placa de vende-se e são repassadas por valor irrisório", diz o advogado Luiz Fernando Penna, 61 anos, que mora próximo à Rocinha e às casas do cirurgião Ivo Pitanguy e do compositor João Bosco. Perto dele também funciona, à luz do dia, um ponto de venda de drogas, para o qual alguns moradores têm vista. (...)

O texto cita a favela e seus moradores através de várias expressões diferentes, como, por exemplo: "favela", "a população nos morros do Rio de Janeiro", "barracos", "favela da Rocinha", "pobreza", "famílias numerosas", "mulheres brasileiras que não frequentam a escola". Por outro lado, temos também várias formas de citação dos bairros nobres e seus moradores: sujeito implícito de "engolidos", "bairros", "áreas de maior IPTU", "Alto Gávea", "áreas mais nobres do Rio". Essas designações que separam a população da cidade em dois grupos são um modo de operacionalização da ideologia por fragmentação, e têm o efeito de intensificar o preconceito social. Por essa estratégia discursiva, são erigidos dois mundos opostos, embora vizinhos. No mundo representado pela favela, os significados acionados remetem à abjeção, ao crime, à ameaça à paz e aos sonhos dos cidadãos pertencentes ao outro mundo, o dos bairros nobres, que sofrem com a expansão das favelas.

O texto apresenta várias sentenças atribuindo determinadas ações às favelas e seus moradores, muitas vezes por um processo de personificação, um tropo que, no uso feito pela revista, corresponde a um modo de operacionalização da ideologia por dissimulação. Essas ações são designadas por verbos que trazem uma marca da negatividade, da agressividade, do dano ao próximo. O título da reportagem, "engolidos pela favela", é um exemplo. Expressão com verbo na voz passiva, seu

sujeito, implícito, são os bairros nobres e seus moradores. O uso do verbo “engolir” performatiza uma ação de caráter destrutivo, predatório, praticada pela favela e sofrida pelos cidadãos de classe média. O leitor é levado, já na primeira sentença da reportagem, a enxergar a favela como o elemento voraz, o agente de uma ação destrutiva, que é a “deglutição” de bairros nobres.

Outros exemplos de orações com o mesmo efeito de atribuir culpa aos moradores dos morros são: “provoca a degradação de bairros nobres”, “desvaloriza aquelas áreas de maior IPTU”, “alastrava-e a passos largos pelo morro”, “não param de avançar sobre a cidade formal”. Em todas elas, a escolha lexical de verbos com a marca da agressividade (engolir, avançar) sugere a intenção comunicativa de construir uma imagem de pessoas nocivas, habitantes da não-cidade que ameaçam não só a paz, mas a própria existência da cidade, à mercê de ser digerida.

O potencial destrutivo da favela teria, de acordo com esse discurso, a capacidade de frustrar os “sonhos” construídos pelos cidadãos de classe média, como é o caso do administrador Raimundo Bulcão, de 82 anos, que viu sua “vista da mata atlântica sumir ao longo de quatro décadas”.

O modo como os moradores das favelas são caracterizados também performatiza uma visão degradante. As expressões realçam a idéia de abjeção, bandidagem e promiscuidade: “o odor reinante é uma mistura de lixo com esgoto, e o som varia entre tiroteio e baile funk”, “mau cheiro”. Essas expressões constituem juízos de valor, são atos de fala veriditivos, em que está implícito o performativo “considero”, “classifico”. Não são meras constatações, mas a imposição de uma série de marcas de negatividade, reiteradas pelo discurso hegemônico ao longo da história, e que recaem sobre essas pessoas com o peso do poder da grande mídia. Por seu caráter generalizante, representam um exemplo do que Thompson classificou como unificação. Observe que o enunciado é estruturado mediante um processo de coordenação, em que os elementos coordenados estabelecem um “paralelismo semântico”⁸. Na primeira parte da coordenação, encontram-se duas noções que remetem à zona sensorial do olfato e que recebem valoração negativa (odor de lixo com esgoto), portanto, o leitor é levado a compreender como negativas também as duas noções colocadas na segunda parte da coordenação, as quais remetem à zona

⁸ Paralelismo semântico (GARCIA, 1997, pp. 36-38) corresponde ao procedimento discursivo em que se coordenam elementos que apresentam mesmo caráter semântico, ou seja, ideias afins, que pertencem ao mesmo tipo de significado. O leitor, ao deparar-se com os termos “tiroteio” e “baile funk”, tende a interpretá-los como fazendo parte de um mesmo universo semântico, ou seja, duas práticas relacionadas ao crime e à bandidagem.

sensorial da audição (tiroteio e baile funk), donde se conclui que o discurso põe no mesmo plano de significado um fenômeno relacionado à criminalidade, o tiroteio, e uma prática cultural da favela, o baile funk. Em outras palavras, o discurso identifica os bailes funk como prática criminosa.

A sentença “Ao longo de quatro décadas, ela (a paisagem da mata atlântica) foi desaparecendo à medida que a favela da Rocinha se alastrava a passos largos pelo morro”, coloca a vista da mata atlântica como propriedade dos moradores de bairros nobres, a qual teria sido usurpada pela favela da Rocinha. Esquece-se de dizer que os condomínios de luxo das cidades litorâneas do Sul e do Sudeste do país também ocuparam e, portanto, contribuíram para destruir a Mata Atlântica, já que ambos, favela e bairro nobre, ocupam o mesmo espaço, como ilustra a figura 4. O fato é que o critério do poder econômico, sobreposto ao direito a moradia digna, serve de horizonte ao discurso da revista. As classes média e alta teriam o direito de habitar no espaço da mata atlântica, pois podem pagar por isso, já os favelados, não.

Fig. 4



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=470288>

Em outro momento, o discurso preconceituoso da Veja volta-se contra negros e nordestinos. Primeiramente, os negros (escravos recém-libertados) recebem a qualificação de culpados pelo surgimento das favelas, por ocuparem os morros desordenadamente após a alforria. O tratamento dado à questão é superficial e falacioso, constituindo um caso de dissimulação, na medida em que não questiona o processo de libertação, feito de forma irresponsável e desumana, pois como vimos (capítulo 3, seções 3.2 e 3.3) os ex-escravos não possuíam propriedade, ficaram

largados à própria sorte, sem acesso aos bens e serviços sociais que lhes garantiriam cidadania, como educação, sistema de saúde e moradia. Sem alternativas, tiveram de ocupar as áreas despovoadas das cidades e lutar com seus próprios e precários recursos para se afirmarem numa sociedade que explorou de forma desumana seu trabalho durante mais de três séculos e que, ainda hoje, mais de cento e vinte anos após a Lei Áurea, não os incluiu plenamente.

Em seguida, com a sentença “grandes levas de nordestinos aportaram na cidade em busca de emprego e fincaram seus barracos nas favelas – que inflaram”, a reportagem soma ao grupo de “culpados” os nordestinos que emigraram para o Sudeste durante o período de industrialização do país, na metade do século passado. Novamente, o argumento omite fatores sócio-históricos, em que se inclui a situação de descaso com que a região Nordeste historicamente foi tratada, vista como atrasada, participando de parcelas irrisórias do orçamento da União e com um povo que sofre o secular problema da seca, que, embora encarado como uma catástrofe da natureza, deve à ausência de empenho político os danos causados à população mais carente da região. A Veja não se preocupa em dizer também que, durante o processo de industrialização do Sudeste, principalmente a partir da segunda metade do século XX, a ida de nordestinos para o Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo foi extremamente necessária para suprir uma mão de obra escassa. Apesar disso os governos da época não se preocuparam em criar uma infraestrutura para acomodar essas pessoas, que foram, por força das circunstâncias, empurradas para as favelas. Essa prática discursiva de apagar os determinantes sócio-históricos que envolvem a participação das populações negra e sertaneja nas favelas brasileiras revela o caráter violento e ideologicamente motivado do discurso da Veja, pela naturalização de problemas sociais.

Parte da reportagem é dedicada a comentar dados sobre o alto índice de natalidade nas favelas, a alta incidência de gravidez na adolescência, fenômeno diretamente ligado à baixa escolaridade, como apontam dados do IBGE. Nesse momento, a Veja toca em um ponto que poderia ser visto como o grande problema a ser resolvido em relação às condições de vida nas favelas: a situação de meninas que têm seu futuro comprometido por se depararem com uma gravidez precoce. Entretanto, isso não é tratado como um problema que merece preocupação pela condição de degradação que representa para as pessoas que o vivenciam, pela própria situação de carência que ele revela, mas pelo fato de que o crescimento dessa população significa uma ameaça à paz dos que pagam “IPTU mais alto”. Pode-se inferir que, se as favelas crescessem em direção oposta, para longe desses bairros, se

seu cheiro, seus ruídos e sua paisagem “encravada” na cidade não fossem percebidos, por estarem distantes, provavelmente esses problemas de superpopulação e gravidez precoce não mereceriam figurar entre as páginas da Veja. De modo geral, por contribuir para que os problemas vivenciados nas favelas sejam encarados como “naturais” e só sejam lembrados quando incomodam as classes privilegiadas, reconheço também a reportagem como exemplo de reificação.

6.2. A FAVELA COMO O LUGAR DA CRIMINALIDADE

Em 25 novembro de 2010, o Brasil acompanhou em tempo real, pelas principais emissoras de TV e pela internet, as ações da polícia e das forças armadas numa operação contra traficantes no complexo de favelas do Alemão, no Rio de Janeiro. As ações, segundo os jornais, eram uma resposta à onda de violência desencadeada na cidade por quadrilhas de traficantes de drogas, em represália à instalação de UPP's (Unidades de Polícia Pacificadora) em algumas favelas cariocas. A transmissão, na maioria dos casos, foi marcadamente sensacionalista. No caso da Rede Globo, por exemplo, a programação foi interrompida várias vezes ao longo do dia para a apresentação de boletins que ganharam uma vinheta específica, com o título: Rio contra o Crime.

As principais revistas jornalísticas daquela semana, como *Época* e *Veja*, trouxeram o acontecimento como matéria da capa. No caso específico da revista *Veja*, na edição de número 2193, de 1º de dezembro de 2010 (p. 132), verificou-se um tratamento maniqueísta do fato, abordado em termos de “batalha do bem contra o mal”, num discurso que ativou o campo semântico da guerra.

Inicialmente, farei uma análise de imagens, a começar pela capa da revista (fig. 5). Parto da idéia de que as imagens de uma revista como a *Veja* também são atos de fala com fortíssimo potencial de operar ideologicamente. A imagem em questão mostra um soldado do Bope (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar carioca), branco, empunhando um fuzil e devidamente pintado para o combate. A imagem é capturada por uma lente localizada em posição ligeiramente inferior ao soldado, que, com uma expressão séria, olha em uma direção oblíqua, seu olhar não se dirige ao leitor. O texto “Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2010 – O dia em que o Brasil começou a vencer o crime” é a legenda da capa da revista. Em uma legenda menor, lê-se: “Policial do Bope mobilizado, com outros 21000 homens, para a maior operação de combate ao tráfico já realizada no Rio”. Podemos identificar o processo de reação – a ação realizada pelo olhar do soldado – em que o fenômeno, ou seja, o alvo desse olhar, não é apresentado de forma explícita na imagem. Temos, portanto, um processo não-transacional. Entretanto, a partir das legendas, pode-se compreender que o alvo do olhar do soldado corresponde à favela, que será invadida no combate contra o crime.

Fig. 5

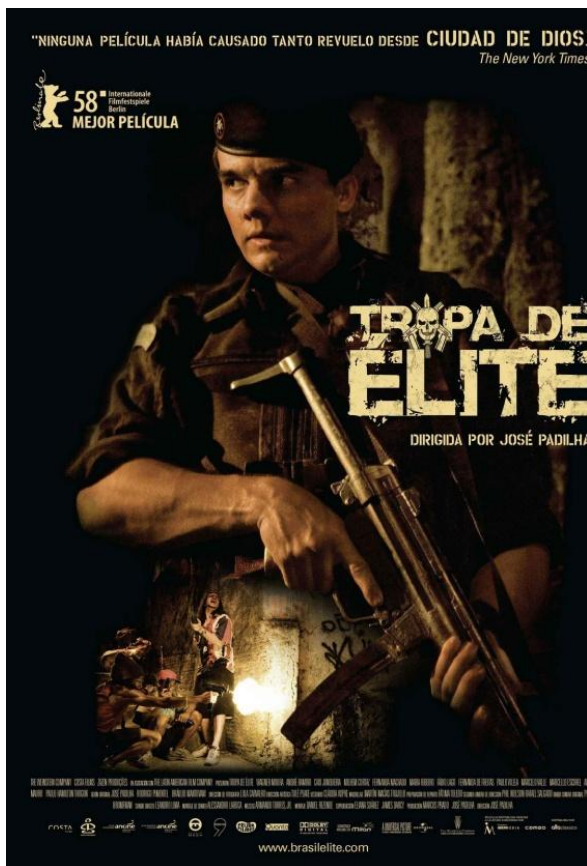


A imagem da capa é um ato de fala que tem a força ilocucionária de um vereditivo, na medida em que estabelece uma fronteira, uma separação entre um “nós” e um “eles”, pois traça uma linha divisória entre quem está do lado do “bem”, da cidade civilizada — os leitores, a polícia, o estado — e quem está do lado do “mal” — a não-cidade, a favela. O olhar do policial sugere que o alvo, ou seja, o fenômeno, corresponde a “eles”, no caso, os traficantes que serão combatidos e que se encontram na favela. O leitor da Veja é interpelado para partilhar desse olhar, intimado a escolher seu lado no combate, ou antes, é colocado, sem escolha, em um desses lados, pois a ele só resta uma possibilidade: unir-se ao soldado no combate ao “mal”. A metonímia se estabelece de modo que os traficantes (a parte) representam o mal, que é resultado da existência da favela (o todo).

É interessante notar que a imagem remete a cartazes de filmes de ação, nos quais também ocorre a construção de uma visão maniqueísta do mundo, em que problemas resultantes de processos históricos são tratados de forma a-histórica e “resolvidos” por ações individuais de pessoas que atuam como “redentores”, apresentados como legítimos “salvadores da pátria”. Percebe-se nitidamente a semelhança com o cartaz de divulgação do filme Tropa de Elite (fig. 6), em que também é apresentada a figura do “herói”, o capitão Nascimento, comandante do Bope, empunhando um fuzil, com o olhar igualmente desviado do foco do observador e com uma expressão séria e tensa. A cena corresponde a um episódio do filme em que há uma ação do Bope em uma favela, combatendo traficantes, a figura do herói que combate o mal.

É uma imagem recorrente no cinema, com algumas variações. Outro exemplo é o cartaz do filme Rambo (Fig. 7), de 1982, outro herói que usa da violência física para eliminar os inimigos, invariavelmente representantes do mundo comunista (vietnamitas ou russos), que, no cenário da Guerra Fria, eram convenientemente representados pelo cinema norte-americano como a personificação do mal. Em ambos os cartazes, o herói dirige o olhar em posição oblíqua, ou seja, sua postura combativa, agressiva, não se dirige ao espectador, e sim a um inimigo não explicitado na imagem, mas que é compreendido como o “vilão”, contra quem o público deve torcer.

Fig. 6



Cartaz de divulgação do filme Tropa de Elite, com Wagner Moura no papel de Capitão Nascimento.⁹

Fig. 7



Cartaz de divulgação do filme Rambo, com Sylvester Stallone no papel principal.¹⁰

⁹ Fonte: <http://nossotempocine.blogspot.com>

¹⁰ Fonte: <http://baixarfilmesonline.tv>

Ocorre então uma espécie de simbiose entre realidade e ficção. O leitor da *Veja*, ao deparar-se com a imagem da capa, é convidado a entrar numa cadeia de atos de fala sobre a favela, presentes na revista, na televisão e no cinema, em que se lê a reportagem e se assiste à matéria jornalística da TV, na proteção e no conforto do lar, com a mesma postura acrítica com que se assiste à produção cinematográfica, em que as posições sociais não são questionadas, antes são naturalizadas, e o processo sócio-histórico que possibilitou esse estado de coisas é apagado.

No decorrer da matéria, temos uma imagem que mostra um bandido apontando um fuzil (fig. 8). A posição em que ele se encontra é frontal em relação à lente, e embora a sombra do boné não permita que vejamos seus olhos, temos a impressão de que ele nos olha, aponta-nos a arma ameaçadoramente, com uma expressão grotesca (a língua à mostra). A escolha das fotografias para a edição de uma reportagem como essa é cuidadosa, as imagens têm de corroborar e complementar o texto verbal, pois ambos pertencem ao mesmo jogo de linguagem, realizam atos de fala que operam ideologicamente juntos. Já que o olhar do policial na capa, olhar este que é partilhado pelo leitor da *Veja*, dirige-se ao inimigo favela que será combatido, o olhar e a ação da favela, metonimicamente representada no traficante que aponta o fuzil, o ator, são ameaçadores e agressivos, e a meta, o alvo dessa ação, é o leitor, o “cidadão de bem”. O discurso, então, por meio da imagem, traça a fronteira entre quem são os amigos, os aliados, e quem são os inimigos, aqueles que devem ser combatidos. O combate se dá pela força, pela violência, e a morte é, portanto, um efeito colateral previsto e aceito, muitas vezes até desejado, dependendo de quem sejam os mortos. Desse modo, o cidadão ameaçado entende como necessários os resultados trágicos dessa “batalha”, e a imagem dos favelados mortos (fig. 9) são naturalmente aceitas como despojos da “guerra”. Ocorre, portanto, aquilo que Thompson descreve como a estratégia da legitimação, ou seja, as ações violentas e abusivas são tomadas como aceitáveis, ou mesmo imprescindíveis dentro do contexto bélico em que se encontram.

Fig. 8



Fig. 9



A reportagem, como veremos, é construída mediante uma escolha lexical que remete ao cenário de uma guerra.

A GUERRA COMEÇA A SER VENCIDA

*Ao retomar o controle de uma das principais **trincheiras** do tráfico no Rio de Janeiro, o estado dá um passo decisivo para vencer a bandidagem que ganhou poder sob a complacência de populistas.*

(Ronaldo Soares e Roberta de Abreu Lima)

A batalha do bem contra o mal foi mais uma vez travada no Rio de Janeiro – agora com tintas de Armagedom. A cena de **carros blindados da marinha** adentrando a favela de Vila Cruzeiro, no bairro suburbano da Penha, um símbolo do poderio do tráfico no Rio de Janeiro, marcou, na quinta-feira passada, um momento histórico do **combate** ao crime na cidade. Ali, onde a bandidagem havia montado **seu principal centro de distribuição de drogas**, armas e munição para morros cariocas, o estado mostrou, finalmente, quem detém o monopólio da força. Para alívio dos moradores da região, que enfrentavam um cotidiano de terror sob o jugo dos traficantes, policiais e fuzileiros navais retomaram o controle do território. A libertação da Vila Cruzeiro foi a maior operação policial já realizada no Rio de Janeiro. E mais está por vir. Na última sexta-feira, o vizinho complexo de favelas do Alemão, para onde os marginais fugiram como um bando de ratos atordoados, encontrava-se cercado por centenas de homens das polícias Militar e Civil do estado e da Polícia Federal. Suas saídas estavam bloqueadas por 800 homens do Exército, muitos deles veteranos do Haiti, e vigiadas por helicópteros da Aeronáutica. A invasão do Complexo do Alemão é iminente. Com isso, espera-se, o poder desproporcional do **crime organizado**, que cresceu como um **tumor maligno** irrigado pelo populismo de governantes irresponsáveis, terá um de seus epílogos. Faltam muitos outros. **Dois deles mancham a magnífica paisagem carioca: as favelas do Vidigal e da Rocinha**, que volta e meia são sacudidas por guerras de traficantes, espalhando o terror pela **Zona Sul**. “A retomada de Vila Cruzeiro é um caminho sem volta”, garante o secretário de segurança José Mariano Beltrame.

O estopim para a invasão das favelas da Penha foi a série de ataques, em toda a cidade, comandados por criminosos que lá se encastelavam. Na semana passada, o bando lançou granadas às

ruas, ateou fogo a carros e ônibus e promoveu arrastões, espalhando o medo entre a população e aumentando a dúvida sobre a capacidade do Rio de sediar com segurança os jogos da Copa do mundo de 2014 e a olimpíada de 2016. O “novembro negro”, como se referiam os marginais à onda de ataques, em diálogos interceptados pela polícia, foi planejado para tentar deter a ocupação paulatina e permanente dos morros e favelas da cidade, por meio da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Pelo jeito atordoado com que fugiram de Vila Cruzeiro, eles não esperavam o golpe desferido à la Capitão Nascimento, o personagem do cinema que elevou os soldados do Batalhão de Operações Especiais (Bope) à condição de heróis populares. Ao todo, estão em prontidão, no Rio de Janeiro, 21.000 policiais.

Foi numa “**sala de guerra**” na Secretaria de Segurança, onde estavam presentes a cúpula da polícia e o governador Sérgio Cabral, que se decidiu pela invasão de Vila Cruzeiro. Se não fossem os carros blindados cedidos pela Marinha, ela não teria acontecido com o grau de sucesso alcançado. Ao esmagarem obstáculos colocados pelos traficantes em ruelas estratégicas (blocos de concreto, restos de trilhos de trem e até carros e um caminhão queimado), os blindados fizeram em quatro horas um trabalho que poderia levar uma semana. Com a invasão, o Rio, o Brasil e o mundo puderam ter uma idéia mais clara da magnitude do crime organizado: o grupo que fugiu de Vila Cruzeiro para o Complexo do Alemão era formado por cerca de 200 homens, com armas de guerra nas mãos. Outros dez foram mortos no confronto com o Bope. A maior parte dessa escória conseguiu escapar, porque, não havia efetivo suficiente para ocupar Vila Cruzeiro e, ao mesmo tempo, apanhar os criminosos do outro lado do morro que separa a favela invadida do Complexo do Alemão. *Mas eles não perdem por esperar.*

Maior conjunto de favelas do Rio, com 120000 habitantes, o Complexo do Alemão reúne cerca de 1500 bandidos armados com 300 fuzis. Pelo Arsenal Bélico, pela dimensão e pela sua geografia intrincada, com um conjunto de morros entrecortados por centenas de vielas labirínticas, o lugar impõe à polícia um grau de dificuldade maior do que qualquer outro na cidade. O governo do estado já havia anunciado o plano de fincar no Alemão uma UPP, a exemplo do que se deu em outras treze favelas do Rio. Mas não tinha estabelecido data para isso acontecer, porque seria necessário contar com um

contingente fixo de 2200 agentes treinados — quase dez vezes o número presente na maior UPP hoje existente, a da Cidade de Deus, na Zona Oeste carioca. A onda de ataques obriga, agora, o estado a apressar a ocupação do Complexo do Alemão. Boa parte dos 3500 novos policiais que deverão se formar em 2011 poderá ser deslocada para lá.

Ninguém de bom senso discorda de que a iniciativa de libertar territórios controlados por criminosos seja um avanço e tanto. A experiência internacional mostra que eliminar a presença de traficantes armados, que impõem suas regras na base da coerção e da violência, é o primeiro movimento a ser feito no combate ao crime organizado. Nas colombianas Bogotá, Medellín e Cali, essa estratégia funcionou bem. As UPPs seguiram o modelo da Colômbia, mas guardam uma diferença em relação a ele. Nas cidades daquele país, os **quartéis-generais** dos chefões do tráfico foram tomados logo nas primeiras operações, a partir de 2002, e os criminosos acabaram presos. No Rio, as principais **trincheiras** dos facínoras ficaram intocadas, enquanto o estado empreendia a ocupação de favelas menores e periféricas no mercado de entorpecentes. Com isso, os chefões seguiram fazendo negócios — agora auxiliados pelos bandidos das favelas tomadas que se refugiaram em seus domínios. Para se ter uma idéia, só no último ano, o número de criminosos alojados no Complexo do Alemão triplicou.

Essa cambada **perdeu o território**, mas continua a comandar o tráfico em seus antigos domínios. O comércio passou a ser mais velado e, quem sabe, um pouco menos lucrativo. Carregamentos de entorpecentes, que antes desembarcavam nos morros em enormes lotes à luz do dia, passaram a ingressar nas favelas ocupadas por UPPs por um exército de formigas, que transporta a droga aos poucos. Afirmam a VEJA dois agentes do departamento de inteligência da polícia: “Sabemos que, em onze das treze favelas pacificadas, o comércio de drogas praticamente não foi afetado”. É uma razão para explicar a falta de resistência às investidas da polícia: as ações oficiais não haviam atingido um reduto verdadeiramente lucrativo para o tráfico. Nesse sentido, a tomada da Vila Cruzeiro, do Complexo do Alemão e, posteriormente, do Vidigal e da Rocinha dará uma visão mais realista da eficiência das UPPs.

Ao iniciarem a política de ocupação gradual das favelas, as autoridades subestimaram a capacidade de articulação dos bandidos.

Elas apostavam num cenário em que, uma vez expulsos de seu território, os bandidos acabariam guerreando por espaço e se enfraqueceriam. Ocorreu o contrário. Sabe-se que foram duas facções rivais, Comando vermelho e Amigos dos Amigos, que uniram forças para instaurar o terror na cidade. “É um fato inédito e preocupante: juntos, os criminosos aumentam seu poder econômico e bélico”, avalia o ex-capitão do BOP, Paulo Storani. Dois motivos, basicamente, estão por trás dessa aliança. O primeiro é de cunho econômico — a iminência da ocupação pela polícia de favelas realmente lucrativas para o tráfico. O segundo está relacionado à transferência de chefões do Comando Vermelho para presídios federais fora do Rio de Janeiro e longe, portanto, de seus **QGs**. Desde 2007, 62 desses bandidos foram removidos para outros estados. Segundo uma investigação da Polícia Federal, os ataques pela cidade são também uma reação do traficante Fernandinho Beira-Mar. Preso no Mato Grosso do Sul, ele pleiteava junto ao Superior Tribunal de Justiça a mudança do regime de segurança máxima para o de cárcere comum, além da anulação de processos a que ele responde. Duas semanas atrás, com a decisão judicial desfavorável, ele teria dado o sinal para que seu bando e aliados barbarizassem o Rio.

Todo o episódio lança luz sobre as fragilidades da segurança pública brasileira. Uma delas diz respeito ao conjunto de leis lenientes com criminosos perigosos, que lhes garantem o relaxamento da pena e ainda certas regalias como, por exemplo, visitas de advogados e parentes sem nenhum monitoramento. Os bandidos tiram proveito dessas situações para transmitir ordens às facções que continuam a comandar de dentro dos presídios. Outro problema é a falta de coordenação entre as esferas de polícia, que raramente compartilham informações e estratégias. Atenta o coronel José Vicente, ex-secretário nacional de Segurança Pública: “Não dá para combater o tráfico no Rio de Janeiro como se fosse um problema isolado. Drogas e armas percorrem um longo caminho por todo o país até chegar ao ponto de venda”.

Atualmente, os traficantes dominam 450 das 1020 favelas cariocas. Nelas, são vendidas 20 toneladas de cocaína por ano. A ausência do poder público redundou em absurdos: no Complexo do Alemão, os operários encarregados das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) precisavam obedecer às regras

dos chefões. A cada dia, eles removiam uma coleção de estacas de ferro encravadas nas principais entradas das favelas para impedir a entrada dos carros de polícia. No fim do expediente, porém, eram obrigados a recolocá-las. A libertação de Vila Cruzeiro — e, se tudo der certo, do Complexo do Alemão — representa o rumo certo. **É preciso descer de uma vez por todas a mão de ferro do estado sobre o crime organizado.** A imagem dos bandidos correndo atordoados é mostra de que talvez eles tenham começado a desorganizar-se. **O bem tem tudo para vencer o mal.**

Quero chamar a atenção para o caráter emblemático dessa reportagem, de conteúdo profundamente violento, tendo em vista que inicia uma sequência de atos de fala que criminalizam a favela, tratando o combate ao crime em termos maniqueístas, manipulando a linguagem a partir de uma estrutura binária que serve de base para estabelecer uma divisão entre o “bem” e o “mal”.

Atentemos, inicialmente, para a escolha lexical. Expressões como “guerra”, “trincheiras”, “batalha”, “sala de guerra”, “perder território”, a ênfase na cena dos “carros blindados da marinha” etc., caracterizam o evento como um conflito bélico. Isso abre uma série de possibilidades discursivas para a Veja, visto que ativa um campo semântico em que se operam conceitos antagônicos como “herói e vilão”, “aliado e inimigo”.

Ao se preencherem através do discurso essas posições antagônicas, ou seja, ao se definirem os atores sociais que correspondem, respectivamente, às posições de aliado e inimigo, herói e vilão, opera-se ideologicamente, por fragmentação, através da estratégia que Thompson denomina “expurgo do outro”. Já que, por metonímia, traficante = favela, (parte = todo), a favela passa a ser o inimigo, a materialização do mal, o elemento ameaçador com o qual não se pode conviver pacificamente. Qualquer ação opressiva, intimidatória e violenta da polícia contra os moradores da favela, como invasão de domicílio, espancamento, tortura, sejam esses moradores bandidos ou apenas “suspeitos” (e o fato de ser morador da favela já o inclui no rol de suspeitos), passa a ser legitimada, vista como necessária, um efeito colateral inevitável, já que nas guerras “tudo é possível”, “os fins justificam os meios”.

Defendo que esse discurso criminaliza os moradores da favela, na medida em que a representa como o lugar da criminalidade. A legenda da capa, por exemplo, “O dia em que o Brasil começou a vencer o crime”, estabelece que vencer o crime

resume-se a usar o poderio militar para invadir a favela e prender os bandidos que lá se encontram, como se não houvesse criminalidade e criminosos fora da favela, ou ainda como se a criminalidade não fosse um problema que se reproduz a partir das contradições sociais, como a exclusão social e a concentração de renda.

Em dois momentos, a reportagem atribui às quadrilhas de traficantes a designação de “o crime organizado”, contra quem o estado deve descer sua mão de ferro, isto é, restringe o crime organizado às quadrilhas que operam nas favelas, eliminando dessa designação várias outras esferas da sociedade em que há tentáculos de organizações criminosas, como, por exemplo, policiais, juízes, empresários e políticos, todos moradores de bairros nobres, da cidade civilizada.

Um trecho da reportagem diz: “A invasão do Complexo do Alemão é iminente. Com isso, espera-se, o poder desproporcional do **crime organizado**, que cresceu como um **tumor maligno** (...)”. Temos então a relação: Complexo do Alemão (favela) = crime organizado = tumor maligno. O designativo “tumor maligno”, ou seja, câncer, aquilo que precisa ser extirpado, apaga da problemática da criminalidade nas favelas o caráter de processo sócio-histórico, já que, normalmente, os tumores malignos não têm uma causa recuperável na história de vida do doente, a não ser uma predisposição genética, ou seja, são um mal cujo surgimento se dá “naturalmente”, de modo inevitável, porém precisam ser eliminados.

A reportagem também traz a marca do preconceito relacionada à questão da ocupação territorial. No trecho “**Dois deles mancham a magnífica paisagem carioca: as favelas do Vidigal e da Rocinha**, que volta e meia são sacudidas por guerras de traficantes, espalhando o terror pela **Zona Sul**”, reitera-se o discurso segregacionista da edição 2156, na matéria “Engolidos pela Favela”, em que a existência das favelas em meio aos bairros nobres é vista como um problema, pois “mancha a paisagem”, portanto elas seriam os intrusos, os vizinhos indesejados e que não teriam o direito de dividir o espaço com esses bairros.

Verifique-se que, inicialmente, ao se referir à favela de Vila Cruzeiro, a reportagem utiliza a expressão “principal centro de distribuição de drogas”. Mais adiante, citando a experiência colombiana, é usado o termo “quartéis-generais”, depois retomado na sigla “QGs”, ao falar das comunidades onde atua o Comando Vermelho. Essa expressão será, a partir de então, utilizada em matérias posteriores, como sinônimo de favela, como se verifica na reportagem transcrita a seguir.

POR QUE NÃO FECHARAM A SAÍDA?

*Depois da conquista do **Complexo do Alemão**, o **QG do tráfico no Rio de Janeiro**, falta **capturar criminosos e incorporar a favela, enfim, à cidade***

Ronaldo Soares e Roberta de Abreu Lima

Inexpugnável por três décadas, o Complexo do Alemão, aglomerado de favelas na Zona Norte do Rio de Janeiro, **serviu de QG aos comandantes do tráfico de drogas**. Em uma operação memorável da polícia carioca, que contou com o apoio de blindados e tropas de elite das Forças Armadas, o Complexo do Alemão foi **arrancado das mãos dos marginais**. A população ajudou os policiais com informações do paradeiro dos bandidos e comemorou sua libertação. No pouco tempo que se seguiu à operação policial-militar, os **sinais da presença do estado se fizeram notar**. **As ruas começaram a ganhar placas de sinalização, os moradores contrataram pela primeira vez serviços de TV a cabo e conexões de internet sem ter de pagar taxas de acesso aos bandidos — antigos monopolistas do cabeamento clandestino na região**.

(...) Outra questão crucial para dar a essa operação os contornos de uma vitória permanente é **mostrar aos moradores do Alemão, com benefícios e segurança, que eles fizeram a coisa certa ao se porem do lado da lei, contra os bandidos**. (...)

Argumento que a utilização da sigla QG (quartel-general) para se referir à favela reforça o preconceito e a criminalização, pois, por metáfora, designa os moradores como fazendo parte de um exército de criminosos. A idéia de que os habitantes da favela, de forma generalizada, costumam ser colaboradores ou coniventes com o narcotráfico encontra-se exposta no trecho final da transcrição, ao sugerir que eles mudaram de lado quando denunciaram os bandidos, ou seja, são “soldados desertores”, que **fizeram a coisa certa ao se porem do lado da lei, contra os bandidos**”, mas ainda assim soldados do exército de traficantes, que precisam ser conscientizados das vantagens de sua deserção para que a vitória na guerra seja permanente.

Logo após o título da matéria, no lide, utiliza-se um ato de fala em que se advoga, em que se defende a ideia de como algo deve ser ou ocorrer. Além de capturar os criminosos, afirma a revista, é preciso “incorporar a favela, enfim, à cidade”. Essa afirmação é uma combinação de um exercitativo com um vereditivo, pois ao mesmo tempo em que sentencia o que se deve fazer, “incorporar a favela”, emite uma avaliação de como algo é (a favela não pertence à cidade). Mais à frente, outro vereditivo, o fato de as ruas passarem a ter placas de sinalização e os moradores poderem contratar livremente serviços de TV a cabo são exaltados como “sinais da presença do estado”.

Em termos ideológicos, esses atos de fala combinam dois modos de operação: fragmentação e unificação. A sentença carrega o pressuposto de que a favela não está incorporada à cidade, portanto estabelece uma linha divisória entre cidade e favela. Não concebe a favela como um resultado do próprio processo de formação das grandes cidades brasileiras, portanto, parte da cidade. Ela é, portanto, de acordo com esse discurso, a “não-cidade”. Por outro lado, afirmar que a presença do estado se dá com o surgimento de placas de sinalização e a possibilidade de contratar serviços de TV a cabo é criar uma ilusão de cidadania, de inclusão na estrutura de amparo do estado, quando na verdade as populações das favelas são desprovidas dos serviços básicos que deveriam ser garantidos pelo estado, como saneamento básico, postos de saúde, transporte coletivo, escolas etc.

Em outra matéria, publicada quase um ano depois, em decorrência da prisão do narcotraficante Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem, os termos da criminalização são retomados, quando a favela é novamente designada como quartel-general do narcotráfico.

Veja – edição 2244 – 23 de novembro de 2011.

O DIA SEGUINTE

Será preciso persistência para tornar a ocupação da Rocinha uma vitória permanente.

Durante os seis anos em que vigorou o seu reino de terror na **Rocinha, favela na área nobre do Rio de Janeiro**, o traficante Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem, se gabava de ter um grupo de policiais que o ajudava a manter grampeados os telefones dos moradores. Assim, Nem podia torturar e matar pessoas inocentes sem correr o risco de ser denunciado. Desde o último domingo, com o bandido preso e o morro ocupado, pelo Batalhão de Operações

Especiais (Bope), o serviço de Disque-Denúncia recebeu um recorde de 500 ligações sobre as atividades criminosas do torturador e assassino da Rocinha. As informações foram essenciais para rastrear em meio às vielas e becos um arsenal de 133 armas (entre fuzis e metralhadoras capazes de abater um helicóptero), máquinas caça-níqueis, cartões clonados, 350 quilos de drogas e uma refinaria de cocaína. Ainda é uma pequena parcela das posses do bando, do qual 37 homens (entre eles quatro policiais) foram capturados. Seguem à solta mais de 300 bandidos. Muitos deles refugiaram-se em favelas ainda dominadas pela bandidagem, mas com data para ser liberadas. Até 2014 serão libertadas as populações trabalhadoras de mais de vinte morros cariocas ainda sob o domínio de bandidos.

Um dos mais lucrativos QGs do tráfico no Rio, a Rocinha foi por décadas um caso emblemático de apatia e conivência do estado com a bandidagem. “Os serviços mais básicos só chegavam lá quando e como queriam os traficantes”, admite o Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos, Carlos Roberto Osório. Funcionários da prefeitura eram coagidos a fazer instalações elétricas clandestinas, e a coleta de lixo só podia ser efetuada em áreas distantes das bases dos criminosos. Com a presença do Bope, que abre caminho para a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) nos moldes de outras dezoito em favelas do Rio, a rotina já dá sinais de mudança — ainda que a transição para a legalidade leve tempo e dependa da ação policial permanente. **Na semana passada, empresas de TV a cabo começaram a vender ali seus serviços.** Até então, elas eram proibidas de entrar na favela, e os moradores pagavam aos traficantes pelo sinal, em um esquema conhecido neste e noutros grotões cariocas como “gatonet”.

A quadrilha sofreu com a prisão do chefe e a desarticulação do seu **QG** na Rocinha, mas conta com pelo menos mais cinco favelas, de onde seguirá atuando. Parte da quadrilha ainda está escondida na própria Rocinha. O arsenal apreendido nos últimos dias passa agora por escrutínio da polícia. Muitas armas podem ter saído dos próprios batalhões, hipótese palpável considerando que Nem contou durante anos com a ajuda de policiais corruptos. Espera-se que também os bandidos de farda acabem na prisão.

Aqui os atos de fala violentos se repetem, os termos da violência lingüística se reiteram, tanto na performatização dos moradores da favela como pertencentes ao exército do tráfico quanto na postura segregacionista em relação à ocupação territorial, ao realçar que a Rocinha é uma favela em área nobre do Rio de Janeiro. Novamente, a venda de serviços de TV a cabo é comemorada como um avanço importante no que diz respeito à conquista da cidadania. Cabe acrescentar aqui que a MTV Brasil, maior rede de TV segmentada do país, voltada para o público jovem, transmitida por diversas redes de TV a cabo, como, por exemplo, NET, pertence ao Grupo Abril, ao qual pertence a Veja.

Duas semanas depois, a revista publica uma matéria em que seu discurso violento se volta para os movimentos sociais. A detenção Do líder comunitário William de Oliveira, acusado de negociar armas com o traficante Nem, é utilizada como uma oportunidade para descredibilizar as organizações sociais que atuam em comunidades pobres.

Veja 2246 – 7 de dezembro de 2011 (pp. 82 – 84)

O Bom Moço Vendia Fuzil

Festejado por políticos, artistas e ONGs como humanista, líder comunitário é flagrado em vídeo negociando armas com traficantes. (Leslie Leitão)

A cena dura dezenove minutos e doze segundos e se passa na **Rocinha, favela de 200.000 habitantes encravada em meio a bairros nobres da Zona Sul do Rio de Janeiro**. Sentado à mesa onde repousam copos de plástico abastecidos com uísque está o chefão do tráfico, Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem, recém-capturado pela polícia. Assessorado por um comparsa, ele negocia a compra de um fuzil de fabricação russa AK, estimado em 50.000 reais no mercado negro. O pagamento é feito com dezenas de maços de dinheiro vivo, dinheirama que toma a mesa inteira. O vídeo não deixa dúvidas quanto à identidade dos homens que vendem a arma. Um deles é William de Oliveira, 41 anos, lotado no gabinete da vereadora e pré-candidata à prefeitura do Rio Andrea Gouvêa Vieira (PSDB – RJ), onde ganhava 5.300 reais. O assessor está entre as mais festejadas figuras do meio carioca de **ONGs que se arvoram em prol dos direitos humanos**. Ex-presidente da Associação de Moradores da Rocinha, até hoje uma liderança na favela, ele prefere se apresentar no seu blog como “William, o amigo das comunidades”.

Na última sexta-feira, de posse das imagens capturadas meses atrás por uma moradora que enviou o material sob anonimato, a polícia prendeu William e Alexandre Leopoldino da Silva, seu parceiro na venda do fuzil e braço direito na “vida comunitária”. Há dois meses, Silva compunha a equipe de zeladoria do Palácio Guanabara, a sede do poder no Rio. Na delegacia, William negou com veemência o que o vídeo parece mostrar de forma inequívoca. Afirmou que o dinheiro que recebeu do traficante se destinava à campanha a deputado estadual na qual se lançou em 2010, sem sucesso. Quanto à arma, que Silva repassa às mãos de Nem, o assessor “não se lembra de ter visto nada parecido. Dúvidas essenciais ainda pairam sobre o caso, investigado no inquérito de número 908-14422/2011. Suspeita-se que a arma tenha chegado à dupla por intermédio de PMs corruptos que atuam na região. Ao ser detido, nem declarou que metade de seu faturamento no crime se destinava ao pagamento de propinas a esses agentes, que faziam vista grossa às barbaridades que praticava. Agora, a polícia vai ouvir as histórias de William e Silva para tentar dar um passo adiante. “Queremos desvendar uma possível teia de relações políticas mantida pela quadrilha de Nem”, diz o delegado Maurício Demétrio, à frente das investigações.

Com um currículo de líder comunitário envernizado por cargos em uma dezena de associações e movimentos, William tornou-se uma figura das mais preeminentes da Rocinha, onde nasceu. Sua reputação foi se construindo sobre duas bases: a popularidade entre os moradores e o bom convívio entre os traficantes, fiadores de sua escalada. Um episódio anterior já indicava que seus laços com os marginais iam muito além da **convivência que costuma marcar a atuação de organizações sociais em favelas subjogadas pelo crime**. Em 2005, durante o reinado de terror implantado pelo antecessor de Nem, William foi flagrado em uma constrangedora escuta telefônica. Em nome do chefão, instruiu bandidos a deixar dois fuzis roubados do Exército em uma favela dominada pela facção rival. Ficou preso por nove meses mas conseguiu ser absolvido sob a alegação de que pretendia apenas fazer com que se livrassem dos tais fuzis, evitando um banho de sangue na Rocinha — então na iminência de uma ação policial. A emenda foi tão disparatada quanto o soneto, mas todo mundo fez que acreditou. William seguiu livre e solto, colecionando amizades nos

mais diversos círculos, de políticos a artistas. Um de seus três filhos tem Flora Gil, a mulher do cantor Gilberto Gil, como madrinha.

Por sua atuação na Rocinha, ele era sempre procurado para abrir caminhos no morro — literalmente. Com a escolta de William, os obstáculos colocados pelos traficantes, de pilhas de pneus a carros velhos, eram removidos, deixando o visitante fazer seu périplo sem ser incomodado pela bandidagem. Em junho, ele ciceroneou o apresentador Luciano Huck e o ator americano Ashton Kutcher. Também já posou ali ao lado do governador Sérgio Cabral, do então presidente Lula e de Dilma Rousseff, que usou o morro como cenário de um de seus programas da campanha presidencial. Ao fundo, viam-se obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo comitê na favela conta com William como integrante. A própria vereadora Andrea Gouvêa Vieira, atualmente no segundo mandato, teve em seu assessor parlamentar um passaporte valioso para fazer campanha na Rocinha. Após a prisão, dizendo-se profundamente decepcionada, a vereadora o demitiu.

A prisão de William derrama luz sobre **a promiscuidade que impera entre as entidades sociais e o crime. Frequentemente, essas instituições funcionam como instrumentos do assistencialismo barato que trata de perpetuar o poder do tráfico.** Na Rocinha, tal **simbiose** chegou ao ponto de a chapa eleita para a diretoria da maior associação de moradores da favela embalar a própria campanha com um funk em homenagem a Nem. Em prol dos seus candidatos, o traficante sempre endereçou à população recado sucinto: “Não aceito derrota”. **Não é a primeira vez que alguém que se diz ardoroso defensor dos direitos humanos é flagrado em desavergonhada cumplicidade com bandidos responsáveis por todo tipo de barbaridade.** Uma amostra dos efeitos perversos deixados por décadas de ausência do estado.

Destaco aqui alguns trechos da matéria, que analiso como indicadores de um discurso que tem o efeito de criminalizar não só os moradores de favela, mas também as organizações populares voltadas para comunidades carentes. Realço, de antemão, no início da matéria, o caráter segregacionista já verificado nas demais reportagens analisadas neste trabalho, o enunciado que defende a impossibilidade de convivência ou de coexistência entre bairros de classe média/alta e populações carentes: “na

Rocinha, favela de 200.000 habitantes encravada em meio a bairros nobres da Zona Sul do Rio de Janeiro”.

Retomo o argumento de que os problemas que envolvem as favelas, os dramas cotidianos de seus habitantes, relacionados à espoliação das condições mais básicas de cidadania, não interessam à elite econômica nacional, de cujo discurso a Veja mostra-se porta-voz, e o é por fazer parte dessa elite, por estar inserida nessa estrutura de poder, por deter os meios de produção, reprodução e distribuição do capital simbólico.

A reiteração da localização da favela da Rocinha em meio a bairros nobres, “encravada”, como uma unha que não foi cortada e cresceu rasgando a carne da cidade, aponta para o fato de que o tema favela só ganha as páginas da revista quando representa um problema para a “cidade”, especialmente os moradores dos bairros elitizados. É um ato de fala com enorme potencial de violência, porque, ao mesmo tempo em que erige uma imagem da favela como um corpo estranho e prejudicial à saúde e ao bem-estar dos “cidadãos”, conclama a sociedade a extirpá-la, arrancá-la de lá, como se deve fazer com os objetos estranhos encravados no corpo.

A matéria acusa, de modo genérico, as organizações sociais populares que trabalham pela conquista da cidadania e de melhores condições de vida para moradores de favelas, representando-as como aliadas de bandidos. Novamente, por metonímia, portanto pelo modo de operação ideológica de dissimulação, pela estratégia classificada por Thompson como tropo, o todo é tomado pela parte, toda e qualquer organização popular é identificada ao líder comunitário detido, como colaboradora do narcotráfico. Isso fica evidente em enunciados como **“ONGs que se arvoram em prol dos direitos humanos”**, em que o verbo “arvorar” aponta para a ideia de assumir uma posição ou um título sem merecimento para tal; ou no trecho **“da conivência que costuma marcar a atuação de organizações sociais em favelas subjugadas pelo crime”**, no qual o verbo “costumar” indica uma ação freqüente, repetitiva, habitual; **“a promiscuidade que impera entre as entidades sociais e o crime”**, em que o uso do artigo definido em “as entidades” indica generalização (todas as entidades), e o verbo “imperar” sugere que a “promiscuidade”, no caso, a negociação com criminosos, é regra, e não exceção.

Reforçam minha argumentação quanto a essa análise, ainda, enunciados como **“Frequentemente, essas instituições funcionam como instrumentos do assistencialismo barato que trata de perpetuar o poder do tráfico”**, um vereditivo que tem o potencial de descredibilizar as ações dos movimentos sociais como

“assistencialismo barato”, que tem um resultado negativo, já que, em vez de promover a cidadania, contribui com o narcotráfico; ou o uso do substantivo “**simbiose**”, forma de designação indicativa de que não se pode separar entidades sociais populares e organizações criminosas; ou ainda o trecho “**Não é a primeira vez que alguém que se diz ardoroso defensor dos direitos humanos é flagrado em desavergonhada cumplicidade com bandidos responsáveis por todo tipo de barbaridade**”, que reafirma a idéia de que a ligação entre essas entidades e o crime é algo freqüente.

CONCLUSÃO

Kanavillil Rajagopalan (2003) chama-nos a atenção para o fato de que não há pesquisa científica que não tenha conotações ideológicas e políticas, ou seja, todo empreendimento acadêmico é uma ação social e política, visto que implica consequências dessa natureza, seja pelo fato de contribuir para o processo de mudança, seja por ajudar a manter as coisas como elas estão.

A escolha de um objeto de pesquisa, a vinculação a uma abordagem teórica, são de antemão uma tomada de posição, revelam nossas convicções e nos tornam eticamente comprometidos em nossas práticas cotidianas. Além disso, transportam uma enorme carga autobiográfica.

Se a realidade social é produzida linguisticamente e se essa realidade revela formas de vida injustas e desumanas, um empreendimento em linguística não pode adotar uma postura omissa em torno dessas questões. O que realmente importa em termos de pesquisa linguística, em um mundo tão carente de respostas aos problemas de ordem social e política, é como nós podemos contribuir para que os usos linguísticos que geram opressão e exclusão sejam denunciados e combatidos. Rajagopalan (op. cit.) lembra que:

Longe de ser um *tertium quid* entre a mente humana de um lado e o mundo externo do outro, a linguagem se constitui em importante palco de intervenção política, onde se manifestam as injustiças sociais pelas quais passa a comunidade em diferentes momentos da sua história e onde são travadas constantes lutas. A consciência crítica começa quando se dá conta do fato de que é intervindo na linguagem que se faz valer suas reivindicações e suas aspirações políticas. Em outras palavras, toma-se consciência de que trabalhar com a linguagem é necessariamente agir politicamente, com toda responsabilidade ética que isso acarreta. (RAJAGOPALAN, 2003, p. 125)

O questionamento e a denúncia de usos violentos que se faz da linguagem, em relações sociais profundamente assimétricas, como o que se dá no caso dos textos analisados neste trabalho, é, a meu ver, a forma mais coerente de se atuar em linguística nos dias atuais. A realidade social está colocada, e espera de nós uma resposta. E essa resposta jamais virá de uma pesquisa em linguística voltada para a mera descrição de um “sistema”, ou de uma concepção de neutralidade em relação ao objeto pesquisado. Até mesmo porque a metalinguagem, enquanto forma de refletir sobre a linguagem a partir de um distanciamento transcendente em relação a ela, é algo inatingível, pois qualquer reflexão se dá *pela* linguagem.

Nesse sentido, questionar os usos linguísticos de um agente midiático da grandiosidade da revista *Veja*, apontando aspectos problemáticos na forma como representa o mundo e, em especial, grupos subalternos, para mim é uma das necessidades prementes para o pesquisador contemporâneo, não só o linguista, mas de todo aquele que acredita que essas formas de vida desumanas poderiam ser diferentes.

Procurei demonstrar que as reportagens da revista *Veja* analisadas neste trabalho constituem um caso de violência linguística, representam uma postura preconceituosa do discurso hegemônico veiculado pela grande mídia, porque nelas encontramos atos de fala que constroem uma imagem falaciosa e degradante dos moradores das favelas, na medida em que os culpa por uma situação da qual eles são as grandes vítimas.

Nas posições sociais construídas pelo discurso da *Veja*, pobres, negros e nordestinos representam o “outro”, nocivo e indesejado. O outro, nesse caso, é caracterizado pela ausência de traços (sem cidadania, sem moradia digna, sem escolaridade, sem respeito pelas leis, etc.) que caracterizam os incluídos, a “boa sociedade”. Esse discurso também naturaliza a condição degradante dos favelados, que passa a ser encarada como aceitável, normal, “desde que não incomode” a parcela “civilizada” e “cidadã” da sociedade.

Por enunciados que realizam atos ilocucionários como acusar os moradores das favelas de “degradar os bairros nobres” e “roubar-lhes a paisagem” ou classificá-los como “sujos, irresponsáveis e preguiçosos”, por criminalizá-los, utilizando formas de designação que os qualifica como “colaboradores do crime organizado”, “soldados do narcotráfico”, esse discurso nos convida a uma reflexão quanto à responsabilidade ética da grande mídia, pois tais atos de fala têm seus efeitos perlocucionários, que podem ser os mais diversos, mas que aqui vou resumir em dois: o acirramento do ódio e do preconceito, não só social como racial, já que a população das favelas é identificada com os negros e os nordestinos, e a permanência de uma estrutura social profundamente desigual e excludente.

Ferreira (2010) alerta que a identidade é hoje “o lugar da reivindicação de direitos, da luta contra a opressão e da celebração da diferença” (p. 26). Sendo assim, o desafio que se lança para o pesquisador em linguagem é o de conseguir trazer para o centro das discussões questões que envolvem as diversas alteridades subalternas e as formas de violência contra elas praticadas por meio da linguagem. Aqui se incluem

questões relacionadas a diversos aspectos da identificação, como raça, gênero, sexualidade, idade classe social.

Nos últimos anos, temos visto eclodir, pelo mundo e pelo Brasil, manifestações de intolerância, de ódio racial e social. O discurso odioso, “*hateful speech*”, como denomina Judith Butler, é apenas uma das várias faces dessa intolerância, que frequentemente assume a sua dimensão física, com casos de espancamento e morte. A incapacidade em se conviver com a alteridade, o “medo” da diferença, num mundo em que as identidades mostram-se tão precárias, fragmentadas, e pessoas buscam, muitas vezes de forma um tanto esquizofrênica, a segurança no sentimento de pertença a um grupo dominante, estão entre os diversos fatores que proporcionam esse estado de coisas.

Finalizando com um caso bem particular, um exemplo de uso do discurso do ódio contra a alteridade ocorreu com minha filha, de 16 anos, estudante de ensino médio em uma escola da rede particular de ensino, frequentada por estudantes oriundos de famílias abastadas de Fortaleza. Em uma aula de filosofia, em que se discutiam questões como mito e religião, ela se declarou agnóstica. Foi o suficiente para que parte da turma, dizendo-se “cristã”, iniciasse uma verdadeira sessão de exorcismo, utilizando contra ela termos injuriosos, como “demônio”, “satanás”.

Argumento no sentido de que esse ódio está latente nos indivíduos, e é reproduzido e alimentado continuamente por um discurso hegemônico que prega o individualismo, a competitividade, a necessidade de vencer o outro para “se dar bem”, que nos diz que, para sermos felizes, devemos atender a determinados padrões de consumo, estética e comportamento, padrões que excluem marcas de alteridade como a obesidade, a velhice, a negritude, a pobreza, a feminilidade etc. Esse ódio é desencadeado nos momentos em que esses padrões são confrontados e “ameaçados” por essas alteridades que reivindicam sua existência.

No caso das favelas, pode-se inferir que, numa situação hipotética, na qual sua existência não incomodasse o restante da sociedade, em que os cidadãos da cidade oficial não captassem o som do seu batidão funk, seu cheiro, a visão da arquitetura caótica e inusitada de seus barracos, talvez não sofressem violência linguística.

A revista *Veja*, ao se posicionar de forma preconceituosa contra grupos subalternos da sociedade, contribui para o agravamento dessa problemática, pois naturaliza preconceitos e age contra a promoção de uma sociedade solidária e menos desigual.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Claudiana Nogueira de. *Identidade e Poder: reflexões sobre a linguística crítica*. In: RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina Martins (orgs.). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. São Paulo: Mackenzie, 2006.

_____. *Linguagem e medo da morte: uma introdução à linguística integracionista*. Fortaleza: Eduece, 2009.

_____. *Pragmática da exclusão: a teoria dos atos de fala por Searle e outras confusões formalizantes*. In: FREITAS, Alice Cunha de (org.). *Linguagem e exclusão*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

ALMEIDA, Danielle B. L. de; FERNANDES, José D. C.. *Revisitando a gramática visual nos cartazes de guerra*. In: Almeida, Danielle B. L. de (org.). *Perspectivas da Análise Visual, do fotojornalismo ao blog*. João Pessoa: UFPB, 2008.

ARBEX, José. *Showrnalismo – a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. Trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, 2005.

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 9ª edição — 2010.

AUSTIN, John Langshaw, *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. e VOLOSHÍNOV, V. N. (1929) *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 14ª edição, 2010.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, 2001.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 13ª edição — 2010.

BUTLER, Judith. *Excitable speech: a politics of the performative*. New York: Routledge, 1997.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Ática, 2000.

DERRIDA, Jacques. *Assinatura acontecimento contexto*. In: *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Campinas – SP, Papyrus Editora, 1991)

DIONISIO, A. P.. *Gêneros multimodais e multiletramento*. In: Acir Karwoski; Beatriz Gaydeczka; Karim Brito. (Org.). *Gêneros textuais: reflexão e ensino*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, v. 1, p. 131-144.

DUQUE-ESTRADA, Paulo César. *Derrida e a escritura*. In: DUQUE-ESTRADA, P. C. (org.). *As margens: a propósito de Derrida*. Rio de Janeiro: Ed. Puc & Edições Loyola, 2002.

FAIRCLAUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Unb, 2001.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FERREIRA, Raimundo Ruberval. *Guerra na língua – mídia, poder e terrorismo*. Fortaleza: Eduece, 2007.

_____. *Identidade, exclusão e consumo no contemporâneo: a diferença na vitrine*. In: FREITAS, Alice Cunha de (org.). *Linguagem e exclusão*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011a.

_____. *Que “negro” é esse na cultura negra?* In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. SOVIK, Liv. (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011b.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo. *O estruturalismo linguístico: alguns caminhos*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, volume 2. São Paulo: Cortez, 2009.

KENEDY, Eduardo. *Gerativismo*. In: MARTELOTA, Mário Eduardo (org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

KRESS, Gunther; VAN LEEWEN, Theo. *Reading images: the grammar of visual design*. London: second edition, 2006.

LOPES, Adriana de Carvalho. *Funk-se quem quiser: no batidão negro da cidade carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto:FAPERJ, 2011.

MARTINS, Helena. *Três caminhos na filosofia da linguagem*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, volume 3. São Paulo: Cortez, 2009.

MEILI, Angela Maria. *A exclusão midiática enquanto silenciamento generalizado*. In: FREITAS, Alice Cunha de (org.). *Linguagem e Exclusão*. Uberlândia: EDUFU, 2010.

MELLO, André da Silva. *A História da Capoeira: Pressuposto para uma Abordagem na Perspectiva da Cultura Corporal*. In: *VIII Congresso Brasileiro de história da Educação Física, Esporte, Lazer e Dança*. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa (anais), 2002.

MEY, Jacob. L. *As vozes da sociedade: seminários de pragmática*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Pesquisa interpretativa em linguística aplicada: a linguagem como condição e solução*, DELTA, Vol. 10, No 2, pp. 329–338, 1994.

OLIVEIRA, Manfredo. *Reviravolta lingüístico-pragmática na filosofia contemporânea*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PINTO, Joana Plaza. *Pragmática*. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, volume 2. São Paulo: Cortez, 2009.

PRETECEILLE, Edmond.; VALLADARES Licia. *A desigualdade entre os pobres – favela, favelas*. In: HENRIQUES, R. (org.) *Desigualdade e pobreza no Brasil*, pp. 459-485. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SAUSSURRE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1997.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de, *A atualização do conceito de quilombo – identidade e território nas definições teóricas*. In: *Ambiente e Sociedade*, Ano V, No 10, 1º semestre de 2002.

SILVA, Daniel Nascimento e. *Pragmática da violência: o Nordeste na mídia brasileira*. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: 2010.

SOUZA, Ângela Gordilho. *Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras — (Re) Qualificando a questão para Salvador-BA*. In: BÓGUS, Lúcia M.; RIBEIRO, Luís César de Q. (Orgs). São Paulo, 2001. (Cadernos de Metrópole: desigualdade e governança; n. 5). p. 81-116.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Can the subaltern speak?* In: *Marxism and the interpretation of culture*. Eds. Cary Nelson and Lawrence Grossberg. Urbana, IL: University of Illinois Press, 1998: 271 – 313.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna – teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 8ª edição, 2009.

VALLADARES, Licia. *A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15. São Paulo: 2000.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 6ª edição – 2009.